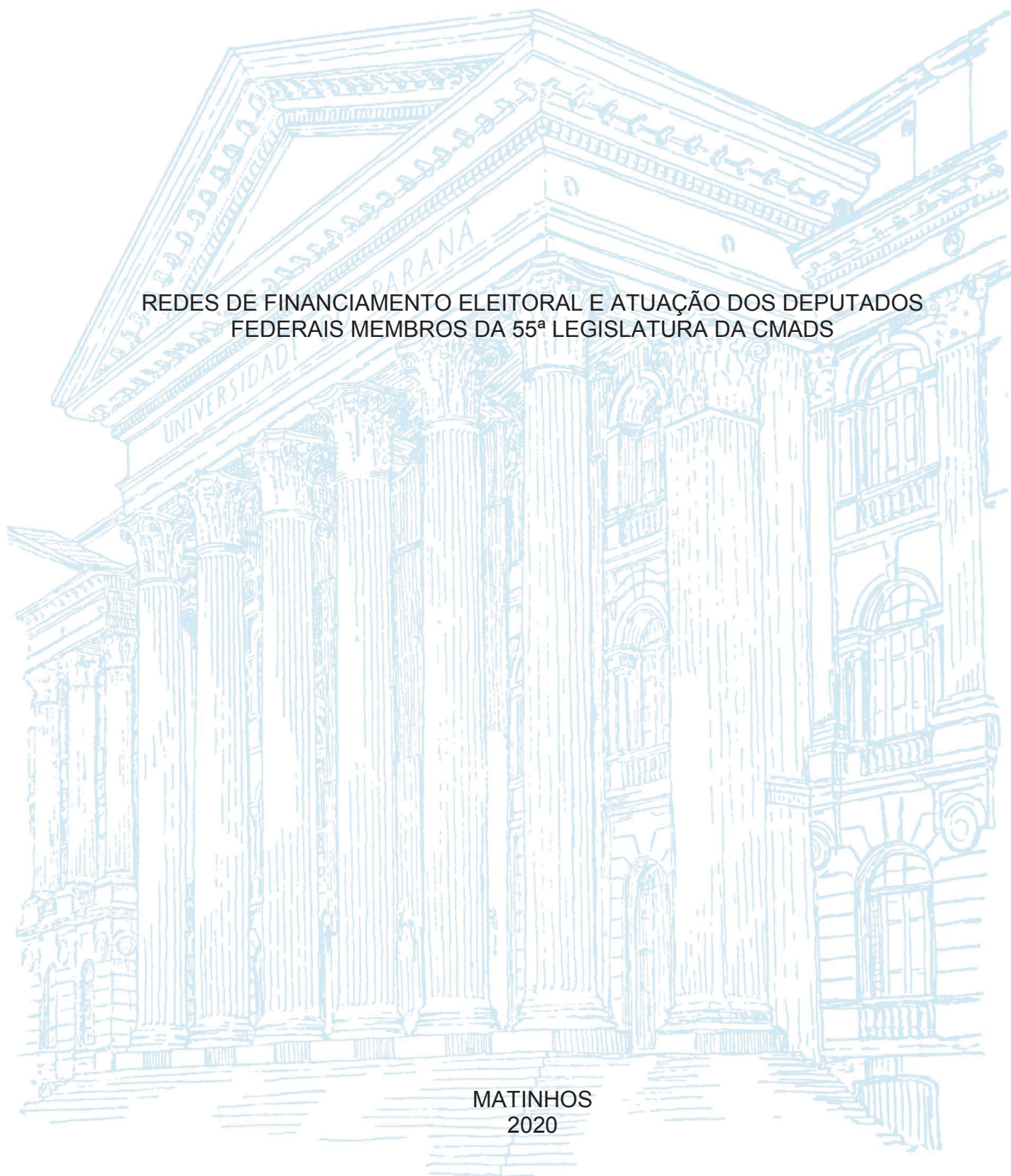


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

TAINÁ REIS SERAFIM

REDES DE FINANCIAMENTO ELEITORAL E ATUAÇÃO DOS DEPUTADOS
FEDERAIS MEMBROS DA 55ª LEGISLATURA DA CMADS

MATINHOS
2020



TAINÁ REIS SERAFIM

REDES DE FINANCIAMENTO ELEITORAL E ATUAÇÃO DOS DEPUTADOS
FEDERAIS MEMBROS DA 55ª LEGISLATURA DA CMADS

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestra em Desenvolvimento Territorial Sustentável, no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Rossi Horochovski

MATINHOS

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte
Biblioteca da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral

S481 Serafim, Tainá Reis
 Redes de financiamento eleitoral e atuação dos deputados federais membros
 da 55ª legislatura da CMDS / Tainá Reis Serafim ; orientador Rodrigo Rossi
 Horochovski. – 2020.
 138 f.

 Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral,
 Matinhos/PR, 2020.

 1. Financiamento eleitoral. 2. Deputados Federais. 3. Comissão do meio
 ambiente e desenvolvimento sustentável (CMDS). I. Dissertação (Mestrado) –
 Programa do Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável. II. Título.

CDD – 328.37



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR LITORAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL SUSTENTÁVEL - 40001016081P3

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **TAINÁ REIS SERAFIM** intitulada: **REDES DE FINANCIAMENTO ELEITORAL E ATUAÇÃO DOS DEPUTADOS FEDERAIS MEMBROS DA 55ª LEGISLATURA DA CMADS**, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

MATINHOS, 24 de Abril de 2020.

Assinatura Eletrônica
03/11/2020 18:05:48.0
RODRIGO ROSSI HOROCHOVSKI
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
16/11/2020 10:35:48.0
NATÁLIA TAVARES DE AZEVEDO
Avaliador Interno (PROFESSOR PESQUISADOR- UFPR)

Assinatura Eletrônica
03/11/2020 19:35:24.0
IVAN JAIRO JUNCES
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
03/11/2020 17:44:54.0
AUGUSTO JUNIOR CLEMENTE
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

RUA JAGUARIAÍVA, 512 - MATINHOS - Paraná - Brasil
CEP 83260-000 - Tel: (41) 3511-8371 - E-mail: ppgdts@ufpr.br

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 60005

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp>
e insira o código 60005

Dedico este trabalho aos meus avós que já fizeram sua passagem sobre a terra. Ao povo brasileiro tão rico de cultura e tão sufocado em suas ideias, principalmente porque sou filha da classe trabalhadora, fui estudante de escola pública, me formei e hoje curso mestrado em uma universidade pública e portanto, torna-se meu dever compartilhar com o povo - e a serviço dele - o conhecimento gerado por meio do investimento público em ciência e tecnologia, na esperança de que os resultados que trago aqui sejam, de alguma forma, úteis na construção de uma democracia efetivamente inclusiva.

AGRADECIMENTO

Aos mestres e mestras que me antecederam. Ao meu orientador Prof. Dr. Rodrigo Rossi Horochovski não só pelo acompanhamento e orientação, mas também pelo apoio e amizade, pela troca de ideias e por se propor a construir comigo e concretizar as minhas divagações.

As contribuições valiosas do Prof. Dr. Ivan Jairo Junckes que desde a graduação tem sido um mentor, parceiro e incentivador nas empreitadas de pesquisa acadêmica e da Dra. Natalia Tavares pelas contribuições sobre ciências ambientais, área nova e desafiadora para mim.

Ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, do Setor Litoral, da Universidade Federal do Paraná, na figura do coordenador Prof. Dr. Rodrigo Rossi Horochovski e ao secretário João Rafael Deron pela compreensão e apoio.

Aos meus pais, Aparecida Reis Barbosa e Eliseu da Silva Serafim por todo suporte emocional e financeiro, todos os conselhos e pelo exemplo enquanto professores da rede estadual de ensino e militantes das causas sociais, por me ensinarem desde cedo que conhecimento é poder e somente a luta é capaz de democratizar o acesso a ele.

RESUMO

A partir do mapeamento da rede de financiamento eleitoral dos deputados que compuseram a Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) durante a 55ª Legislatura (2015-2019), os interesses políticos e empresariais que permeiam esta arena decisória são identificados para responder a pergunta: Quais as relações entre as redes de financiamento eleitoral e os padrões de atuação dos deputados membros da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, durante a 55ª legislatura? Considerando que o ato de uma empresa ou partido político de financiar determinada campanha eleitoral é um investimento com intenção de ganhos futuros, o presente estudo investiga de que forma a atuação de representantes eleitos (ou a ausência dela) responde a objetivos de grupos que se formam no interior da rede de financiamento por áreas de interesse em comum. Para isso, é lançado mão da Análise de Redes Sociais como metodologia que permite comparar de forma relacional dados coletados em duas fontes distintas: o Repositório de Dados Eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), onde foi possível acessar dados de prestação de contas das campanhas nas eleições de 2014 e o portal da Câmara dos Deputados, no qual foram coletados dados da produção legislativa da comissão contidos nos relatórios de atividades. Os resultados mostram uma rede coesa e hierarquizada, na qual os dez atores principais detêm 42% dos recursos transacionados. Diante de um conflito de agendas, os deputados da CMADS, na maioria dos casos, além de atenuar conflitos entre interesses empresariais e conservação ambiental, se comportam como *veto players*, bloqueando materiais que desafiam o interesse de seus financiadores.

Palavras-chave: Financiamento Eleitoral. Análise de Redes Sociais (ARS). Atuação Parlamentar. Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS).

ABSTRACT

Based on the mapping of the electoral financing network of the deputies who made up the Environment and Sustainable Development Commission (CMADS) during the 55th Legislature (2015-2019), the political and business interests that permeate this decision-making arena are identified to answer the question : What are the relations between the electoral financing networks and the performance standards of the deputies members of the Environment and Sustainable Development Commission of the Chamber of Deputies, during the 55th legislature? Considering that the act of a company or political party to finance a given electoral campaign is an investment with the intention of future gains, the present study investigates how the performance of elected representatives (or the absence of it) responds to the objectives of groups that are formed within the financing network by areas of common interest. For this, Social Network Analysis is used as a methodology that allows comparing data collected from two different sources relationally: the Electoral Data Repository of the Superior Electoral Court (TSE), where it was possible to access accountability data of the campaigns in the elections 2014 and the Chamber of Deputies portal, in which data were collected from the commission's legislative output contained in the activity reports. The results show a cohesive and hierarchical network, in which the ten main players hold 42% of the traded resources. Faced with a conflict of agendas, CMADS deputies, in most cases, in addition to mitigating conflicts between business interests and environmental conservation, behave as veto players, blocking materials that challenge the interests of their financiers.

Keywords: Electoral Financing. Social Network Analysis (ARS). Parliamentary Performance. Commission for the Environment and Sustainable Development (CMADS).

RESUMEN

A partir del mapeo de la red de financiamiento electoral de los diputados que integraron la Comisión de Ambiente y Desarrollo Sustentable (CMADS) durante la 55 Legislatura (2015-2019), se identifican los intereses políticos y empresariales que permean esta arena de decisión para dar respuesta a la pregunta. : ¿Cuáles son las relaciones entre las redes de financiamiento electoral y los estándares de desempeño de los diputados integrantes de la Comisión de Ambiente y Desarrollo Sostenible de la Cámara de Diputados, durante la 55 legislatura? Considerando que el acto de una empresa o partido político para financiar una determinada campaña electoral es una inversión con la intención de ganancias futuras, el presente estudio investiga cómo el desempeño de los representantes electos (o la ausencia del mismo) responde a los objetivos de los grupos que se forman. dentro de la red de financiación por áreas de interés común. Para ello, se utiliza el Análisis de Redes Sociales como metodología que permite comparar los datos recolectados de dos fuentes diferentes de manera relacional: el Repositorio de Datos Electorales del Tribunal Superior Electoral (TSE), donde fue posible acceder a datos de rendición de cuentas de las campañas en las elecciones. 2014 y el portal de la Cámara de Diputados, en el que se recogieron datos de la salida legislativa de la comisión contenidos en los informes de actividad. Los resultados muestran una red cohesionada y jerárquica, en la que los diez principales actores poseen el 42% de los recursos comercializados. Ante un conflicto de agendas, los diputados de la CMADS, en la mayoría de los casos, además de mitigar los conflictos entre los intereses empresariales y la conservación del medio ambiente, se comportan como jugadores con veto, bloqueando materiales que desafían los intereses de sus financiadores.

Palabras clave: Financiamiento electoral. Análisis de redes sociales (ARS).
Desempeño parlamentario; Comisión de Medio Ambiente y
Desarrollo Sostenible (CMADS).

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - REDE INICIAL.....	74
FIGURA 2 - COMPONENTES ISOLADOS.....	79
FIGURA 3 - REDE DO COMPONENTE GIGANTE (GRAU).....	81
FIGURA 4 - COMPONENTE GIGANTE (GRAU DE ENTRADA).....	82
FIGURA 5 - COMPONENTE GIGANTE (GRAU DE SAÍDA).....	84
FIGURA 6 - COMPONENTE GIGANTE REDUZIDO (GRAU PONDERADO).....	90
FIGURA 7 - COMPONENTE GIGANTE REDUZIDO (ENTRADA PONDERADA).....	92
FIGURA 8 - COMPONENTE GIGANTE REDUZIDO (GRAU DE SAÍDA PONDERADO).....	95
FIGURA 9 - REDE INICIAL (INTERMEDIÇÃO).....	98
FIGURA 10 - COMUNIDADES DA REDE DE FINANCIAMENTO ELEITORAL DA 54ª LEGISLATURA DA CMADS.....	101
FIGURA 11 - COMUNIDADES DA REDE DE FINANCIAMENTO ELEITORAL DA 55ª LEGISLATURA DA CMADS.....	102

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - REPRESENTANTES DA BANCADA SINDICAL NA CMADS.....	66
QUADRO 2 - REPRESENTANTES DA BANCADA EMPRESARIAL NA CMADS.....	66
QUADRO 3 - REPRESENTANTES DA BANCADA EVANGÉLICA NA CMADS.....	67
QUADRO 4 - REPRESENTANTES DA BANCADA PARENTAL NA CMADS.....	68
QUADRO 5 - REPRESENTANTES DA BANCADA RURALISTA NA CMADS.....	70
QUADRO 1 - PRINCIPAIS RELATORES DA 55ª LEGISLATURA DA CMADS.....	111
QUADRO 2 - PRINCIPAIS PROPONENTES DA 55ª LEGISLATURA DA CMADS.....	112
QUADRO 3 - MESA DIRETORA DA 55ª LEGISLATURA DA CMADS.....	114

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - CONFIGURAÇÃO 55ª LEGISLATURA DA CÂMARA DE DEPUTADOS.....	63
TABELA 1 - REDE INICIAL: PERCENTUAL DE RECEITAS DE DEPUTADOS, EMPRESAS E PARTIDOS POLÍTICOS.....	75
TABELA 2 - COMPONENTES DA REDE CMADS (FREQUÊNCIA).....	77
TABELA 3 - COMPONENTE GIGANTE: GRAU, ENTRADA E SAÍDA PONDERADAS.....	85
TABELA 4 - COMPONENTE GIGANTE REDUZIDO (GRAU DE ENTRADA, GRAU DE SAÍDA E GRAU).....	89
TABELA 5 - COMUNIDADES COMPONENTE GIGANTE REDUZIDO.....	104
TABELA 1 - PROPOSIÇÕES APRECIADAS DURANTE A 55ª LEGISLATURA DA CMADS.....	110
TABELA 2 - EVENTOS REALIZADOS DURANTE A 55ªLEGISLATURA DA CMADS.....	115

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - REPRESENTAÇÃO DOS ESTADOS NA 55ª LEGISLATURA DA CMADS.....	71
GRÁFICO 2 - REPRESENTAÇÃO DOS PARTIDOS NA 55ª LEGISLATURA DA CMADS.....	72
GRÁFICO 1 - ATIVIDADE ECONÔMICA DAS EMPRESAS DA REDE – SEÇÃO CNAE.....	107
GRÁFICO 1 - TEMAS DAS PROPOSIÇÕES APRECIADAS - A 55ª LEGISLATURA DA CMADS.....	117
GRÁFICO 2 - TEMAS DAS PROPOSIÇÕES APROVADAS - A 55ª LEGISLATURA DA CMADS.....	118
GRÁFICO 3 - TEMAS DAS PROPOSIÇÕES REJEITADAS - A 55ª LEGISLATURA DA CMADS.....	120

LISTA DE ABREVIATURAS

DEM - DEMOCRATAS

PC do B - PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

PDT - PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

PEN - PARTIDO ECOLÓGICO NACIONAL

PHS - PARTIDO HUMANISTA DA SOLIDARIEDADE

PL - PARTIDO LIBERAL

PMDB - PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

PMN - PARTIDO DA MOBILIZACAO NACIONAL

PP - PARTIDO PROGRESSISTA

PPS - PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

PR - PARTIDO DA REPÚBLICA

PRB - PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO

PROS - PARTIDO REPUBLICANO DA ORDEM SOCIAL

PRP - PARTIDO REPUBLICANO PROGRESSISTA

PRTB - PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO

PSB - PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

PSC - PARTIDO SOCIAL CRISTÃO

PSD - PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

PSDB - PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA

PSDC - PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA CRISTÃO

PSL - PARTIDO SOCIAL LIBERAL

PSol - PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE

PT - PARTIDO DOS TRABALHADORES

PT do B - PARTIDO TRABALHISTA DO BRASIL

PTB - PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

PTC - PARTIDO TRABALHISTA CRISTÃO

PTN - PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL

PV - PARTIDO VERDE

SD - SOLIDARIEDADE

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	21
2.1 MODELOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM DISPUTA E DESENVOLVIMENTO COMO SÍMBOLO	21
2.1.1 Desenvolvimento como atualização da ideia de progresso: crítica a um caminho linear	21
2.1.2 Desenvolvimento Sustentável: as disputas em torno do conceito	26
2.2 FINANCIAMENTO ELEITORAL E AÇÃO ESTRATÉGICA DOS ATORES	32
2.2.1 Comportamento de atores políticos diante de opções conflitantes: jogos em múltiplas arenas e projeto institucional.....	33
2.2.2 Descrição das regras de jogo	37
2.2.3 Financiamento Eleitoral e Grupos de Interesse.....	40
2.3 REDES SOCIAIS E RELAÇÕES DE PODER	45
3 MATERIAIS E MÉTODOS	55
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	63
4.1 DESCRIÇÃO DO PERFIL DA 55ª LEGISLATURA DA CMADS (2015-2019)	63
4.2 REDE DE FINANCIAMENTO DA CMADS, ATORES CENTRAIS E GRUPOS DE INTERESSE	73
4.2.1 Elementos Estruturantes da Rede de Financiamento da CMADS	73
4.2.2 Agentes Partidários: os grandes intermediadores da rede de financiamento da CMADS	97
4.2.3 Grupos de Interesse dentro da Rede de Financiamento da CMADS	100
4.2.4 Atividade Econômica das Empresas apontadas na rede	106
4.3 PRODUÇÃO LEGISLATIVA E COMPORTAMENTO PARLAMENTAR	110
5 CONCLUSÃO	125
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:.....	134

1 INTRODUÇÃO

A CMADS (Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável) foi criada em 2004, a partir do desmembramento da antiga Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, e representa a autonomia da temática ambiental na Câmara dos Deputados. A CMADS enquanto Comissão Permanente atua como órgão técnico especializado em assuntos circunscritos à temática do desenvolvimento sustentável e meio ambiente e tem a finalidade de discutir e votar as propostas de leis e apresentá-las à Câmara. Além disso, manifesta-se emitindo opinião técnica por meio de pareceres, antes de o assunto ser levado ao Plenário; pode também aprovar ou rejeitar proposições sem que elas passem pelo Plenário da Casa. O Art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados delimita as áreas temáticas da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, sendo elas: a) política e sistema nacional do meio ambiente; direito ambiental; legislação de defesa ecológica; b) recursos naturais renováveis; flora, fauna e solo; edafologia e desertificação; c) desenvolvimento sustentável.

É possível compreender a CMADS como instrumento do Estado para regular sobre modelos de desenvolvimento e uso dos recursos naturais, sendo os deputados membros desta comissão os principais agentes sob os quais recaem as decisões a serem tomadas diante de modelos mais ou menos sustentáveis. Sabendo que o meio ambiente e os recursos naturais são de interesse comum para a manutenção da vida, mas também são objeto de interesses particulares de grupos econômicos, é razoável pensar que essa tensão tenha seus reflexos na comissão e que se expresse nas decisões tomadas pelos membros. Os achados de Furtado (2013) indicam que os benefícios do atual modelo de desenvolvimento não são partilhados de forma igualitária, sendo que um pequeno grupo se apropria de parcelas consideráveis desses ganhos. Adicionalmente, desde a década de 1990 autores como Kinzo (1997 apud MANCUSO, 2014) já chamavam a atenção para a importância das doações eleitorais como mecanismo de influência política do empresariado nos processos decisórios do Estado. Sendo assim, é levantada a hipótese de que a rede de financiamento eleitoral dos membros da CMADS - formada pelos candidatos e seus respectivos doadores de campanha - fornece indicativos de como grupos empresariais abrem canais de influência sobre os mandatos dos representantes eleitos e que esta relação tenha seus impactos na

produção legislativa da comissão, manifestada nos comportamentos dirigidos por seus membros.

Este é um tema que guarda intrínseca relação com o aprimoramento da democracia, afinal pouco vale uma eleição formalmente bem administrada quando a condição de financiamento do candidato influencia decisivamente o resultado eleitoral. Nas eleições gerais de 2014 as empresas destinaram R\$ 3,05 bilhões, praticamente três quartos dos R\$ 4,14 bilhões arrecadados pelas campanhas eleitorais (HOROCHOVSKI, et al., 2020). Na eleição de 2010, essa porcentagem foi ainda maior e o financiamento empresarial correspondeu a 82% das receitas das campanhas políticas (HOROCHOVSKI, et. al, 2016). Tal volume de investimentos provoca indagações sobre o porquê de as empresas decidirem financiar campanhas.

A sociologia estrutural considera que atores sociais possuem motivações individuais, ao mesmo tempo em que estão condicionados por superestruturas que limitam as estratégias disponíveis. Essa vertente da sociologia considera que o tecido social é composto por uma teia de interações que formam estruturas, estas, moldam os atores em interação ao mesmo tempo em que são moldadas pela ação dos mesmos (HIGGINS; RIBEIRO, 2018).

A estrutura de financiamento dos membros da CMADS é analisada sob a ótica da sociologia estrutural, e pergunta-se: Quais são as relações entre as redes de financiamento eleitoral e os padrões de atuação dos deputados membros da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, durante a 55ª legislatura?

O objetivo é explorar a forma com que os interesses empresariais particulares se aninham as esferas institucionais a partir da comparação entre duas arenas: eleitoral e parlamentar. Sendo dois objetivos específicos: (a) identificar as redes de financiamento eleitoral dos deputados que compõem a 55ª legislatura da CMADS e (b) realizar análise exploratória dos relatórios de atividades da comissão entre 2015 e 2018, em busca de padrões de atuação. Em outras palavras, busca-se mensurar a extensão dos relacionamentos entre agentes partidários, parlamentares e representantes do capital financeiro, bem como seus reflexos na produção legislativa da CMADS.

A análise de redes permite identificar *stakeholders*, ou seja, parlamentares, partidos ou empresas com grande capacidade de conectividade. Eles são as “*vigas mestras*” da rede de financiamento porque doam e recebem grandes investimentos, ou porque intermedeiam transações. A ARS identifica também grupos de interesse que se formam no interior da rede de financiamento. Essa identificação é central para análises estruturais e permite verificar se há correspondência entre áreas de atuação das empresas doadoras e setores possivelmente beneficiados pela forma como atuaram os deputados eleitos.

A pesquisa aqui proposta pretende contribuir para a bibliografia que relaciona investimento eleitoral e benefícios aos investidores, adicionando a esta equação a variável referente à atuação durante o mandato (posicionamento e voto) do agente político alvo da doação. Para isso, foi utilizado ferramentas e medidas da Teoria de Análise de Redes Sociais (ARS) e da Teoria dos Grafos como metodologia para o exame topológico e modular da estrutura de financiamento de campanha dos membros da CMADS. Enquanto a análise exploratória dos relatórios foi realizada buscando sinais de jogos em múltiplas arenas, conforme prevê a Teoria da Escolha Racional.

O exercício justifica-se uma vez que Mancuso (2014), quando se dedica a mapear o estado da arte do tema “financiamento eleitoral” no Brasil, comenta: “em primeiro lugar, salta à vista a ausência de estudos sobre eventuais vínculos entre financiamento de campanha e comportamento parlamentar de representantes eleitos” (MANCUSO, 2014, p. 24). Por isso, o estudo contribui para a bibliografia que relaciona investimento eleitoral e benefícios aos investidores, adicionando à equação o fator posicionamento e voto, lançando mão de um exercício metodológico, relativamente inovador, de aplicação da Análise de Redes Sociais em ciência política, para melhor compreensão dos fenômenos sociopolíticos.

O exercício de mapear a estrutura de financiamento eleitoral dos deputados membros da CMADS durante a 55ª Legislatura dá indícios da própria estrutura de financiamento eleitoral do Brasil, sendo, inclusive, uma metodologia passível de ser aplicada em outras esferas ligadas aos mais diferentes temas. A escolha da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável como objeto de estudo ocorreu pois esta pode ser considerada um *lôcus* privilegiado onde ocorre o processo decisório da produção normativa referente aos modelos de desenvolvimento no país (mais ou menos sustentável), determinados por uma série

de fatores que vão desde a dimensão econômica às perspectivas socioculturais e ambientais.

A opção de trabalhar com dados da 55^a legislatura foi em virtude da atualidade do objeto. A legislatura encerrou em 2019 e, portanto, estão disponíveis no sítio eletrônico da Câmara dos Deputados os relatórios de atividade dos quatro anos de duração do mandato (2015/2018). E pelo fato de que, a partir de resolução do Tribunal Superior Eleitoral (nº 23.406/2014) que obriga partidos políticos a declararem doador originário, torna-se possível, para as eleições de 2014, capturar e explorar o fluxo de financiamento que transcorre da pessoa jurídica para o agente partidário e deste para o candidato.

Desse modo, vislumbra-se a possibilidade de mensurar relacionamentos entre agentes públicos e financiadores eleitorais e investigar os reflexos de tais vínculos na atuação do deputado financiado. Além de cruzar os achados com atributos dos atores que compõem a rede, como por exemplo, a pertença do alvo da doação na mesa diretora, o número de relatorias em seu nome, as propostas aprovadas, ideologia partidária, sexo, escolaridade, entre outros. Os achados de pesquisa podem auxiliar organizações, pesquisadores e outros atores sociais que buscam alternativas de aperfeiçoamento dos mecanismos de *accountability* e monitoramento da ação governamental e da consequente, ampliação da democracia.

Além desta introdução, a dissertação é composta de cinco capítulos. O primeiro é a revisão de literatura, que aborda como o debate sobre diferentes modelos de desenvolvimento permeia as diversas arenas de jogos nas quais os membros da CMADS se inserem. Aborda também o conceito de redes sociais e outros termos da Teoria dos Grafos, úteis para a compreensão dos resultados produzidos. Em seguida são descritos os procedimentos de pesquisa, para então apresentar e discutir os resultados gerados. Por fim, os dados são interpretados para responder às questões iniciais da pesquisa. Além disso, alguns apontamentos são feitos sobre desdobramentos futuros a partir das conclusões do estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O “desenvolvimento sustentável” é um conceito, relativamente, recente e ainda sem definição consensual. As atividades da CMADS podem oferecer pistas da compreensão que seus membros compartilham sobre o tema. Isso é importante porque são esses tomadores de decisão que legislam sobre usos mais ou menos restritivos dos recursos naturais e disparidades geradas na relação humano-natureza. Esses atores, sendo racionais, se orientam por objetivos e escolhem os meios ótimos para alcançá-los (TSEBELIS, 1998). Candidatos almejam ser eleitos. Portanto, a eleição de 2014 é uma arena de jogo na qual os deputados se mostraram exitosos nas estratégias adotadas, uma vez que conseguiram ascender ao cargo. Nesta arena, interagiram candidatos e financiadores, principalmente empresas e partidos políticos. O produto da interação entre comportamentos dirigidos por atores sociais pode ser expresso por meio de uma rede. A Análise de Redes Sociais permite identificar os atores privilegiados nessa teia de interações, uma vez que o financiamento eleitoral é decisivo para o sucesso ou derrota do candidato, sendo vasta a literatura brasileira que apresenta o fenômeno no qual mais recursos financeiros revertem-se em maior quantidade de votos recebidos (MANCUSO, 2007).

A construção deste capítulo teórico se divide em três partes: a primeira sobre as diferentes concepções acerca do “desenvolvimento sustentável” e a construção da ideia de “desenvolvimento” como símbolo de coesão social. A segunda parte é reservada para a discussão sobre a importância do financiamento eleitoral como canal de influência dos diferentes grupos de interesse empresariais nas decisões do setor público; nela, a Teoria da Escolha Racional é útil para compreender o comportamento de representantes eleitos. E por último, trago o conceito de “redes sociais” para tornar clara a importância dos aspectos relacionais neste estudo.

2.1 MODELOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM DISPUTA E DESENVOLVIMENTO COMO SÍMBOLO

2.1.1 Desenvolvimento como atualização da ideia de progresso: crítica a um caminho linear

No dia 20 de janeiro de 1949, quando tomava posse o Presidente dos EUA Henri S. Truman, uma nova era se abria para o mundo – a era do desenvolvimento. (SACHS, 2000, p. 59). Na ocasião - final da Segunda Guerra Mundial - os Estados Unidos estavam indiscutivelmente no centro econômico e político, ditando seu incessante modelo de produção para o resto do planeta. Em seu discurso “ao usar pela primeira vez, em tal contexto, a palavra ‘subdesenvolvimento’, Truman deu um novo significado ao desenvolvimento e criou um símbolo” (SACHS, 2000, p. 60) que passou a exercer hegemonia sobre os demais modelos de organização social. A capacidade de Truman de fazer-se crer pelo discurso denota criação de um poder simbólico – imaterial – para dominação sobre as modalidades de uso dos recursos naturais, que possuem dimensão material.

É certo que na história da humanidade houve a necessidade de ferramentas de coesão social (BERGER & LUCKMANN, 2003, p. 126), aspectos culturais enaltecidos ao patamar de símbolos com a função de unir a todos em torno de uma ideia central (função agregadora). Além disso, são ferramentas de exercício de controle tanto sobre o território, quanto uns sobre os outros. Símbolos são mecanismos de legitimação, sendo que “a legitimação é este processo de ‘explicação’ e justificação” (BERGER & LUCKMANN, 2003, p. 128)”. O papel legitimador dos símbolos reside no fato destes representarem uma ordem capaz de conferir autoridade a algo, assim, “o universo simbólico fornece a legitimação final da ordem institucional, outorgando a esta a primazia na hierarquia na experiência humana” (BERGER & LUCKMANN, 2003, p. 135).

Este fenômeno acontece nitidamente na consolidação do atual modelo de desenvolvimento, incluindo o desdobramento enquanto Desenvolvimento Sustentável, desde a sua origem com a ideia de “progresso” nascida na Revolução Burguesa, final do século XVIII, que instituiu o racionalismo e o empirismo como nova base do conhecimento, destituindo a autoridade religiosa. Nessa nova forma de organização social:

Tudo era posto em dúvida e a coesão social passava a depender mais da visão do futuro do que na memória do passado. Essa visão do futuro encontrou sua expressão definitiva na ideia de progresso. [...] a ideia de progresso poderá unir os homens de forma ainda mais sólida do que a antiga fé religiosa. (FURTADO, 1978, p. 71).

A categoria de progresso, segundo Rüsen (1989), representa a gênese

histórica da sociedade moderna, “como um desenvolvimento que merece ser endossado e ao qual pode e deve dar continuidade [...] o futuro aparece como superação da qualidade de vida já atingida através da dominação sobre a natureza” (RÜSEN, 1989, p. 304). Nesse contexto, o modelo cultural que caracteriza as sociedades como modernas distingue, qualitativamente, esta experiência histórica das demais formas de vida mais antigas. A partir do consenso massivo em torno de uma ideia que “era nada mais que uma entre as muitas formas de vida social, tornou-se por definição o estágio final de um caminho unilinear para a evolução social” (SACHS, 2000, p. 63). O conceito de desenvolvimento como atualização da ideia de progresso serviu ainda para “fomentar a consciência de interdependência de grupos e classes com interesses antagônicos” (FURTADO, 1978, p. 76). No entanto, Wolfgang Sachs (2000) argumenta que:

Para que aqueles que constituem os dois terços da população mundial atual possam pensar em desenvolvimento – qualquer tipo de desenvolvimento – é preciso em primeiro lugar que se vejam como subdesenvolvidos, com o fardo total de conotação que o termo carrega. (SACHS, 2000, p. 61).

O conceito de “subdesenvolvido” acaba por se tornar um símbolo tão forte quanto a ideia de desenvolvimento, esta última, em seu sentido positivo, “é um eterno lembrete daquilo que eles não são” (SACHS, 2000, p. 65), com o poder de impor às Nações enormes sacrifícios diante da promessa de um padrão de vida ostentado nos países de “Primeiro Mundo”, assim, massa e burguesia compartilham do mesmo ideal de desenvolvimento.

Contudo, Rüsen (1989) argumenta que as qualidades do que é moderno vêm sendo questionadas. O autor submete à uma crítica histórica as contradições entre promessas e resultados obtidos pela modernização, apresentando os custos e sacrifícios do processo de desenvolvimento que conduziu às atuais formas de vida (RÜSEN, 1989, p. 315 a 316), para destacar a modernidade como ameaça. Em face do saldo negativo, principalmente social e ambiental:

[...] cresce o potencial de destruição e os riscos de autodestruição da humanidade; os recursos naturais que servem à vida humana são destruídos pelo domínio e pela exploração da natureza via ciência, tecnologia e indústria [...] A promessa do Iluminismo de utilizar livremente as forças da razão humana para criar condições de vida humanas [...] não só não foi cumprida, mas até transformada em seu oposto. A razão, liberta de suas limitações tradicionalistas, criou novos mecanismos de dominação,

novas dependências econômicas e conduziu a uma nova insensatez. (RÜSEN, 1989, p. 304).

Diante da crescente homogeneização de um padrão de vida gerador de grandes custos ambientais, Furtado (2013) se preocupa com os fluxos desiguais de acúmulo gerados por tal processo, que provocam um fosso entre um centro e uma constelação de economias periféricas e seus efeitos de pressão sobre os recursos não renováveis. A relação centro/periferia, provoca dois tipos de fossos, um gerador de efeitos globais e outro gerador de efeitos locais. O primeiro entre países centrais e periféricos e o segundo, dentro dos países periféricos, entre uma pequena elite e a maioria da população “jogada” às margens. Com o agravante de que, sendo o nível de renda mais baixo em países periféricos, a minoria que nesses locais reproduz o estilo de vida de países do centro, “deve dispor de uma renda cerca de dez vezes maior do que a renda per capita do próprio país” (FURTADO, 2013, p. 171). Assim:

Com efeito, se observarmos o sistema capitalista em seu conjunto, vemos que a tendência evolutiva predominante é no sentido de excluir nove pessoas em dez dos principais benefícios do desenvolvimento; se observarmos em particular o conjunto dos países periféricos constatamos que aí a tendência é no sentido de excluir dezenove pessoas em vinte. (FURTADO 2013, p. 173).

Esta disparidade continua crescendo. Fariza (2015) revela uma enorme desigualdade entre privilegiados e o restante da humanidade: “1% da população mundial [...] possuem tanto dinheiro líquido e investido quanto o 99% restante da população mundial” (FARIZA, 2015, p. 1), para ele, o fenômeno continua aumentando desde o início da Grande Recessão no ano de 2008.

A literatura sobre o tema fornece pistas de que o atual padrão de consumo dos países cêntricos é insustentável ao próprio sistema e, assim, será sempre privilégio de poucos. Furtado (2013) prevê que, as custas da depredação do mundo físico, qualquer tentativa de generalizar o estilo de vida ostentado nesses países representaria o colapso de toda uma civilização: “Temos assim a prova cabal de que o desenvolvimento econômico – a ideia de que os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos – é simplesmente irrealizável” (FURTADO, 2013, p. 174). Portanto, na visão do autor, o desenvolvimento não passa de um mito.

Para Almino (1993, apud FERNANDES et. al, 2007) a noção de que a capacidade do Planeta não permite que os países “em desenvolvimento” atinjam os padrões de produção e consumo do Norte desenvolvido, já é lugar comum no pensamento ecológico. Permeado por relações de poder e políticas de dominação, o Desenvolvimento Sustentável surge como modelo elaborado por países cêntricos para apontar uma possibilidade de desenvolvimento diferente para os países periféricos, despontado como modelo de “bom” desenvolvimento. Dentre os sacrifícios solicitados, era preciso que os países “em desenvolvimento” aceitassem, como consequência necessária, “a limitação do estilo de consumo e do ritmo de produção do Sul e, por tabela, a concordância com a manutenção dos padrões de consumo e produção do Norte” (FERNANDES et. al, 2007, p. 175). Afinal de contas, a interdependência das economias na era da Globalização tornou inviável a revisão das formas de desenvolvimento estabelecidas e dos padrões gerais de produção pelos países periféricos se tal exercício não ocorrer ao mesmo tempo no centro do sistema econômico mundial. Sendo assim, “o Desenvolvimento Sustentável do Sul seria, portanto, fundamental para a sobrevivência da Humanidade e para a preservação dos padrões e consumo no Norte” (ALMINO, 1993, apud FERNANDES et. al, 2007, p. 176).

Os problemas ecológicos resultantes das disfunções estruturais do sistema de produção econômica são causas de profundas desigualdades de renda, fome generalizada e da enorme discrepância dos padrões de consumo entre países. Mesmo assim, o caráter mobilizador dos símbolos - capaz de criar consenso entre diferentes setores do tecido social - alinhado com a visão de futuros, são elementos identificados em como a ideia de Desenvolvimento Sustentável se apresenta, principalmente nos discursos de organizações internacionais. Nesses espaços:

O que os defensores do modelo de Desenvolvimento Sustentável frequentemente fazem é, aludindo às ideias de unidade planetária, que implicam a secundarização das diferenças existentes no mundo real, propor alianças entre todos os grupos e estratos sociais, como se os problemas ambientais afetassem a todos por igual. (FERNANDES et. al, 2007, p. 146).

O caráter simbólico do conceito é explícito na visão da autora quando afirma que:

No caso do Desenvolvimento Sustentável é possível identificar uma articulação de símbolos, significados e conceitos capazes de mobilizar uma aceitação mundial, um consenso altamente significativo, sem que haja um esforço intelectual profundo para o enfrentamento das questões concretas envolvidas na discussão. (FERNANDES et. al, 2007, p. 146).

O estabelecimento de um discurso consensual sobre sustentabilidade vem, em geral, acompanhado da preocupação com a capacidade das gerações futuras em satisfazer suas necessidades. No entanto, a discussão realizada até aqui oferece indícios que os benefícios do atual modelo de desenvolvimento não são compartilhados e forma igualitária, portanto, “a preocupação em assegurar esses mesmos recursos para as gerações futuras não garante que as estruturas de acesso no futuro não tenderão a reproduzir as condições de acesso do presente” (FERNANDES et. al, 2007, p. 151).

A preocupação com a capacidade das gerações futuras em satisfazer suas necessidades está na gênese do conceito de desenvolvimento sustentável, conforme demonstrado a seguir.

2.1.2 Desenvolvimento Sustentável: as disputas em torno do conceito

As questões ambientais começam a ganhar espaço nas agendas dos estados nacionais a partir do final da década de 1960, início de 1970. Já o conceito de desenvolvimento sustentável é para B. Hopwood et. al. (2005) resultado de um processo de conscientização da humanidade sobre o estreito vínculo entre questões ambientais e problemas de natureza socioeconômica. Marcolina Fernandes (2007) reconhece que o Desenvolvimento Sustentável foi um mecanismo eficaz no processo de construção de uma ordem ecológica dentro da economia mundial. (FERNANDES et. al, 2007).

O primeiro uso significativo do termo foi em 1980 no World Conservation Strategy (IUCN et. al, 1980), tanto neste documento quanto no Relatório de Brundtland (1987) verifica-se a forte preocupação com a capacidade das gerações futuras em satisfazer suas necessidades, quanto a moradia, alimentação e saneamento básico, por exemplo. Foi também a primeira visão global que considerou o meio ambiente (REDCLIFT, 2005). O Relatório de Brundtland (1987) define Desenvolvimento Sustentável como sendo uma abordagem sustentada sob

os pilares da eficiência econômica, equidade e eficiência ecológica (FERNANDES et. al, 2007). A Comissão Brundtland definiu o conceito como um modelo de desenvolvimento que atenda às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades (REDCLIFT, 2005).

O conteúdo simplista que o termo carrega no Relatório de Brundtland sofre várias críticas. Para Redclift (2005) abordagem é enganoso e obscurece as complexidades e contradições subjacentes. Primeiro porque as “necessidades” mudam, portanto, é improvável que as necessidades das gerações futuras serão as mesmas da atual geração. Segundo, as necessidades dos povos são inúmeras e diferentes em cada Nação, condicionadas a aspectos culturais, políticos e econômicos específicos (REDCLIFT, 2005, p. 214, tradução nossa). Já para Fernandes et. al (2007), a construção de um modelo de sociedade com base na sustentabilidade perde a plausibilidade quando são examinados à luz da economia e equidade. Além disso, a fragilidade enquanto modelo alternativo de desenvolvimento é demonstrada pelo fato de que um padrão de crescimento econômico diametralmente oposto a ideia de sustentabilidade dos ecossistemas segue seu curso - sem sinais de alteração - nos países centrais que protagonizam as organizações internacionais, propositores da alternativa denominada desenvolvimento sustentável (FERNANDES et. al, 2007, p. 149). Por último, o caráter gerencialista do modelo apresentado no Relatório de Brundtland é alvo de críticas, por ser operado com o pragmatismo típico dos processos gerenciais, com base na crença de que organizações internacionais são espaços destituídos de vestígios políticos, compostos por gestores, teoricamente, neutros.

Enquanto o Norte, em plena Era Industrial, impulsionava os demais países a entrar na sociedade de consumo e já ensaiava os passos para implementar o “estado de bem-estar”, movimentos ambientais surgiam opondo-se ao discurso hegemônico que enxerga a humanidade externa ao meio ambiente e comemora o triunfo do homem sobre a natureza, com base na crença de que a prosperidade e bem-estar em escala global podem ser alcançados com incremento de capital e que, através da tecnologia, humanos poderiam superar todos os obstáculos, incluindo os ambientais. As novas preocupações, advindas do contexto pós-guerra, reconhecem que este modelo de desenvolvimento falhou em erradicar a pobreza global e dentro dos países, por não considerar que os laços que são estabelecidos e atividades

realizadas na vida em sociedade estão inseridos no meio ambiente e que, portanto, os problemas ambientais são globais, ainda que existam localmente.

Neste contexto, o Desenvolvimento Sustentável surge como uma alternativa em substituição ao modelo de desenvolvimento em curso desde a era industrial, sustentado na cultura do consumo que transforma supérfluos em necessidades indispensáveis, às custas da queima crescente de recursos energéticos nos ciclos produtivos. Contudo, Fernandes et. al (2007) esclarece que esse processo não foi interrompido, pelo contrário, vem se intensificando ao longo das décadas, isso denota que “não se encontra em curso projetos sociais que visem corrigir as grandes diferenças, no que se refere aos padrões de vida entre indivíduos e entre nações” (FERNANDES et. al, 2007, p. 144). Não há, portanto, um modelo dando lugar a outro, e sim, a inclusão de atividades complementares ao desenvolvimento econômico que incorporam os conceitos de Desenvolvimento Sustentável.

Pierre e Foladori (2001) destacam as mudanças climáticas globais e a perda de biodiversidade como sendo os problemas ambientais mais importantes da atualidade, sendo que a maioria da opinião científica reconhece o fato de que o planeta está diante de uma crise ambiental. No entanto, o vislumbre da necessidade de atenção às questões ambientais não gerou consenso sobre a maneira como elas deveriam ser tratadas. Assim, “nos confrontamos com vários discursos diferentes de 'desenvolvimento sustentável', alguns dos quais são mutuamente excludentes” (REDCLIFT, 2005, p. 213, tradução nossa). A polêmica em torno do conceito parte do questionamento de se a sustentabilidade pode, ou não, ser incorporada na lógica de mercado. Também se questiona o que exatamente deve ser mantido quando se refere à sustentabilidade. Enquanto correntes afirmam que o que deve ser sustentado é a capacidade de tolerância dos ecossistemas, outras comprometem-se com a sustentabilidade do progresso econômico via desenvolvimento. De toda forma, é evidente nas diferentes literaturas sobre o tema, que a força do conceito Desenvolvimento Sustentável reside mais no seu poder enquanto discurso do que enquanto modelo. Tal discurso é mobilizado ora para tentar dar plausibilidade ao conceito oficial, ora para criticá-lo em sua raiz.

B. Hopwood et al (2005) argumentam que a frouxidão do termo “desenvolvimento sustentável” causa ambiguidade, sendo usado em discursos que apontam para a prioridade em erradicar a pobreza, ao mesmo tempo em que fala sobre crescimento econômico acelerado; ou mesmo a sustentabilidade como

‘slogan’ que governos e empresas usam sem, contudo, se comprometer com qualquer ruptura significativa de seu curso atual. Segundo Redclift (2005) tanto os ativistas por maior igualdade global entre nações, quanto as grandes corporações internacionais recorrem ao termo "desenvolvimento sustentável" para justificar ou embelezar suas ações, sendo que, muitas vezes não está claro se essas diferentes perspectivas são complementares ou excludentes. A ambiguidade do termo também se apresenta pela incorporação de aspectos contraditórios no mesmo conceito, como “equidade” e “sustentabilidade”. O próprio termo Desenvolvimento Sustentável pode ser considerado um oxímoro por tentar conciliar crescimento econômico e sustentabilidade dos ecossistemas. (FERNANDES et. al, 2007). Esse aspecto de ambiguidade dificulta a aplicação do conceito.

Segundo Pierre e Foladori (2001), diferentes correntes confluíram para a meta do Desenvolvimento Sustentável que passa a ter significados diferentes em cada uma delas. Essa confluência explica-se pela hegemonia da corrente do ambientalismo moderado a partir da década de 1980. As políticas neoliberais dessa década, segundo Redclift (apud FERNANDES et. al, 2007), separaram sustentabilidade e meio ambiente, sendo a primeira confundida com discursos de equidade, governança e justiça social, sem apresentar maneira prática pela qual a sustentabilidade pudesse ser construída. Sob o título de “modernização ecológica”, ganhou força o segmento que acredita na internalização dos custos ambientais pelos mercados, o que torna nebulosa a dimensão material - enquanto recurso natural - dos produtos e serviços que são consumidos. A internalização refere-se à maneira pela qual novas tecnologias mais limpas podem ser utilizadas pelas empresas, dentro de uma estrutura que conduz a práticas mais “sustentáveis”, na perspectiva de duplo benefício: estímulo do crescimento econômico sem aumentar a poluição (REDCLIFT, 2005, p. 217).

Diante da multiplicidade de definições sobre o “desenvolvimento sustentável” B. Hopwood et. al (2005) propõem uma metodologia para mapear os diferentes movimentos conforme o peso que fatores ambientais e questões econômicas combinados exercem na agenda das organizações. Este mapa revela três visões distintas sobre a natureza das mudanças necessárias na política da sociedade, estruturas econômicas e nas relações humanidade-ambiente para alcançar o desenvolvimento sustentável (HOPWOOD et. al, 2005, p. 5): Status Quo, Reforma, Transformação.

Os defensores do status quo negam que a humanidade esteja à beira de um colapso ambiental ou social, apesar de reconhecerem a necessidade de mudança, não defendem a ruptura, uma vez que ajustes podem ser feitos sem comprometer a estrutura social e suas relações de poder. O desenvolvimento aqui é identificado como crescimento e crescimento econômico visto como parte da solução para erradicar problemas como a fome generalizada, por exemplo. Ao invés de mexer nas estruturas, preferem incentivar a adoção de um estilo de vida mais sustentável por parte do consumidor, argumentando que uma alteração nas escolhas feitas pelos consumidores impulsiona o mercado a adotar modelos mais sustentáveis de desenvolvimento. Aos defensores do status quo agradam as “mudanças no papel do governo nas últimas décadas como a redução da natureza progressiva da tributação, cortes no salário social, vatização e redução na regulação” (HOPWOOD et. al, 2005, p. 5) uma vez que são relutantes em usar leis reguladoras. Assim, demonstram fraco compromisso com a sustentabilidade, bem como com a vida dos mais pobres e a concentração de poder, preferindo preservar a estabilidade macroeconômica por meio de “reformas amigáveis”.

Os reformistas se colocam em oposição à maioria das empresas, governos e tendências dentro da sociedade, porém, seu enfrentamento não é radical. Em geral, assumem que mudanças profundas na política e no estilo de vida das sociedades serão necessárias em algum momento, mas preferem adotar medidas de longo prazo e dentro das estruturas sociais e econômicas existentes. A estratégia é persuadir governos e organizações internacionais para introduzir as reformas necessárias. Grupo amplamente dominado pelo 3º setor, crê nos benefícios da tecnologia para o meio ambiente, na busca de alternativas para reduzir o uso de matéria-prima na economia e na eficiência energética para utilizar fontes renováveis de energia. Enquanto economistas verdes insistem na internalização dos custos ambientais pelos mercados, os principais grupos ambientalistas cada vez mais se movem para o ativismo de base, protestando contra o lobby político e afastando-se de questões ambientais sofridas pelos pobres no mundo desenvolvido. Ainda assim, é consenso entre eles o papel da ampliação da democracia e da participação, através do acesso à informação, bem como da melhoria na qualidade de vida humana e nas modificações da economia mundial para a superação do atual modelo de desenvolvimento gerador de desigualdades sociais, degradação ambiental e instabilidade mundial.

Transformacionistas compartilham a visão de que as crescentes crises no meio ambiente e na sociedade estão interligadas e que os sistemas socioambientais correm o risco de ruptura. Tais problemas possuem raízes profundas na sociedade atual e sua forma de organização, baseada na exploração da maioria das pessoas e do meio ambiente por um pequeno grupo, que não está verdadeiramente interessado no bem-estar humano ou na sustentabilidade ambiental. Neste campo estão os ecologistas profundos, movimentos preocupados exclusivamente com as transformações sociais, sem desenvolvimento sustentável e também aqueles que sintetizam os dois objetivos. Ecologistas profundos priorizam o meio ambiente em seu valor intrínseco, colocando as necessidades das pessoas em segundo plano, enquanto que socialistas clássicos priorizam as necessidades de transformação social, na crença de que os problemas ambientais serão sanados uma vez estabelecida a propriedade social dos meios de produção. Já os ecossocialistas argumentam pela necessidade de mudança nas condições materiais e estruturais para superar as duas crises: ambiental e de injustiça (PEPPER, 1993 apud HOPWOOD et. al, 2005).

Abranger uma gama de diferentes pontos de vista e intercâmbio de ideias, por vezes dificulta a classificação, mas enriquece a busca por soluções práticas. No geral, observa-se grande preocupação não só com a equidade, mas também com o alargamento a democracia ambiental, capaz de fornecer nova racionalidade social para a sustentabilidade. Preocupados também com a justiça ambiental, os transformistas se mobilizam frente a situações locais de opressão, mas percebem que a raiz de seu problema é a falta de poder político organizado. A estratégia, então, é trazer populações marginalizadas como grupos indígenas, os pobres, a classe trabalhadora e mulheres para o centro das ações (HOPWOOD et. al, 2005, p. 8).

Por fim, a economia se desenvolveu, historicamente, em torno da ideia de escassez, o papel da tecnologia era principalmente o de aumentar a produção de recursos escassos (REDCLIFT, 2005, p. 216). E agora, diante de uma crise ambiental a humanidade se depara com a possibilidade de um futuro de escassez novamente. Nesse quadro, o Desenvolvimento Sustentável é também mobilizado com intenções de formação de estoque futuro. Considerando que as maiores reservas de capital natural se encontram fora dos países centrais, o conceito tem sido acionado como política de gestão dos recursos naturais nos principais nichos

ecológicos do Planeta. A preocupação principal está em assegurar a gestão internacional dos ecossistemas a fim de garantir a reprodução continuada do modo de produção capitalista.

Redclift (2005) argumenta que se a intenção “é o rendimento sustentável de recursos renováveis, então o desenvolvimento sustentável implica a gestão desses recursos no interesse do estoque de capital natural” (REDCLIFT, 2005, p. 215, tradução nossa). Esta concepção aparece nos debates sobre sustentabilidade que discute se é possível a substituição do capital natural pelo capital humano e em que medida. Contudo, não se pode perder de vista que “capital natural, ‘crítico’ ou não, geralmente pertence a indivíduos, grupos ou interesses corporativos” (REDCLIFT, 2005, p. 215, tradução nossa). É interessante, portanto, investigar a influência de tais grupos na agenda de políticas públicas ambientais exercidas, por exemplo, em atividades de financiamento de campanha.

Um exemplo desse fenômeno é o processo de internacionalização da Amazônia. Machado (2007) em seus estudos sobre o Projeto Amazônia 21, financiado pela União Europeia e apresentado na Conferência Internacional de Desenvolvimento Regional Sustentável na Amazônia, conclui que: “A Amazônia não tem sido um problema para o Brasil e o mundo, e sim, o mundo e o Brasil tem sido um problema para a Amazônia” (MACHADO, 2007, p. 259).

Nesse sentido, a preocupação em quem toma as decisões públicas é explícita no pensamento de Redclift (2005). O autor questiona: “Como estabelecemos qual curso de ação é mais sustentável? [...] Reconhecer que as sociedades devem decidir por si mesmas não é muito útil. Quem decide? Em que base estão as decisões tomadas?” (REDCLIFT, 2005, p. 214, tradução nossa). Sendo o Brasil um território rico em biodiversidade, é pertinente investigar a estrutura de financiamentos dos membros da CMADS, seus perfis sociais, econômicos e ideológicos, entre outros aspectos. Afinal, essas estruturas acabam exercendo influência, mais ou menos direta, na forma como os decisores se posicionam diante de interesses antagônicos que permeiam a discussão sobre Desenvolvimento Sustentável.

2.2 FINANCIAMENTO ELEITORAL E AÇÃO ESTRATÉGICA DOS ATORES

2.2.1 Comportamento de atores políticos diante de opções conflitantes: jogos em múltiplas arenas e projeto institucional

Apesar do enfoque normativo da literatura sobre desenvolvimento sustentável, é difícil afirmar que os conceitos discutidos até aqui são mobilizados pelos deputados membros da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável no momento em que fazem suas escolhas. O conhecimento sistemático sobre os motivos que embasam as decisões dos atores políticos ainda é bastante modesto (STROM & C. MULLER, 1999). Essas decisões frequentemente são difíceis de ser tomadas, porque os atores se veem diante de opções conflitantes e, em muitos casos, precisam abrir mão de certos objetivos para alcançar outros. Pode ser também que objetivos almejados pelo ator político em uma arena de disputa seja conflitante com acordos firmados pelo ator em outro círculo de vínculos. Em especial, situações de representação política geram envolvimento simultâneo dos atores em múltiplas arenas, permeadas por diferentes interesses em disputa.

Conflitos entre os interesses do líder político no exercício de seu mandato e os objetivos internos dos partidos estão repletos de exemplos na literatura sobre comportamento partidário. Em *Jogos Ocultos* (1998) George Tsebelis descreve episódios em que partidos cometem “suicídios políticos” na arena parlamentar para “mandar mensagens” aos seus representantes de como se comportar em situações futuras, este processo de aprendizagem indica que havia um compromisso latente diferente daquele que era manifesto, daí a noção de jogos ocultos (que poderiam também ser traduzidos literalmente como jogos aninhados, do inglês *nested games*).

Da mesma forma, Kaare Strom e Wolfgang C. Muller em *Policy, office or votes. How political parties in western Europe make hard decisions* (1999) descrevem casos de conflitos entre “*arena parlamentar*” (mandato) e a “*arena interna*” (partido), para demonstrar que atores políticos não votam livremente conforme suas preferências, mas sim fazem uso do voto estratégico. Dentro da arena partidária, no entanto, as estratégias são em geral limitadas por questões ideológicas, tornando o voto sofisticado difícil de ser alcançado, a não ser que seus filiados estejam dotados de informação suficiente que comprove a escolha racional como a melhor estratégia. Casos em que se consegue a aproximação entre voto sincero e sofisticado verifica-se a existência de uma *estratégia global*. Mesmo assim,

o voto sofisticado é possível em todos os sistemas eleitorais resolutos, ou seja, aqueles que excluem empates. Desta forma, o princípio da racionalidade faz com que os sujeitos busquem correspondência ótima entre meio e fim.

Contudo, apesar desse princípio, em muitas vezes atores racionais não produzem resultados ótimos para si. Este dilema refere-se à tragédia dos comuns postulada por Hardin (1968) quando descreve uma situação em que, tendo livre acesso a um recurso finito, indivíduos se veem trancados em um sistema que os incentiva a aumentar sua produção sem limites em um mundo de recursos limitados, condenando estruturalmente tais recursos por conta de sua superexploração. A degradação ambiental é de se esperar, já que cada indivíduo recebe 100% do benefício sobre o que produz, mas somente uma parte dos custos decorrentes da sobrecarga.

Ostrom (1999) debruça um olhar atualizado para a tragédia dos comuns e reconhece a dificuldade da busca pelo bem-estar coletivo, ao mesmo tempo em que desafia a suposição de que a possibilidade de benefícios advindos de recursos naturais para um grupo resultaria sempre em uma situação de sobre uso e degradação coletiva. Uma vez que moradores de comunidades locais frequentemente encontram soluções para problemas coletivos, a autora traz exemplos bem e malsucedidos para argumentar que a capacidade dos indivíduos de se livrarem do dilema varia de situação para situação.

De fato, há indícios de que certos atores enfrentam escolhas difíceis mais frequentemente do que outros, uma vez que a localização no espaço político tem efeito em seu conjunto de oportunidades (STROM & C. MULLER, 1999). Isto porque fatores contextuais interferem nas estratégias disponíveis. Tsebelis (1998) apresenta casos em que, limitados por um contexto, atores políticos eram compelidos ao voto sincero, uma vez que agir racionalmente representaria *payoff* (recompensas) abaixo do esperado. Este constrangimento nas escolhas indica que atores sociais estão envolvidos simultaneamente em diferentes jogos. Neste sentido:

[...] jogos em múltiplas arenas são jogos com payoffs variáveis; o jogo é jogado na arena principal, e as variações de payoffs nessa arena são determinadas pelos eventos de uma ou mais arenas. A natureza do jogo final muda, dependendo da ordem de magnitude desses payoffs, da possibilidade dos atores se comunicarem ou não entre si e da repetição ou não do jogo ao longo do tempo. (TSEBELIS, 1998, p. 25).

Quatro tipos de jogos de duas pessoas são apresentados: o dilema do prisioneiro; o jogo do seguro, onde jogadores independentes podem escolher cooperar num jogo de estratégias convergentes; o jogo da galinha, em que os jogadores dirigem um carro diretamente um para o outro porque acreditam que o oponente irá desviar, ou ambos desviam porque acreditam que o oponente continuará em frente; e o jogo do impasse, que implica a não existência de valores possíveis para que se produza resultados de cooperação. Em cada um deles existem recompensas (*payoffs*) variáveis para a deserção dos jogadores ou a colaboração. Ao cabo, o autor demonstra que para os quatro jogos, a probabilidade de cooperação aumenta quando os *payoffs* para cooperação aumentam, e quando os *payoffs* em caso de deserção diminuem. Esta é uma descoberta central por revelar que a ação dos atores sociais é orientada por incentivos.

Ostrom (1999) chama atenção para os jogos não cooperativos, onde a estratégia dominante é desertar, em especial, o dilema do prisioneiro. Neste jogo cada ator tem que tomar sua decisão sem saber a escolha do outro. A ambos os prisioneiros são oferecidas diferentes recompensas para deserção ou cooperação. Sendo o pior resultado possível que um deles confesse enquanto o outro permaneça em silêncio, e o melhor resultado possível seria o silêncio de ambos. Este dilema “fascina os estudiosos pelo paradoxo de que as estratégias individualmente racionais desafiam uma fé universal de que seres humanos racionais podem alcançar resultados racionais” (OSTROM, 1999, p. 5, tradução nossa).

Em seguida, apresenta um quinto jogo em que os atores possam fazer um contrato vinculativo para comprometer-se com uma estratégia cooperativa. Neste caso, movimentos adicionais devem ser incluídos abertamente na estrutura geral de forma que nenhuma das partes tenha incentivos para desertar. A principal diferença entre o jogo cinco e os demais é que os participantes projetam seus próprios contratos à luz das informações que tem em mãos (OSTROM, 1999, p. 17, tradução nossa).

A chave do argumento de Ostrom (1999) está em afirmar que alguns indivíduos saem da armadilha inerente ao dilema dos bens comuns, enquanto outros continuam presos à destruição pelo jogo. Isso leva ao questionamento sobre quais diferenças existem entre aqueles que mudam os limites do próprio jogo e aqueles que não o fazem.

De fato, atores sociais respondem a regras institucionais que delimitam as alternativas disponíveis. Existe um jogo a ser jogado, com recompensas estabelecidas e um jogo sobre as regras do jogo, que visa a alterar a magnitude dessas recompensas. Desta forma, a expressão projeto institucional refere-se à inovação política sobre as regras do jogo. Ao fazer isso o ator não só altera o próprio jogo como amplia o seu espaço estratégico e escolhe uma opção que antes não estava disponível.

Verifica-se que agentes políticos tomam medidas necessárias para assegurar o sucesso de suas empreitadas, inclusive modificando a matriz das recompensas (*payoffs*) para ampliar as opções disponíveis. Dessa forma, o projeto institucional representa uma “maneira sistemática de pensar a respeito das instituições políticas. As instituições não são consideradas somente como coerções herdadas, mas possíveis objetos da atividade humana” (TSEBELIS, 1998, p. 24).

Da mesma forma que as instituições moldam os atores e são moldadas por eles, fatores contextuais sofrem interferência da ação dos atores ao mesmo tempo em que são determinantes para as variações das recompensas. Neste sentido, é unânime em ambos os argumentos que o acesso à informação é fundamental na estratégia dos atores, além de permitir a eles fazer uso do voto sofisticado, possibilita o desenvolvimento de estratégias contingentes ou correlacionadas. Sendo a racionalidade uma exigência restritiva:

Uma vez imposta a exigência, o número de equilíbrios possíveis é restrito e algumas vezes insatisfatório (como o caso do dilema do prisioneiro). A situação muda drasticamente, porém, quando se permite estratégias contingentes: o número de equilíbrios torna-se infinito (TSEBELIS, 1998, p. 85).

Ostrom (1999) afirma que a principal fonte de incerteza dos atores é a falta de conhecimento sobre a estrutura exata dos recursos, suas características internas, limites e fronteiras. Sem isso, apropriadores locais têm pouca motivação para contribuir para a previsão continuada de recursos. Portanto, “as normas de comportamento afetam a maneira como as alternativas são percebidas e pesadas” (OSTROM, 1999, p. 35, tradução nossa) pelos atores. Quanto às estratégias de auto-organização, a autora levanta a questão de que de assumir a possibilidade de atores sociais serem capazes de criar mecanismos para livrar-se do dilema dos comuns é uma posição que difere do que se encontra em grande parte da literatura

política. Enquanto não superado o desafio de desenvolver teorias realistas quanto às necessidades e limitações humanas em lidar com uma variedade de situações que, a priori, compartilham características de uma tragédia dos comuns, “as principais decisões políticas continuarão a ser tomadas com a presunção de que indivíduos não podem organizá-las e sempre precisam ser organizadas por autoridade externa” (OSTROM, 1999, p. 39, tradução nossa).

Compreender que atores políticos, responsáveis pelos rumos do desenvolvimento no país, podem agir conforme os pressupostos da *teoria de jogos* é fundamental, uma vez que se trata de uma teoria descritiva na qual o comportamento humano em contextos políticos se torna previsível. Há de se considerar, no entanto, alguns limites da aplicabilidade da teoria, entre eles o fato de que a teoria da escolha racional compete a estudos de situações bem estruturadas, sua aplicabilidade só é possível se considerada: 1) a relevância da questão e o acesso à informação; 2) o processo de aprendizado e 3) a heterogeneidade dos indivíduos. Considerando a Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara (CMADS) um ambiente propício para a aplicação da Teoria da Escolha Racional a fim de analisar o comportamento de seus membros, a preocupação recai em identificar os jogos ocultos que permeia a atuação desses deputados.

2.2.2 Descrição das regras de jogo

A opção de trabalhar com a abordagem da escolha racional torna necessário deixar claras as “*regras do jogo*”, pois estas limitam o movimento dos atores e influenciam nas estratégias disponíveis. Traduzindo o presente objeto de pesquisa nos termos da teoria dos jogos, é possível afirmar que os deputados membros da 55ª legislatura estão envolvidos em pelo menos duas arenas distintas. Os membros desta comissão foram eleitos em 2014, a eleição daquele ano é, portanto, uma arena de jogo, aqui denominada arena eleitoral, com determinadas regras, diante das quais os deputados se mostraram exitosos nas estratégias adotadas, uma vez que conseguiram ser eleitos. Outra arena de jogo, arena parlamentar, na qual os deputados da CMADS se encontram é o próprio espaço da comissão, regidos por normativas que estabelecem como os membros são escolhidos e quais são suas atribuições. Vale lembrar que, permeando ambos os espaços, estão os interesses

dos financiadores de campanha, principalmente empresas e partidos políticos. O primeiro esforço então é descrever as regras que regem essas duas arenas: eleitoral e parlamentar.

O financiamento eleitoral no Brasil, de 1994 a 2014, se caracterizava como misto, recebendo investimentos públicos e privados. A partir da aprovação da Lei 13.165/2015 (BRASIL, 2015) que proíbe investimentos empresariais, o financiamento passa a ser exclusivamente público ou por doações de pessoas físicas. As principais fontes de recursos para campanhas eleitorais, até então, eram justamente empresas privadas. Nas eleições de 2016, tal tipo de doação não foi mais possível. Contudo, durante as eleições nas quais disputaram os deputados alvo deste estudo, o orçamento de suas campanhas podia ser composto a partir de quatro fontes de recursos: pessoas jurídicas (empresas), pessoas físicas, recursos do próprio candidato e aqueles advindos do fundo partidário (fonte pública). Outras fontes de recursos também eram possíveis, como doações pela internet, aplicações financeiras e doações referentes à utilização de bens móveis ou imóveis de propriedade do doador, mas essas modalidades de financiamento nunca chegaram a representar 1% das receitas (MANCUSO et al., p. 14, 2019).

Os limites de gastos de campanha eram regidos pela Lei das Eleições nº 9.504/1997 (BRASIL, 1997) que limitava as empresas em até 2% do seu faturamento declarado na Receita Federal no ano anterior às eleições. Apesar de pessoas físicas serem capaz de doar até 10% do seu rendimento bruto declarado ao fisco no ano anterior aos candidatos a deputado federal em 2014, esse tipo de doação não foi considerado para a presente pesquisa. Uma vez que o foco reside em explorar as relações entre financiadores empresariais de campanha com representantes do poder público. Já o teto para autodoação, por parte de candidato, era definido pelo partido para cada cargo em disputa. O mesmo acontecia com os recursos advindos do Fundo Partidário, composto principalmente pela dotação orçamentária anual. Desta forma, para a eleição de 2014, o limite de gastos de campanha variava conforme a capacidade econômica do doador (MANCUSO et al., p. 15, 2019), limitados somente pela previsão de gastos que as campanhas tinham de apresentar à justiça eleitoral. A reforma de 2015 altera esse quadro e limita gastos de campanha para cada cargo, sendo que para candidatos a deputados federais o atual limite máximo é de R\$ 2,5 milhões, independentemente do estado de origem.

Sobre a constituição do fundo partidário, a Lei dos Partidos Políticos nº 9.096/1995 (BRASIL, 1995) não chega a estabelecer um teto de recursos que o Fundo Partidário pode atingir, define apenas um piso que deve corresponder ao número de eleitores inscritos no Tribunal Superior Eleitoral até o último dia do ano anterior ao da proposta orçamentária, multiplicado por R\$ 0,35. Uma vez que esse valor é corrigido pelo Índice Geral de Preço - Disponibilidade Interna (IGP-DI), acaba que o valor disponível no Fundo Partidário para os partidos políticos é muito acima do piso estabelecido em lei. Este recurso é direcionado pelo TSE da seguinte maneira: 5% dividido de forma igualitária entre os partidos, e 95% conforme a proporção de votos que cada partido teve na última eleição para a Câmara dos Deputados (coeficiente partidário) (MANCUSO et al., p. 15, 2019).

Aos partidos e candidatos destinatários de financiamento eleitoral é permitido repassá-los para candidatos, partidos ou comitês, desde que o valor recebido e repassado apareça na prestação de contas de todos os atores que participaram da transação, sendo que a Resolução nº 23.406/2014 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) agora obriga os partidos políticos a declarar o doador originário das receitas provenientes de empresas. Resultados de pesquisa apontam que “doadores privados centrais destinam duas vezes mais recursos para os agentes partidários do que para os candidatos” (HOROCHOVSKI et al., 2016, p. 47).

A arena parlamentar é regulada pelo Regimento Interno da Câmara dos Deputados que no Art. 22, capítulo IV, parágrafo I define Comissões Permanentes como sendo de caráter técnico-legislativo ou especializadas, coparticipantes e agentes no processo de formulação de leis. Ainda:

[...] tem por finalidade apreciar os assuntos ou proposições submetidas ao seu exame e sobre eles deliberar assim como exercer o acompanhamento dos planos e programas governamentais e a fiscalização orçamentária da União, no âmbito dos respectivos campos temáticos e áreas de atuação. (BRASIL, Regimento Interno da Câmara dos Deputados, 1989).

Comissões Permanentes podem ainda propor sustação de atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa, por meio de um decreto legislativo; solicitar depoimento de qualquer entidade ou cidadão, inclusive convocar ministros de estado para esclarecimentos de informações; acompanhar e apreciar programas, obras, planos de desenvolvimento e emitir parecer sobre eles. Especificamente, a Comissão de Meio

Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, enquanto comissão permanente - conforme o Art. 32, parágrafo XII - tem como atividade e competência legislar sobre: a) política e sistema nacional do meio ambiente; direito ambiental; legislação de defesa ecológica; b) recursos naturais renováveis; flora, fauna e solo; edafologia e desertificação; c) desenvolvimento sustentável. (BRASIL, Regimento Interno da Câmara dos Deputados, 1989).

A mesa diretora da comissão permanente em cada legislatura é eleita por seus pares, composta pela Presidência, Primeira, Segunda e Terceira Vice-Presidência. Ela quem define quantos membros a comissão terá - desde que não extrapole os limites de treze centésimos nem menos de três e meio centésimos do total de Deputados da Câmara, desprezando-se a fração - e o número de vagas de cada representação partidária (bancada), fixado pelo resultado final obtido nas eleições (coeficiente partidário) e que permanece inalterado durante toda a legislatura, sendo de responsabilidade do líder da bancada indicar os deputado(a)s que ocuparão as cadeiras. O deputado não pode presidir uma reunião cuja matéria a ser debatida e votada for de sua autoria, ou que seja ele o relator; nem o autor da proposição pode ser dela relator, podendo o líder da bancada indicar substituto.

Nota-se a importância que o partido possui na estrutura de funcionamento da comissão, já que no caso de o deputado estar ocupando cargo na mesa diretora, perde a vaga ao mudar de legenda (como prevê o parágrafo 5, do art. 8 da RICD). No mesmo sentido, o Art. 23 visa garantir, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos e blocos parlamentares nas comissões permanentes, incluindo membros da minoria ainda que pela proporcionalidade não lhe caiba lugar. Além disso, o parágrafo 2 do Art. 45 do RICD discorre sobre vagas ociosas e afirma que “em caso de mudança de legenda partidária, o presidente ou vice-presidente da comissão perderá automaticamente o cargo que ocupa” (BRASIL, Regimento Interno da Câmara dos Deputados, 1989), demonstrando assim que a vaga é do partido ainda que o cargo seja eletivo. Isso sem contar a importância do presidente da comissão - cargo indicado pelo partido - a quem compete designar relatores e distribuir-lhes matérias sujeitas ao parecer, podendo ele mesmo servir de relator ou relator substituto e ter ainda voto de deliberação na comissão.

2.2.3 Financiamento Eleitoral e Grupos de Interesse

Torna-se importante a identificação de grupos de interesse, representados não só pelos partidos e blocos parlamentares presentes na Câmara dos Deputados, mas também na rede de financiamento dos deputados eleitos, aproximando agentes políticos e empresariais ligados por interesses em comum, sendo que esses agentes se mobilizam em torno de um conjunto restrito de objetivos. Em “*Dicionário de Política*” (BOBBIO et al., 1998), Pasquino afirma que a definição mais explícita do que seria grupos de interesse se acha em Truman, para o qual grupo de interesse é “qualquer grupo que, à base de um ou vários comportamentos de participação, leva adiante certas reivindicações em relação a outros grupos sociais, com o fim de instaurar, manter ou ampliar formas de comportamento que são inerentes às atitudes compartilhadas” (PASQUINO, 1982 apud. BOBBIO, 1998, p. 564). Desta forma, os grupos de interesse abrem canais de influência para dentro dos negócios de estado e financiam campanhas como uma forma de investimento na esperança de recompensas futuras (HOROCHOVSKI et al., 2017).

Nesse sentido, uma vez que os grupos de interesse se orientam por objetivos é necessário explicitar quais os objetivos dos atores sociais que compõem a rede de financiamento da CMADS. Embora isso se torne mais claro nos capítulos empíricos deste trabalho, a literatura sobre comportamento partidário aponta para o fato de que os partidos políticos se orientam por um pequeno conjunto de objetivos: busca por políticas públicas, votos ou benefícios de gabinete; enquanto que os líderes partidários se esforçam alcançar o cargo (*office*) (STROM & C. MULLER, 1999, p. 5). Os autores citam que líderes partidários podem descobrir que insistir em preferências políticas específicas implica responsabilidade eleitoral, contudo, é provável que haja *trade-off* (trocas) entre diferentes objetivos, e os líderes partidários achem que precisam comprometer algumas metas para alcançar outras (STROM & C. MULLER, 1999).

Portanto, é provável que o objetivo dos deputados membros da CMADS seja permanecer na comissão. Uma vez que a busca por cargos pode ter valor intrínseco ou instrumental (STROM & C. MULLER, 1999), esses atores podem estar interessados simplesmente nos privilégios oferecidos pelo cargo ou podem enxergar o cargo como veículo para ganhar vantagens sobre o eleitorado ou afetar políticas públicas. Nesse sentido, resultados de pesquisas que utilizam a metodologia de ARS sugere que “para ser bem-sucedido eleitoralmente um candidato deve ter vários financiadores, estar próximo dos demais atores e colocar-se em posições

privilegiadas nos fluxos relacionais que estes estabelecem entre si” (HOROCHOVSKI et al., 2016, p. 44).

É interessante saber como contextos de organizações externas, a exemplo de partidos políticos, empresas e também normativas institucionais, influenciam nas estratégias adotadas pelos líderes partidários na busca por seus objetivos, porque diferentes estudos realizados sobre o tema indicam que os representantes políticos respondem mais a seus financiadores de campanha do que ao eleitorado. Sabendo que os deputados membros da CMADS durante a 55ª legislatura receberam doações de campanha advindas principalmente de partidos e empresas, a exigência de resposta por parte tanto do financiador empresa, quanto do financiador partido acaba por envolver o deputado - alvo do financiamento - em múltiplas arenas de jogos.

Ao cruzar os dados de financiamento eleitoral com uma série de atributos, como o pertencimento à bancada ruralista e o recebimento de doações de empresas ligadas ao agronegócio, Horochovski *et al.* (2016) perceberam que os deputados que rejeitaram o Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei (PL) Nº 1.876/1999, o que culminou na aprovação no novo Código Florestal (Lei nº 12.651/2012), não levaram em conta a opinião acadêmica, contrária às alterações contidas no novo código:

[...] a decisão majoritária dos parlamentares não levou em consideração a opinião pública e a opinião qualificada da comunidade científica e outros especialistas. Torna-se altamente interessante e necessário investigar outros fatores envolvidos, dos quais destacamos o interesse direto de financiadores de campanha ligados ao agronegócio. (HOROCHOVSKI et al., 2016, p. 12).

O resultado foi uma legislação mais branda quanto ao uso do solo. Fica o questionamento: se não a opinião de ambientalistas e nem acadêmica, o que subsidiou a escolha feita por aqueles deputados? Os autores apontam para o interesse de financiadores de campanha ligados a setores econômicos que sofrem impacto direto das regulamentações contidas no Código Florestal e sugerem que as características das bancadas importam nos processos decisórios.

Em relação à condição ideológica, ainda que haja dissonâncias, é possível “afirmar que ideologia partidária importa no posicionamento dos parlamentares em relação a questões ambientais, como ocorre em outros temas” (HOROCHOVSKI et

al., 2016, p. 16), sendo que, torno de 77% dos deputados de esquerda votaram “sim” e cerca de 79% dos deputados de direita votaram pelo “não”. “Como era de se esperar, há uma expressiva concentração de votos contrários à aprovação do substitutivo ao PL entre a bancada identificada como ruralista” (HOROCHOVSKI et al., 2016, p. 16). Os autores comentam ainda:

[...] Em todos os casos, estar em grupos distintos de parlamentares está associado a diferentes comportamentos em plenário, aqui considerados por meio do voto favorável ou contrário em relação à matéria analisada. Sinteticamente, homens, que não eram de partidos de esquerda e que participavam da bancada ruralista no ato da votação e que receberam financiamento de campanha de empresas ligadas ao agronegócio mostraram-se mais propensos a rejeitar o Substitutivo do Senado Federal ao PL 1.876/1999. Isso demonstra como as escolhas do eleitorado combinadas à fórmula eleitoral são determinantes no processo decisório. Uma Câmara dos Deputados com perfil majoritariamente oposto muito provavelmente teria produzido um diploma legal distinto. (HOROCHOVSKI et al., 2016, p. 22 a 23).

Na mesma linha de pesquisa, o artigo “*Estruturas de poder nas redes de financiamento político nas eleições de 2010 no Brasil*” de Horochovski et al. (2016) destaca um fenômeno da política brasileira capturado por meio de análise topológica do financiamento eleitoral, e revela uma estrutura que cerceia determinadas candidaturas e projeta outras, na qual:

Menos de 1% dos doadores privados, em sua ampla maioria os principais grupos empresariais do país, financiaram diretamente, dentre os eleitos, 85% dos governadores, 83% dos senadores, 64% dos deputados federais e 34% dos deputados estaduais. (HOROCHOVSKI et al., 2016, p. 45).

Os resultados revelaram uma rede de financiamento que abrangeu, além da presidenta, 80% dos candidatos eleitos, em que as mesmas empresas financiam candidaturas dos mais diferentes perfis ideológicos e cujo candidato que se encontra no centro da rede tem 147 vezes mais chances de se eleger do que os que se encontram em posições periféricas.

Para além disso, os diversos tipos de agentes envolvidos na rede de financiamento eleitoral se comportam de modos distintos, em função de seus interesses e estratégias específicos (HOROCHOVSKI, JUNCKES, SILVA, et al., 2016) e (HOROCHOVSKI et al., 2017). Enquanto a tendência do financiamento por parte das pessoas físicas guarda estreita relação com o ideário dos partidos,

percebe-se que, por parte das empresas, a distribuição de recursos aos partidos se dá sob o critério de maior viabilidade eleitoral e, frequentemente, financiam partidos em disputa direta entre si.

No campo da ciência política, principalmente no que diz respeito ao financiamento eleitoral no Brasil, Mancuso (2014) divide a produção bibliográfica sobre o tema em três eixos: *(i)* trata da relação entre investimento e desempenho eleitoral, para afirmar uma equação já conhecida em que mais recurso financeiro reverte-se em maior quantidade de votos; *(ii)* que relaciona o financiamento eleitoral e os benefícios aos financiadores; e o *(iii)* focaliza determinantes de financiamento eleitoral, ou seja, o que é levado em conta quando uma empresa decide investir em determinada campanha. Assim, é possível afirmar que a pesquisa aqui proposta se enquadra no eixo *(ii)* que discute os benefícios gerados para financiadores de campanha. A busca de vantagens mútuas, ou barganha, é apontada como uma das principais motivações que levam uma empresa a financiar determinada campanha.

Aqui, as doações são vistas como trocas, entre empresários e candidatos, de recursos eleitorais por benefícios. Os benefícios visados pelos doadores podem ser de diversos tipos, tais como acesso aos tomadores de decisão, celebração de contratos com o poder público, obtenção de regulamentações favoráveis, realização de gastos públicos que favoreçam seus interesses (por exemplo: construção de infraestrutura que beneficie suas empresas) etc. (MANCUSO, 2014, p. 9).

A exploração do tema do financiamento eleitoral no Brasil em geral se restringe à relação entre financiamento e desempenho eleitoral, sendo que na pesquisa feita por Mancuso (2014) o autor aponta para a escassez de trabalhos que relacionassem o financiamento de campanhas com benefícios advindos através do voto e posicionamento dos parlamentares. Santos (2015) realiza este exercício para estimar o efeito do financiamento de campanha sobre a cooperação do parlamentar com o setor da indústria e apesar de ter conseguido comprovar apenas parcialmente tais efeitos, os resultados se alinham à literatura internacional sobre o tema que encontra relação positiva entre contribuições de campanha e comportamento congressional. No sentido de mostrar como o investimento eleitoral se traduz em concessão de benefícios pelos decisores, Mancuso (2014) é enfático ao afirmar:

Há, portanto, amplo espaço para trabalhos que procurem mensurar a influência dos doadores sobre o comportamento dos parlamentares, em termos de apresentação de projetos e emendas, confecção de relatórios e

pareceres, pertença a comissões (permanentes, especiais e de inquérito), votos em comissões e em plenário etc. (MANCUSO, 2014, p. 24 e 25).

Esta lacuna se refere à omissão de variáveis independentes relevantes para a equação entre financiamento e desempenho eleitoral. Portanto, o presente trabalho investiga se há relação entre comportamento congressual e financiamento eleitoral e a forma que assume tal entrosamento. Em especial aqueles comportamentos que exercem impacto na produção normativa sobre modelos de desenvolvimento no Brasil.

Este estudo parte da hipótese de que a rede de financiamento de campanha oferece indicativos sobre os elementos influenciadores do comportamento político. Nesta arena, interagem candidatos, partidos políticos e empresas doadoras de campanha. É expresso a seguir o quanto as relações estabelecidas antes de o candidato ser eleito podem influenciar sua atuação ao longo do mandato, para tal utiliza-se a *Análise de Redes Sociais* como método para identificar a rede de financiamento eleitoral dos deputados membros da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

2.3 REDES SOCIAIS E RELAÇÕES DE PODER

Os deputados federais membros da 55ª Legislatura da CMADS receberam aportes financeiros advindos, principalmente, de seus respectivos partidos políticos e comitês de campanha e de empresas privadas. Faz sentido afirmar que o produto dessas relações forma uma rede, na qual os atores envolvidos na atividade de financiamento interagem. Tais interações são, por vezes, hierárquicas, onde certos atores ocupam posições mais vantajosas quando comparado aos demais.

A interpretação estrutural das relações sociais parte da ideia de que todo fenômeno individual é determinado por fatores do ambiente. Uma diferenciação se faz necessária no entanto, Simmel (1999 apud HIGGINS; RIBEIRO, 2018) distingue conhecimento da natureza de conhecimento da sociedade, sendo o primeiro fruto da capacidade de síntese do sujeito em relação ao meio, enquanto que o conhecimento da sociedade é produto da síntese entre sujeitos que constituem o mundo social. Desta forma, “o estado de consciência coletiva é uma síntese nova que se realiza na vida de todos os indivíduos de dela participam” (SIMMEL, 1999 apud HIGGINS;

RIBEIRO, 2018, p. 18). A sociedade existe onde há ação recíproca dos sujeitos, exercendo e padecendo de efeitos uns sobre os outros. A estrutura social é concebida, nessa perspectiva, como um jogo de equilíbrio entre forças positivas e negativas, expressas em conflito e colaboração. Ressalta-se o papel integrador do conflito, na medida em que ajuda a delimitar grupos onde se sustentam identidades.

A condição estrutural da sociedade pode ser expressa a partir de uma tríade, uma vez que para Simmel a sociedade começa a partir do jogo de três atores. A tríade cria uma estrutura mínima para expressar o fenômeno da coligação. Dessa forma, exhibe, simplificada, a dialética que habita a vida social, entre liberdade e controle (HIGGINS; RIBEIRO, 2018, p. 22). Essa representação é importante para o presente estudo pois esboça as relações de poder dentro da estrutura social. Em uma tríade os atores podem ter relações simétricas nas quais todos tenham o mesmo poder de influência e acesso à informação, ou pode ser que certos atores não estejam conectados diretamente entre si e precisam de um ator intermediário para acessarem informações, o que coloca este ator em posição vantajosa na estrutura. Em democracias representativas como a brasileira, desenha-se uma tríade na qual o representante pertence a um grupo de acesso ao cargo e o ator a ser representado não faz parte desse grupo. Neste cenário, o segundo ator depende do primeiro para acessar informação e obter poder de influência sobre as decisões. Porém, o mesmo desenho institucional por vezes reverte-se em uma tríade de bloqueio, em que o intermediador se utiliza de sua posição de vantagem para bloquear o acesso do ator a ser representado aos espaços de decisão e informação.

A condição relacional da vida em sociedade liga-se diretamente à ideia de poder. Sendo a “decisão” um elemento central nessa discussão, principalmente quando o debate gira em torno das relações entre eleitores, financiadores de campanha e candidatos em contextos de representação política. A partir desses entrelaces que a agenda de deliberação pública é estabelecida e delimita o que é, e o que não é, objeto de decisão.

Apesar de representantes políticos se verem constantemente diante de decisões difíceis de serem tomadas, Bachrach e Baratz (2011) afirmam que concentrar a atenção apenas nos processos de tomada de decisão para identificar

as relações de poder é negligenciar “o possível exercício de influência ou do poder para limitar o escopo da apresentação de propostas” (BACHRACH E BARATZ, 2011, p. 155). Para eles, “existem duas faces do poder, nenhuma das quais os sociólogos vêem e apenas uma das quais os cientistas políticos vêem” (BACHRACH E BARATZ, 2011, p. 149). Os autores tecem críticas à corrente elitista por considerar as estruturas de poder como estáveis ao longo do tempo, sem distinguir poder reputado de poder efetivo. Os pluralistas também são alvos de crítica pois, apesar de concentrarem sua atenção não apenas nas fontes de poder, mas no seu exercício, “o modelo não leva em consideração o fato de que o poder pode ser, e frequentemente é, exercido confinando-se o escopo da tomada de decisão em torno de temas relativamente seguros” (BACHRACH E BARATZ, 2011, p. 150). Para pluralistas poder significa participação na tomada de decisões.

Contudo, o poder não está totalmente incluído nas decisões tomadas. Existe uma face invisível na qual ele é exercido “na medida em que indivíduos ou um grupo [...] cria ou reforça barreiras para a aparição pública de conflito em políticas públicas, esse indivíduo ou grupo detém poder” (BACHRACH E BARATZ, 2011, p. 151). Afirma-se que organização social é a mobilização de vieses, sendo que “alguns temas são organizados no interior da política, enquanto outros são organizados fora” (SCHATTSCHNEIDER, 1960 apud BACHRACH E BARATZ, 2011, p. 151). Assim, o exercício de poder consiste também em limitar a tomada de decisão a matérias relativamente seguras (livres de contradição). A mobilização de vieses é realizada na medida em que esses grupos interferem na construção de valores de uma comunidade, seus mitos, rituais e instituições políticas, enquanto os conflitos sérios de poder permanecem latentes.

Para Bachrach e Baratz (2011) a distinção entre temas interessantes e desinteressantes deve ser feita sobre essa perspectiva. Sendo assim, qualquer desafio aos valores dominantes ou às regras do jogo constituíram um tema importante e todo o resto desimportante. Para os autores, esta é a única base sólida para a distinção entre decisões-chave e corriqueiras, elementos centrais nas análises pluralistas. Argumentam ainda que estudar valores e vieses sobre os quais se constroem os sistemas políticos ao invés de temas oferece real significado aos temas que de fato entram na agenda de deliberações públicas.

Ainda que exista uma ampla discussão em torno do poder, os elementos trazidos aqui se restringem aos que possibilitam compreender as relações

estruturais do conceito. É certo que o poder é um conceito em disputa. De qualquer forma, é possível sintetizar das diferentes concepções que poder está frequentemente relacionado com capacidade, sendo uma demonstração do poder do agente a correspondência entre desejos e efeitos produzidos. Neste sentido, ele é exercido sobre algo ou alguém. Bertrand Russell define poder como “a capacidade de certas pessoas produzirem os efeitos pretendidos e previstos sobre outrem” (apud BOUDON, 1995, p. 214). Sobre as diferentes percepções afirma-se que:

Isto demonstra que o meu Poder não reside numa coisa (no dinheiro, no caso), mas no fato de que existe um outro e de que este é levado por mim a comportar-se de acordo com os meus desejos. O Poder social não é uma coisa ou a sua posse: é uma relação entre pessoas. (BOBBIO, 1998, p. 934).

Compreender o poder como uma relação entre pessoas refere-se à dimensão estrutural do fenômeno. A exemplo da citação acima, o dinheiro é, portanto, um instrumento para exercício generalizado do poder, e não o poder em si. A mobilização desse instrumento produzirá efeitos também generalizados. (BOBBIO, 1998, p. 937). O fenômeno social do poder se materializa no exercício de dominação de um grupo ou indivíduo sobre outro grupo ou indivíduo (BOBBIO, 1998, p. 935).

Existe, contudo, uma distinção importante entre poder atual e potencial, sendo que o poder potencial é a “capacidade de determinar o comportamento dos outros, enquanto o poder atual é a relação entre comportamentos” (BOBBIO, 1998, p. 936). Portanto, exercer poder é diferente de ter capacidade para exercê-lo. Sobre a relação entre poder e ação é certo dizer que: “Se a ação implica uma intervenção direta numa série de eventos, o poder consiste precisamente na faculdade de alterar o seu curso” (BOUDON, 1995, p. 213 a 214). Para Weber “o poder significa a possibilidade de fazer triunfar no seio de uma relação social a sua própria vontade mesmo contra resistências” (apud BOUDON, 1995, p. 220). Isso significa que agentes poderosos têm a capacidade de, ao alterar o curso da ação, moldar as estruturas.

Nesse sentido, a análise estrutural do poder é mecanismo de resistência ao mesmo (BOBBIO, 1998, p. 938), na medida em que possibilita prever

comportamentos e, ao identificar as “vigas mestras” da estrutura, ampliar as possibilidades de “movimentar-se” nela:

Não estamos privados, entretanto, de instrumentos para desfiar a meada. Em primeiro lugar, podemos fazer um mapa dos interesses dos atores do sistema e procurar identificar, por este processo, as vigas mestras sobre as quais podem apoiar-se as previsões das reações e as respectivas relações de Poder. Em segundo lugar, deve ter-se presente que a ambiguidade depende do equilíbrio da situação. Se surgem conflitos relevantes entre os atores, torna-se possível averiguar a orientação fundamental da vontade dos mesmos e, portanto, a direção prevalente em que opera o Poder. (BOBBIO, 1998, p. 938).

De fato, o desenho da rede de financiamento dos deputados federais membros da CMADS possibilita descortinar camadas para identificar os elementos estruturantes de uma arena destinada à produção normativa sobre o uso do capital natural brasileiro. Permite ainda, identificar a forma que adquirem as relações entre deputados e financiadores de campanha no interior dessa estrutura, para testar a hipótese de que tais laços abrem canais de influência nos comportamentos dos deputados ao longo do mandato.

Assim, a sociologia estrutural surge como um modelo alternativo à dicotomia clássica na sociologia entre hipo socialização e hiper socialização. Enquanto modelo híbrido, ela assume que seres humanos não são marionetes sem vontade própria, guiados exclusivamente pelas estruturas, da mesma forma que não são seres autistas orientados somente por motivações individuais. A estrutura social é entendida como um efeito emergente, uma rede de interações que condicionam a ação social do sujeito, ao mesmo tempo em que são produto da própria ação social (GRANOVETTER, 1985 apud HIGGINS; RIBEIRO, 2018, p. 29). O mundo social não está pré-programado pelas regras do jogo institucional ou pelas normas sociais, o tecido social é um fluxo imprevisível de intenções, onde muitas vezes ações intencionais produzem efeitos não intencionais.

Somos identidades em busca de controle, agimos em procura de um ponto de referência para não estarmos perdidos na maré do mundo social. Controle não significa, nessa experiência originária, necessariamente dominação, ainda que também venha a sê-lo conforme a vida social é institucionalizada. As formações sociais, sejam indivíduos, organizações, estilos narrativos, emergem dos fluxos imprevisíveis do mundo social. (apud HIGGINS; RIBEIRO, 2018, p. 34).

Lemieux e Ouimet (2008) no livro “Análise Estrutural das Redes Sociais” trazem algumas definições necessárias para a pesquisa, como por exemplo, o conceito de “*análise estrutural*”, afirmando se tratar de uma maneira de abordar os fenômenos sociais, na qual fica evidente a “preocupação com a forma estável ou evolutiva que adquire a relação com os atores” (LEMIEUX & OUIOMET, 2008, p. 15). Essa forma é desenhada a partir das trocas permanentes e por vezes hierárquicas, sendo assim, Granovetter (1973) alerta para o fato de que na ausência de dados em rede, tudo é especulação (apud HIGGINS; RIBEIRO, 2018, p. 27).

A Teoria de Análise de Redes Sociais surge como uma vertente da sociologia estrutural que “se baseia numa noção clara dos efeitos das relações sociais sobre o comportamento individual e grupal” (MIZRUCHI, 2006, p. 73). A teoria enuncia que a estrutura das relações sociais determina o conteúdo das mesmas, isso significa que “a posição de um agente numa estrutura social tem um impacto significativo no seu comportamento e bem-estar” (MIZRUCHI, 2006, p. 75). A Análise de Redes Sociais constitui um conjunto de métodos quantitativos que se aplicam a dados relacionais, desta forma, ela é ao mesmo tempo uma perspectiva e uma ferramenta.

Fica evidente que a Análise de Redes Sociais é um campo focado nas relações entre atores sociais e não em seus atributos (raça, gênero, renda). Cada ator, seja pessoa ou organização, é visto como uma unidade de análise, reconhecendo que a interdependência dos atores na vida social e os efeitos emergentes e substantivos da estrutura determinam o acesso à recurso e a capacidade de controle social. Uma vez que redes sociais são a manifestação da interação entre comportamentos dirigidos por atores sociais que buscam maximizar seus interesses, a preocupação recai em identificar ações estratégicas dos atores políticos a partir de seus relacionamentos.

A Análise de Redes Sociais, enquanto ferramenta, se utiliza da Teoria dos Grafos para determinar as variáveis estruturais que comportam pelo menos duas dimensões: (1) as trocas entre os agentes e as identidades sustentadas a partir delas, (2) os recursos que circulam dentro do universo social pesquisado. Neste caso, as trocas são essencialmente as relações de financiamento e os recursos, o dinheiro doado, determinante para o acesso ao cargo (Mancuso, 2014). Conforme orienta a Teoria dos Grafos, uma rede é composta por nós, que são os atores, e por

arestas, que representam os relacionamentos entre tais agentes, sendo que os nós desta rede são os deputados, agentes partidários e empresas, enquanto que as arestas são os valores transacionados através de doações. Essencialmente, um grafo é composto por um conjunto de nomes; um conjunto de relações; e um *ranking* que define o “grau” dessas relações. Sendo o “grau” de cada ator determinado pelo número de conexões que ele realiza. Essa relação determina a centralidade do ator na rede. Sobre a influência da posição dos atores nos comportamentos tem-se que:

Apontamos aqui para as formas de ação que são susceptíveis de ser influenciadas pela posição que ocupam os agentes dentro da estrutura de relações. [...] Pensemos, também, na forma como agentes do mundo político podem coligar ou se desligar em função das oportunidades que oferece o contexto de uma mobilização social, [...] isto é, a posição relativa de vantagem pode acionar determinadas respostas de aproximação ou rejeição. (HIGGINS; RIBEIRO, 2018, p. 48).

Reconstruir o status dos agentes que interagem em uma rede social é interessante pois permite identificar atores centrais. São eles que ocupam posições no intermédio do fluxo de recursos, recebem e doam grandes aportes financeiros ou acessam de maneira facilitada os demais atores da rede. Torna-se revelador ao passo que as posições de hierarquia na rede de financiamento podem ou não corresponder com as posições de poder no espaço formal da comissão. Assim a Teoria dos Grafos é capaz de revelar formas endógenas de reconhecimento de autoridade a partir das relações de trocas entre os integrantes. Ou ainda, revelar como central um agente externo à organização formal do espaço de decisão da comissão, como já ocorreu em trabalhos anteriores sobre a Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara, em que empresas aparecem centralizando a rede de financiamento de campanha dos membros da 54ª Legislatura (HOROCHOVSKI *et al.*, 2017).

É comprovada a relação entre centralidade e poder, ainda que sua natureza não seja restrita (MIZRUCHI, 2006, pg. 75). Portando o ator que realiza mais conexões na rede é central e tem potencialmente capacidade de exercer domínio. No entanto, para além da quantidade de doações, é interessante para o objeto em questão identificar os candidatos que receberam maior aporte de recursos financeiros em suas campanhas, eles terão maior centralidade de *grau ponderado*, pois, colocando nos termos da teoria dos grafos, esses agentes carregam maior

“peso” em suas arestas. Em termos mais específicos, “candidatos com maior centralidade apresentam chances muito maiores de se eleger, especialmente aqueles com grande número de vínculos (grau) e posições privilegiadas no fluxo de recursos (intermediação)” (HOROCHOVSKI et al, 2016, p. 43) e, conseqüentemente, adquirir maior poder de decisão sobre as matérias aprovadas e rejeitadas.

O potencial de conectividade do ator se expressa também pela capacidade de ligar e desligar fluxos que circulam por uma rede ou de dividir uma estrutura. Em redes fragilmente conectadas a subtração do *cutpoint* ou *broker* divide o grafo em dois componentes desconexos. Ao contrário, pode ser que uma aresta constitua uma ponte. Nessa distinção reside “talvez a hipótese mais popular da sociometria contemporânea: a força dos laços fracos” (HIGGINS; RIBEIRO, 2018, p. 99). Granovetter (1973 apud HIGGINS; RIBEIRO, 2018), reconhece que os laços fracos são as pontes onde circulam informação útil no mundo social. Considera-se, por exemplo, a existência de três atores: A, B e C, e duas arestas: uma entre A e B e outra entre B e C. O laço fraco é entre A e C, que precisam de B para se conectar, de modo que B adquire poder sobre A e C. É importante a ressalva de que se trata da distância topológica entre dois nodos e não a mais longa.

Da mesma maneira que existem elementos centrais nas redes sociais, existem, por oposição, elementos isolados, tal dicotomia reflete as relações de poder que se expressam nas redes sociais, não só por meio da relação entre centralidade e periferia, mas também na medida em que atores assumem estrategicamente posições de *intermediação*, nas quais o ator “se encontra numa situação em que outros atores têm de passar por ele para chegar os demais, mais capacidade de controle ele terá sobre a circulação da informação entre esses atores” (LEMIEUX & OUIMET, 2014, p. 26). As relações de poder também são expressas através das relações entre *proximidade* e *excentricidade*.

A centralidade de proximidade (*closeness centrality*) é uma medida que assenta na distância geodésica, ou seja, no comprimento do caminho mais curto que liga dois atores. No plano conceitual, Freeman (1979: 244) criou esta noção com o objetivo de medir a capacidade de autonomia ou independência dos atores. Trata-se deste modo, de medir o afastamento (*farness*) em vez da proximidade (*closeness*). A hipótese consiste em afirmar que quanto mais um ator se encontra afastada dos outros atores, mais autónomo ele será no que se refere às suas escolhas de ações. (LEMIEUX & OUIMET, 2014, p. 26).

Se os atores que se encontram em posições periféricas da rede possuem maior autonomia quanto às suas escolhas, supõe-se que, por oposição, os atores mais próximos do centro terão suas escolhas e ações mais condicionadas aos interesses e estratégias do grupo.

De fato, quanto maior a densidade de uma estrutura relacional, mais fácil se torna a circulação de recursos e o controle social. Os grupos são formados sob a orientação do princípio da *agrupabilidade* sobre o qual postula a teoria de análise de redes, eles podem ser identificados por cálculos de *modularidade*, e são relevantes na medida em que “os atores formam blocos entre si no interior dos quais as relações são positivas e entre os quais as relações são negativas” (LEMIEUX & OUIMET, 2014, p. 58). Além do acesso à informação, os participantes de um subgrupo se orientam para agir de forma conjunta. A formação de bancadas na Câmara por redes de financiamento são exemplos desse fenômeno. Neste sentido:

White (1992b) procurou reconceitualizar a ação humana em termos de identidade em busca de controle. Identidade é qualquer forma de atividade a que possamos atribuir significado. Existem apenas na medida em que os agentes são capazes de se diferenciar uns dos outros. A ação humana é, portanto, uma busca constante de nichos nos quais possam sustentar identidade. Além de buscarem um nicho peculiar, os agentes de White procuram criar ambiguidade perante aqueles com que interagem, ao mesmo tempo em que mantêm a previsibilidade para si mesmos. (S. MIZRUCHI, 2006, p. 81).

Na Teoria de Grafos a preocupação recai em determinar como atores se movimentam diante de uma condição dada (conjunto de regras). Uma questão vem à tona: Um tipo de relação é capaz de condicionar a outra? Até que ponto? A teoria dos grafos aponta para efeitos estruturantes das percepções mútuas e das escolhas num sistema de poder ou dominação. Sendo que a dominação é a obediência ou disposição para seguir. Enquanto que o poder está ligado a status e a capacidade de influir na vontade alheia. Entretanto, do ponto de vista relacional, os agentes ganham poder na medida em que são reconhecidos por outros.

Sendo assim, a partir da rede de financiamento de deputados é possível identificar grupos de capital em seu interior, forjados pelo candidato, alvo do financiamento, e o conjunto de empresas, fontes de doações, que orbitam ao redor desse alvo. Diante disso, e sabendo que a busca por associações se baseia na necessidade de criar identidade, é pertinente supor que as associações feitas dentro da rede de financiamento dos membros da CMADS se deem por um padrão de

interesses em comum e a ação desses representantes, quando eleitos, seja orientada no sentido de defesa dos interesses compartilhados no interior do bloco.

Espera-se que o emprego das técnicas de ARS, combinado com a análise da produção legislativa da comissão, concedam maior clareza a respeito dos círculos de pertencimento dos deputados federais objetos do estudo. Considerando que a cadeira pertence ao partido e não ao parlamentar, é interessante identificar os partidos centrais na rede, pois as vagas acabam por se tornar objetos de negociação política. Desta forma, o capital eleitoral e competitividade do deputado é determinante para garantir a permanência na comissão.

Apesar da necessidade de conceituar nesse capítulo teórico o que seriam “redes sociais”, a Teoria de Análise de Redes Sociais serviu principalmente como ferramenta metodológica. Os deputados objetos deste estudo pertencem a determinados círculos sociais, que podem envolver uma bancada parlamentar, partido políticos aos quais são filiados, ou relações empresariais estabelecidas por meio doações de campanha. Tais redes foram alimentadas utilizando dados de prestação de contas de campanhas políticas. A partir delas foi possível identificar atores centrais, bem como grupos de interesse dentro da 55ª legislatura da CMADS. A descrição mais apurada desse procedimento e a relação com variáveis comportamentais está descrita na próxima seção dedicada aos procedimentos de pesquisa.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

A partir do objetivo principal de comparar duas arenas de jogos: a parlamentar e a eleitoral, para explorar a forma com que os interesses empresariais particulares se aninham as esferas do estado. Esta pesquisa foi dividida em dois objetivos específicos. O primeiro dedicado à formulação das redes de financiamento dos deputados que compuseram a CMADS de 2015 a 2019, para compreender os laços que esses atores assumem antes de serem eleitos. E o segundo objetivo de analisar a produção legislativa da comissão em busca de padrões de atuação. Os dados foram coletados de duas fontes principais: Repositório de Dados Eleitorais (BRASIL, 2019a) e portal da Câmara dos Deputados (BRASIL, 2019b). A partir delas, os dados de prestação de contas dos deputados membros da CMADS são relacionados e comparados com os registros de sua atuação presentes nos Relatórios de Atividades da Comissão. Portanto, trata-se de uma pesquisa empírica, composta por uma etapa de análise relacional de dados quantitativos, seguida pela análise exploratória de dados qualitativos.

A pergunta de partida desta pesquisa: “Quais são as relações entre as redes de financiamento eleitoral e os padrões de atuação dos deputados membros da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, durante a 55ª legislatura?”, denota quão importante são as questões relacionais para o estudo. Uma vez que as diferentes posições ocupadas pelos atores que se envolvem na atividade de financiamento dos membros da CMADS podem representar a adoção de padrões distintos de comportamento.

A análise de redes sociais (ARS) permitiu formular a rede de financiamento e deste modo identificar a forma que assume os relacionamentos entre os diferentes atores que a compõem. Para a formulação dessa rede foram utilizados dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que aloja em seu Repositório de Dados Eleitorais planilhas de prestação de conta de todos os candidatos que disputaram eleições no Brasil desde 1945. No site do tribunal, esses dados estão dispostos por unidade federativa, o que resulta em 54 planilhas diferentes. A primeira tarefa foi compilar todo o material, referente ao período pesquisado em um banco de dados, com o gerenciador *PostgreSQL*.

Sobre o banco resultante, foi aplicado um filtro, selecionando apenas os candidatos a **deputado federal** e seus respectivos doadores, sejam empresariais diretos e indiretos, partidos políticos ou comitês. O filtro também excluiu transações feitas por pessoas físicas, devido ao volume desse tipo de doação em detrimento dos valores doados. Ainda, o foco deste estudo reside em capturar e explorar os vínculos entre entes privados financiadores de campanha e representantes políticos tomadores de decisão. A exemplo de resultados anteriores (HOROCHOVSKI *et al.*, 2017), verifica-se que pessoas físicas preferem realizar pequenas doações e para um candidato somente, isso não garante a elas capacidade alguma de conectividade e, portanto, tornam-se supérfluas para este estudo.

É válido lembrar que a eleição de 2014 permitiu identificar os doadores originários de recursos que chegaram aos candidatos e comitês via partidos políticos, mas que são provenientes de empresas privadas. Esse tipo de doação foi considerado em sua totalidade, além daquelas feitas diretamente de empresas para candidatos. Desta maneira, todas as doações empresariais (diretas ou não) foram devidamente identificadas.

Os nomes dos membros da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS), durante a 55ª Legislatura, foram coletados no portal da Câmara dos Deputados (BRASIL, 2019b) por meio dos Relatórios de Atividades. Tais documentos contêm informações sobre matérias aprovadas e rejeitadas, relatorias, composição e discussões realizadas. A tabulação do material em planilha, utilizando o programa *LibreOffice Calc*, permitiu estabelecer uma linha de corte de 180 dias de vinculação à CMADS. O período corresponde a um semestre legislativo, considerado nesta pesquisa como o tempo mínimo necessário para que a atuação parlamentar possa ser, de alguma maneira, significativa. Além disso, a adoção dessa linha de corte permite comparação com pesquisas anteriores (HOROCHOVSKI *et al.*, 2017). Como resultado, 68 parlamentares preencheram esse requisito. Em seguida, os nomes dos **membros da CMADS** foram filtrados no banco de dados de prestação de contas e perfil de candidaturas. Um dos candidatos, no entanto, declara não ter recebido doação empresarial para sua campanha, restando 67 atores que permaneceram por mais de 180 dias na comissão e receberam doações de entes privados em 2014.

O conjunto de dados referentes a doações eleitorais forjaram uma tabela de arestas. Os nomes coletados tanto nos Relatórios de Atividades da CMADS, quanto nas prestações de contas, formaram uma tabela de nós. “Nós” representam, na Teoria de Grafos, os diferentes atores que compõem a rede, neste caso, os 67 candidatos e seus respectivos doadores de campanha: empresas e agentes partidários. Arestas são os laços que conectam um nó ao outro, sendo que as conexões dessa rede representam as doações realizadas. Estas transações conectam tanto parlamentares aos financiadores de campanha, quanto financiadores a financiadores, e parlamentares a parlamentares. As redes foram processadas no programa *Gephi*, nele foram geradas estatísticas de centralidade e os grafos da rede. O programa cruza o conteúdo da planilha de arestas com o da planilha de nós e apresenta a estrutura que assume o conjunto de relações entre diferentes atores que compõem a rede de financiamento da CMADS.

A coleta sociométrica dos dados possibilita registrar de que forma os atores sociais transacionam recursos dentro de uma organização. A disposição dos dados em linhas e colunas formam uma matriz de adjacência, útil para identificar coincidências, relações diretas e não imediatas e análise de coesão de subgrupos dentro do grafo. A coesão discrimina o nível de entrosamento do universo pesquisado a partir de uma perspectiva global.

Sendo a Análise de Redes Sociais uma metodologia preocupada em “entender a posição relativa do nó levando em conta uma estrutura latente” (HIGGINS; RIBEIRO, 2018, p. 95), estatísticas de centralidade foram aplicadas sobre a rede para identificar quais os atores centrais. A centralidade de grau se expressa na quantidade de arcos que cada nó concentra na rede, ela permite construir um ranking de status entre agentes num sistema social: “em termos coloquiais, podemos perguntar se a rede está sendo puxada por poucos atores muito ativos ou prestigiosos, ou se, ao contrário, há uma distribuição balanceada do número de relações entre os nós” (HIGGINS; RIBEIRO, 2018, p. 114). Já a centralidade de grau ponderado, calculada pela distância euclidiana, conforme a frequência e intensidade do laço, equivalente ao peso das arestas que conectam o ator aos demais. O peso aqui é dado pelo montante de dinheiro investido na campanha, é importante uma vez que o foco está em mensurar a identidade na valoração dos laços entre dois atores.

Outra medida relevante é a centralidade de intermediação, calculada a partir da identificação de quantos caminhos passam pelo mesmo nó. Assim, terá maior grau de intermediação aquele ator que intercepta o maior número de distâncias geodésicas. Sendo que “intermediar é uma forma de poder dentro da rede, pois outorga a capacidade de facilitar ou obstruir de forma seletiva, fluxos de informação ou de recursos que circulam por uma estrutura reticular” (HIGGINS; RIBEIRO, 2018, p. 149 a 150).

Através de cálculos de modularidade o *Gephi* identifica setores de uma rede social com maior entrosamento relacional. A validação das relações densas no interior desses subgrupos se dá a partir da frouxidão (ou inexistência) da relação com os demais atores que compõem a estrutura. Os padrões de preferências relacionais definem parâmetros de corte da rede. No entanto, um cuidado deve ser tomado na interpretação desses resultados: as comunidades de atores identificadas através dos cálculos de modularidade não necessariamente condizem com um grupo primário no sentido sociológico (HIGGINS; RIBEIRO, 2018, p. 163), elas podem expressar uma noção explícita de pertencimento, mas pode ser também que os próprios membros não estejam conscientes dessa condição. No caso do presente estudo, o segundo cenário é mais provável.

Como resultado, foram devidamente identificados: os atores que receberam várias doações; deputados que tiveram as campanhas mais caras da rede; candidatos que se conectam por financiadores em comum; atores que se posicionam estrategicamente no fluxo de recursos; e nós com potencial de influência na rede. Tais resultados foram comparados com a produção legislativa registrada nos relatórios de 2015 a 2018, para verificar a hipótese de que a rede de financiamento eleitoral dos membros da CMADS fornece indicativos de como grupos empresariais abrem canais de influência sobre os mandatos dos representantes eleitos e que esta relação tenha seus impactos na produção legislativa da comissão, manifestada nos comportamentos dirigidos por seus membros.

Conforme as diretrizes do artigo 41 do Regimento Interno da Câmara, à presidência da comissão compete “remeter à Mesa, no início de cada mês, sumário dos trabalhos da Comissão e, no fim de cada sessão legislativa, como subsídio para a sinopse das atividades da Casa, relatório sobre o andamento e exame das

proposições distribuídas à Comissão” (BRASIL, Regimento Interno da Câmara dos Deputados, 1989). O Relatório de Atividades contém: a composição da CMADS, bem como as alterações ocorridas durante o ano; proposições apreciadas (aprovadas e rejeitadas), incluindo os nomes de quem propôs e do relator da matéria; requerimentos apreciados e eventos realizados. Foram realizadas análises exploratórias das informações contidas nos relatórios, através da coleta e seleção dos seguintes conteúdos: (a) composição da mesa diretora, (b) temas das proposições, (c) relatores, (d) proponentes, (e) parecer emitido pela comissão (aprovada ou rejeitada). A classificação decrescente dos resultados de coleta oferece um ranking dos deputados mais atuantes da comissão - no que tange à proposição e relatorias de projetos de lei - e dos temas mais citados, podendo ser desmembrado em aprovados e rejeitados. Além disso, nesta arena parlamentar ocupar cargos na mesa diretoria pode ser interpretado como um atributo de centralidade. Foram analisados ainda alguns movimentos de *veto players* a partir da comparação entre temas debatidos e temas efetivamente deliberados.

O conteúdo das proposições apreciadas pela comissão foi classificado conforme o tema que as matérias abordavam. A partir do trecho de três linhas que apresenta o conteúdo da proposta. Ao todo foram registrados 23 temas diferentes dentre as 237 proposições apreciadas, eles foram classificados conforme as seguintes categorias: Acordo Internacional; Agricultura familiar, agroecologia, reforma agrária e Imóveis Rurais; APAs, APPs, Reservas Legais e Unidades de Conservação; Atenção à população de baixa renda e Comunidades Tradicionais; Autorização para aproveitamento de recursos naturais, resíduos sólidos e atividade de impacto; Certificação de entidade; Compensação ambiental e Obrigatoriedades para poluidoras e poder público; Educação Ambiental; Estabelecimento de limite para poluição urbana; Etiquetagem de produto; Financiamento de política ambiental; Fiscalização e Redução de impactos ambientais; Gestão de recursos hídricos e material genético; Incentivo à pesquisa, desenvolvimento rural e ecoturismo; Incentivo fiscal para empresas; Licenciamento Ambiental; Maus-tratos e proteção ao animal doméstico e silvestre; Penalidade e combate à crimes ambientais; Prevenção à desastres ambientais; Proibição de atividade nociva ao meio ambiente; Regulamentação de atividade econômica, produtiva ou exploratória; Regulamentação de atividade profissional, voluntária ou beneficente.

Tais categorias de análise são úteis para identificar o conjunto de valores que os membros da CMADS compartilhavam durante a 55ª legislatura, também podem ser interpretadas como interesses manifestos da comissão. Sabendo do potencial simbólico e aglutinador da ideia de Desenvolvimento Sustentável, a distinção na análise das matérias aprovadas e rejeitadas, conforme os temas mais citados e o volume das primeiras em detrimento das segundas, pode dar sinais da presença de tal fenômeno nesse espaço.

Apesar da intensa discussão sobre os limites do desenvolvimento sustentável aliado com o crescimento econômico é possível afirmar que ambientalistas e pesquisadores preocupados com as alterações climáticas, crises hídricas e perda de biodiversidade, concordam que o atual modo de produção capitalista, com base no consumo, é gerador de grandes custos socioambientais. Dentre as três visões identificadas por B. Hopwood et. al. (2005) sobre a natureza das mudanças necessárias na política da sociedade, estruturas econômicas e nas relações humanidade-ambiente para alcançar o desenvolvimento sustentável, duas delas falam em enfrentamento às estruturas vigentes: Reforma e Transformação. As diferenças residem no fato de que reformistas não são radicais e optam por medidas de longo prazo, enquanto que transformistas apostam em medidas radicais de curto prazo.

Além disso, Bachrach e Baratz (2011), caracterizam como “única base sólida” para análise das decisões nas instituições, a questão do “enfrentamento”, medida pela concepção de que qualquer desafio aos valores dominantes ou as regras do jogo constituem temas importantes e todo o resto desimportante.

A partir do reconhecimento de que a preservação ambiental passa pelo enfrentamento às estruturas produtivas vigentes, das quais os entes privados financiadores de campanha, não só se beneficiam, mas também são agentes moldadores. A questão do “enfrentamento” é utilizada como parâmetro para distinguir “propostas-chave” e corriqueiras. O conjunto de projetos de lei contidos nos relatórios é explorado procurando avaliar se os desdobramentos da aplicabilidade do projeto de lei apreciado representam ou não) desafio às regras do jogo.

Uma vez que os deputados objetos desse estudo têm, potencialmente, capacidade de impedir que certos temas, perigosos aos interesses de seus financiadores, sejam objetos de deliberação pública. Considerando as ideias de Bachrach e Baratz (2011) sobre a face invisível do poder manifestada pelas decisões que deixam de ser tomadas. A temática dos eventos realizados pela comissão (audiências públicas, seminários, eventos externos, minicursos e mesas redondas) é comparada com os conteúdos que foram efetivamente deliberados. Também são levantados alguns casos de matérias explicitamente ligadas à questão ambiental e que, no entanto, foram rejeitadas. Esses exemplos são encarados como atitudes de *veto players* por parte dos representantes da CMADS.

Além disso, estatísticas de porcentagem foram aplicadas sobre os atributos dos candidatos para identificar o perfil que predomina dentro da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, quanto a cor, gênero, escolaridade, profissão, posição no espectro político (esquerda, centro-esquerda, centro, centro-direita, direita) e pertencimento a bancadas. Os resultados foram comparados com as seguintes variáveis: (1) pertencimento à comissão: O fato de receber financiamento de certas empresas ajuda o candidato a pertencer à Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável?; (2) pertencimento à frente parlamentar: o deputado alvo do financiamento é membro de alguma bancada formada na Câmara? (3) interesse das empresas: identificado através da classificação CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas, instrumento de padronização nacional de atividade econômica que torna possível classificar as áreas de atuação das empresas apontadas na rede; (4) como os deputados se posicionam diante desse interesse? com base no conteúdo das matérias discutidas na comissão. A produção legislativa da CMADS oferece conteúdo para a reflexão sobre o modelo de desenvolvimento com qual essa arena decisória está comprometida.

Vale lembrar que o conjunto de leis que estão sendo discutidas no Congresso compõe uma agenda parlamentar, sendo que a formulação de agenda é uma das fases do ciclo de política pública (SECCHI, 2010). Após a fase de agendamento do problema público, os próximos passos são a formulação de alternativas de enfrentamento ao problema e a tomada de decisão. É possível afirmar que a CMADS tem - regimentalmente - a função de construir alternativas de políticas

públicas e formalizar decisões em torno de assuntos ambientais. O ciclo de políticas públicas ainda contempla a implementação, avaliação e extinção. Nessas etapas, em geral, a Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável não está inserida diretamente. Mesmo assim, entender como as questões ambientais são identificadas e quais os resultados que a CMADS produz em termos de solução de enfrentamento é fundamental para dimensionar a atuação do Estado frente às disparidades provocadas entre sociedade e natureza. Os resultados gerados pelos processos descritos aqui são discutidos a seguir.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 DESCRIÇÃO DO PERFIL DA 55ª LEGISLATURA DA CMADS (2015-2019)

A eleição de 2014 ocorreu em um cenário de polarização ideológica, descrença na classe política e na efetividade das instituições. Marcada pelo acirramento da disputa para presidente - de um lado o PT, tentando a reeleição e o PSDB na oposição - cuja candidata titular renova por pouco seu mandato. Resultou em um Congresso Nacional pulverizado partidariamente, liberal economicamente e socialmente conservador, atrasado nos temas ambientais e de direitos humanos. (DIAP, 2014, p.13). A oposição ampliou-se e a base governamental já não estava tão disposta a colaborar irrestritamente. A Câmara iniciou a 55ª legislatura com a seguinte configuração:

TABELA 1 - CONFIGURAÇÃO 55ª LEGISLATURA DA CÂMARA DE DEPUTADOS

Base		Independentes		Oposição	
Legenda	Nº	Legenda	Nº	Legenda	Nº
PT	69	PSC	13	PSDB	54
PMDB	65	PV	8	PSB	34
PP	38	PHS	5	PTB	25
PDS	36	PRP	3	DEM	21
PR	34	PSDC	2	Solidariedade	15
PRB	21	PSL	1	PPS	10
PDT	20	PRTB	1	Psol	5
PROS	11	-	-	PTN	4
PC do B	10	-	-	PMN	3
-	-	-	-	PTC	2
-	-	-	-	Patriota	2

FONTE: Elaboração própria, com dados do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP, 2014)

Ao todo, 46,59% cadeiras foram renovadas, contudo, o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) alerta para uma falsa renovação. Considera-se “novo” aquele candidato eleito que não ocupava o mandato na legislatura imediatamente anterior. Mas no caso da 55ª legislatura da Câmara,

chegam ao posto ex-governadores, ex-prefeitos, ex-secretários, ex-deputados, ex-senadores e ex-vereadores. Ou seja, houve uma circulação de poder, sendo que 15% dos que não concorreram à reeleição disputaram outros cargos.

Embora tenha a maior bancada, o PT foi quem mais perdeu e reduziu 19 cadeiras. O resultado converge com a redução da bancada de esquerda e centro-esquerda, e a ampliação do caráter conservador do Congresso, fruto do clima de deterioração da representação política que pairava sob as eleições de 2014, em contraste com a lentidão de respostas por parte do Governo. Cenário agravado pela falta de informação e pela mídia, que associava o partido a frente do governo à suposta degradação ético-moral do País.

O tema da corrupção estava no centro do debate. Diante de um cenário que projeta candidaturas populistas e messiânicas, elegeram-se os candidatos que se colocaram como contrários a “tudo que está aí”. Isso contribuiu para a formação de alianças sem compromisso ideológico ou programático. Assim, ocorre a ampliação de 22 para 28 partidos diferentes na Câmara. Pulverização jamais vista, com a redução dos partidos maiores, crescimento dos médios e a inclusão de uma dezena de partidos menores.

Em termos de economia, o Congresso se tornou mais liberal com a redução de cerca de 60 parlamentares dos partidos de esquerda, centro-esquerda e centro, que não se reelegeram e defendiam um papel proativo do Estado na economia, enquanto partidos de perfil mais liberal passaram a ter 60 parlamentares a mais. Além da substituição de parlamentares progressistas, por representantes liberais nos partidos de centro. (DIAP, 2014, p. 14). A interferência ou não do estado nas atividades do mercado diz respeito de forma direta à questão ambiental, uma vez que, como já demonstrado no referencial teórico sobre o tema: mercado e natureza seguem lógicas diametralmente opostas. Sobre esse tema, igualmente a Câmara de Deputados se mostra receosa:

De um lado porque houve redução do número de parlamentares ambientalistas e, de outro, porque aumentou a bancada ruralista, com forte presença do agronegócio. O número de parlamentares que defendem o uso de agrotóxicos, que são a favor do desmatamento, do aumento das pastagens e da mudança dos conceitos de propriedade produtiva e do trabalho degradante, bem como contrários à reforma agrária e favoráveis à PEC que trata das terras indígenas, aumentou em quantidade e qualidade. (DIAP, 2014, p. 15).

A investigação do impacto do financiamento eleitoral na estrutura de decisão da Câmara Federal evidencia-se o peso dos custos eleitorais no Brasil, chegando uma campanha para deputado a custar não menos de 2 milhões de reais. Esse cenário incentiva partidos políticos a priorizar nomes com acesso a financiadores privados e a máquina pública. O que contribuiu para o caráter conservador da legislatura, diante de uma estrutura de financiamento de campanha que projeta certas candidaturas, enquanto cerceia outras. (HOROCHOVSKI et al., 2016).

Sobre a questão de gênero, fica evidente que a mudança na legislação eleitoral que garante cota de 30% de candidaturas femininas nos partidos (BRASIL, Lei nº 9.504/1997, art. 10, § 3), não é suficiente para que mulheres consigam transpor o gargalo da eleição, em que o acesso à financiamento, orientação jurídica e contábil são fundamentais para que consigam de fato ascender ao cargo. Sendo que das 513 cadeiras da Câmara, penas 51 são ocupadas por mulheres.

O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar conclui que Câmara de Deputados de 2015 a 2019 foi composta por “homens, com formação superior, com idade média de 49 anos, com experiência política ou administrativa anterior, com fonte de renda não-assalariada, pelo fato de a maioria ser formada por empresários e profissionais liberais” (DIAP, 2014, p. 18). O departamento caracterizada como “a composição mais conservadora do Congresso, após a redemocratização em 1985” (DIAP, 2014, p. 16).

Partidos nem sempre abarcam anseios específicos de determinados setores sociais. Surgem, então, grupos suprapartidários com o propósito de organizar pautas para que possam ser debatidas e projetos levados à votação. (DIAP, 2014, p. 94). No entanto, a bancada tem poder mais de promover interesses e menos de determinar o voto. Diante da decisão do TSE, formalizada pela Resolução nº 22.620/2017, que diz respeito à fidelidade partidária, o parlamentar só vota com a bancada se a decisão do seu partido convergir ou o partido liberar seus representantes. Sendo assim, elas podem ser entendidas como grupos de pressão dentro do Congresso Nacional.

A bancada sindical é constituída, principalmente, pela esquerda brasileira, no esforço de incluir as reivindicações dos movimentos sociais na agenda parlamentar. Assumindo pautas como a redução da jornada de trabalho (PL 231/1995) e em defesa do piso salarial. No Congresso, se posicionaram contra uma série de projetos

de lei nocivos aos trabalhadores, como a terceirização, o simples trabalhista, a prevalência do negociado sobre o legislado, entre outros.

QUADRO 1 - REPRESENTANTES DA BANCADA SINDICAL NA CMADS

Deputado	Legenda	Profissão
Valmir Assunção	PT - BA	Agricultor
Augusto Carvalho	SD - DF	Bancário e Sociólogo
Max Filho	PSDB - ES	Servidor Público Federal
Leonardo Monteiro	PT - MG	Advogado
Assis do Couto	PT - PR	Agricultor Familiar
Giovani Cherini	PDT - RS	Tecnólogo em Cooperativismo
Heitor Schuch	PSB - RS	Agricultor
Ivan Valente	PSOL - SP	Professor de Matemática e Engenheiro Mecânico
João Daniel	PT - SE	Político

FONTE: Elaboração própria, com dados do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP, 2014)

A bancada empresarial é a maior da Câmara, sendo a profissão de mais de 200 deputados(as) da 55ª legislatura. Incluindo empresários urbanos ou rurais, comerciantes, pecuaristas, agropecuaristas e industriais. São 221 membros da bancada na Câmara, sendo que 135 cargos foram renovados e 86 eram novos. (DIAP, 2014, p. 99). Entre as pautas estão: redução da carga tributária, flexibilização das leis trabalhistas, regulamentação da terceirização (PL 4330/2004) e a defesa do negociado sobre o legislado (PL 4193/2012). A CMADS não destoa do quadro geral, e nela, a empresarial é a segunda maior bancada:

QUADRO 2 - REPRESENTANTES DA BANCADA EMPRESARIAL NA CMADS

(continua)

Deputado	Legenda	Profissão
Daniel Vilela	PMDB - GO	Empresário
Roberto Balestra	PP - GO	Empresário
Sarney Filho	PV - MA	Empresário
Adilton Sachetti	PSB - MT	Produtor Agropecuário
Nilson Leitão	PSDB - MT	Técnico em Contabilidade

(conclusão)

Deputado	Legenda	Profissão
Tereza Cristina	PSB - MS	Engenheira Agrônoma e Empresária
Aelton Freitas	PR - MG	Produtor Rural, Engenheiro Agrônomo e Empresário
Bilac Pinto	PR - MG	Advogado e Empresário
Carlos Melles	DEM - MG	Engenheiro Agrônomo e Empresário
Jaime Martins	PSD - MG	Empresário, Engenheiro e Advogado
Marcelo Álvaro Antônio	PRP - MG	Empresário
Marcos Montes	PSD - MG	Médico, Professor e Empresário
Raquel Muniz	PSC - MG	Médica
Toninho Pinheiro	PP - MG	Empresário
Leopoldo Meyer	PSB - PR	Empresário e Engenheiro Civil
Daniel Coelho	PSDB - PE	Empresário
Átila Lira	PSB - PI	Empresário
Celso Maldaner	PMDB - SC	Economista e Empresário
Valdir Colatto	PMDB - SC	Engenheiro Agrônomo e Empresário
Miguel Haddad	PSDB - SP	Empresário
Ricardo Izar	PTN - SP	Economista e Empresário
Ricardo Tripoli	PSDB - SP	Advogado e Empresário

FONTE: Elaboração própria, com dados do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP, 2014)

A bancada evangélica se organiza em torno de assuntos concernentes à ética, vida humana e a família. Portam-se contrários a legalização do aborto, ao casamento homoafetivo e as pesquisas com células-tronco. Importante ressaltar que a bancada evangélica não pensa e age de forma única, trata-se de um universo plural e permeado por tensões.

QUADRO 3 - REPRESENTANTES DA BANCADA EVANGÉLICA NA CMADS

Deputado	Legenda	Profissão	Denominação da igreja
Max Filho	PSDB - ES	Servidor Público Federal	Igreja Presbiteriana da Glória
Eliziane Gama	PPS- MA	Jornalista e Comunicadora	Assembleia de Deus
Stefano Aguiar	PSB - MG	Administrador de Empresas	Evangelho Quadrangular
Josué Bengtson	PTB - PA	Pastor Evangélico	Evangelho Quadrangular
Roberto Sales	PRB - RJ	Administrador	IURD
Carlos Gomes	PRB - RS	Aposentado e Pastor	IURD
Eduardo Bolsonaro	PSC - SP	Escrivão de Polícia Federal	Batista
Luiz Lauro Filho	PSB - SP	Publicitário	Igreja do Nazareno

FONTE: Elaboração própria, com dados do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP, 2014)

As representantes da bancada feminina, dentro do filtro, são as cinco mulheres que permaneceram por mais de 180 dias na comissão, entre elas: Eliziane Gama (PPS-MA), Josi Nunes (PSDB-TO), Margarida Salomão (PT-MG), Raquel Muniz (PSC-MG) e Tereza Cristina (PSDB-MS). Elas estão menos representadas na comissão do que na própria Câmara. Uma característica da bancada feminina da 55ª legislatura é a projeção de mulheres que possuem parentesco com políticos tradicionais. Como é o caso de Raquel Muniz, esposa do prefeito de Montes Claros, afastado em 2016 por denúncias de corrupção.

Na Câmara, a bancada - que aumentou 10% em relação à 2010 - se organiza por meio da Procuradoria da Mulher, Secretaria da Mulher e também a Coordenadoria dos Direitos da Mulher, que representa todas as parlamentares mulheres. Desde a criação dessas instâncias a coordenadora, eleita pela bancada feminina, tem direito a voz e voto nas reuniões do Colégio de Líderes e faz uso do horário de liderança nas sessões plenárias.

Por certo, relações de parentesco com políticos tradicionais não se restringem às deputadas. A bancada do parentesco reúne grandes puxadores de voto. O DIAP levanta a hipótese de que políticos tradicionais lançam candidaturas de parentes para manter feudos eleitorais. O departamento também alega que: “em geral, parentes mais próximos como pais, filhos ou cônjuges, compartilhem do mesmo perfil ideológico” (DIAP, 2016, p. 114). Essa é a bancada com maior número de representantes, dentre os deputados pesquisados.

QUADRO 4 - REPRESENTANTES DA BANCADA PARENTAL NA CMADS

(continua)

Deputado	Legenda	Referência
Max Filho	PSDB - ES	Filho do ex-deputado federal e ex-governador do Espírito Santo, Max Mauro (PTB)
Daniel Vilela	PMDB - GO	Filho do ex-governador, ex-senador e atual prefeito de Aparecida de Goiânia, Maguito Vilela (PMDB)
Roberto Balestra	PP - GO	Filho de Nelo Egidio Balestra, ex-prefeito de Inhumas
Sarney Filho	PV - MA	Filho de José Sarney, ex-presidente da República e atual senador pelo PMDB-MA, e irmão de Roseana Sarney, ex-governadora do Maranhão pelo PMDB-MA. É pai de Adriano Sarney (PV-MA), eleito deputado estadual em 2014
Victor Mendes	PV - MA	Filho de Filuca Mendes (PV), atual prefeito de Pinheiro

(conclusão)

Deputado	Legenda	Referência
Bilac Pinto	PR - MG	Filho do ex-deputado Francisco Bilac Moreira Pinto e neto de Olavo Bilac Pinto, ex-presidente da Câmara dos Deputados e ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF)
Carlos Melles	DEM - MG	Marido de Marilda Petrus Melles, ex-prefeita de São Sebastião do Paraíso
Jaime Martins	PSD - MG	Filho do ex-deputado estadual Jaime Martins (DEM) e da ex-vice-prefeita de Divinópolis (MG), Maria de Lourdes Martins (DEM)
Júlio Delgado	PSB - MG	Filho do candidato derrotado ao governo estadual em 2014, Raimundo Tarcisio Delgado (PSB), ex-deputado e ex-prefeito de Juiz de Fora
Marcelo Álvaro Antônio	PRP - MG	Filho do ex-deputado federal e estadual, Álvaro Antônio Teixeira Dias (PDT)
Raquel Muniz	PSC - MG	Esposa do prefeito de Montes Claros, Ruy Adriano Borges Muniz (PRB)
Josué Bengtson	PTB - PA	Pai do vereador de Belém, Paulo Bengtson (PTB)
Enio Verri	PT - PR	Irmão do vereador de Maringá (PR), Mário Verri (PT)
Daniel Coelho	PSDB - PE	Filho do ex-deputado estadual, João Ramos Coelho
Átila Lira	PSB - PI	Irmão de Jandira Lima, ex-prefeita de São Miguel de Tapuio (PI)
Paes Landim	PTB - PI	Filho do ex-deputado estadual, Francisco Antônio Paes Landim Neto
Márcio Biolchi	PMDB - RS	Filho do ex-deputado federal, Osvaldo Biolchi
Celso Maldaner	PMDB - SC	Irmão do senador e ex-governador de Santa Catarina, Casildo Maldaner
Bruno Covas	PSDB - SP	Filho do ex-governador de SP, Mário Covas (PSDB)
Eduardo Bolsonaro	PSC - SP	Filho do deputado Federal reeleito, Jair Bolsonaro (PP). É irmão de Carlos Bolsonaro (PP), atual vereador do Rio de Janeiro, e Flávio Bolsonaro (PP), deputado estadual reeleito
Luiz Lauro Filho	PSB - SP	Filho de Luiz Lauro (PMDB-SP), ex-vereador de Campinas e ex-deputado estadual
Nilto Tatto	PT - SP	Irmão do secretário de Transportes do município de São Paulo e ex-deputado federal, Jilmar Tatto (PT-SP), do deputado estadual eleito Enio Tatto (PT-SP) e dos vereadores Jair Tatto (PT-SP) e Arselino Tatto (PT-SP)
Ricardo Izar	PSD - SP	Filho do ex-deputado federal falecido, Ricardo Izar (PTB)
Ricardo Tripoli	PSDB - SP	Irmão do vereador, Roberto Tripoli (PV)
André Moura	PSC - SE	Filho do suplente de deputado estadual, Reinaldo Moura
Josi Nunes	PMDB - TO	Filha de Jacinto Nunes, ex-prefeito de Gurupi (TO), e de Dolores Nunes (PMDB-TO), ex-deputada federal por Tocantins

FONTE: Elaboração própria, com dados do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP, 2014)

Classificada como uma das mais eficientes do Congresso, a bancada ruralista contava com 109 representantes na 55ª legislatura da Câmara dos Deputados. Dos 67 deputados que entraram no filtro, 13 são representantes dessa bancada. Fecharam consenso quanto aos temas do meio ambiente, regulamentação da Emenda Constitucional 81/2014 do Trabalho Escravo; regulamentação da aquisição de terras por estrangeiros; demarcação de terras indígenas e anistia às dívidas de produtores rurais. Juntos, fizeram o esforço para incluir na agenda parlamentar a PEC 215/200 que transfere para o Legislativo a decisão sobre terras indígenas. Vale ressaltar que durante aquele mandato (2015-2019), uma forte representante ruralista: Kátia Abreu (DEM-TO) estava à frente do Ministério da Agricultura, cenário que favoreceu empreitadas nesse sentido.

QUADRO 5 - REPRESENTANTES DA BANCADA RURALISTA NA CMADS

Deputado	Legenda	Profissão
Roberto Balestra	PP - GO	Empresário
Tereza Cristina	PSB - MT	Engenheira Agrônoma e Empresária
Aelton Freitas	PR - MG	Produtor Rural, Engenheiro Agrônomo e Empresário
Bilac Pinto	PR - MG	Advogado e Empresário
Carlos Melles	DEM - MG	Engenheiro Agrônomo e Empresário
Marcos Montes	PSD - MG	Médico, Professor e Empresário
Stefano Aguiar	PSB - MG	Administrador de Empresas
Toninho Pinheiro	PP - MG	Empresário
Josué Bengtson	PTB - PA	Pastor Evangélico
Átila Lira	PSB - PI	Empresário
Valdir Colatto	PMDB - SC	Engenheiro Agrônomo e Empresário
Miguel Haddad	PSDB - SP	Empresário

FONTE: Elaboração própria, com dados do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP, 2014)

Vale lembrar que se consideram integrantes da bancada ruralista, não só deputados proprietários de terra, mas também aqueles que se posicionam abertamente em defesa da bancada.

Ressalta-se que os representantes da CMADS em cada bancada referem-se aos 67 deputados que entraram no filtro de 180 dias de participação na comissão. Da mesma forma, as estatísticas apresentadas a seguir, quanto ao perfil da comissão, são o perfil desse grupo dentro da CMADS que permaneceu por mais de um semestre legislativo.

De modo geral, o perfil da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável não destoa do perfil geral que a Câmara de Deputados apresentava na 55ª legislatura, sendo a maioria homens, brancos, com ensino superior completo, com média de idade em torno dos 56 anos. Os deputados que entraram no filtro tiveram em média 133.194 votos totalizados, e a média de receitas totais por campanha é de R\$ 1.216.095,37. Esse volume de receita é distribuído de forma assimétrica e o desvio padrão chega a R\$ 175.771,27.

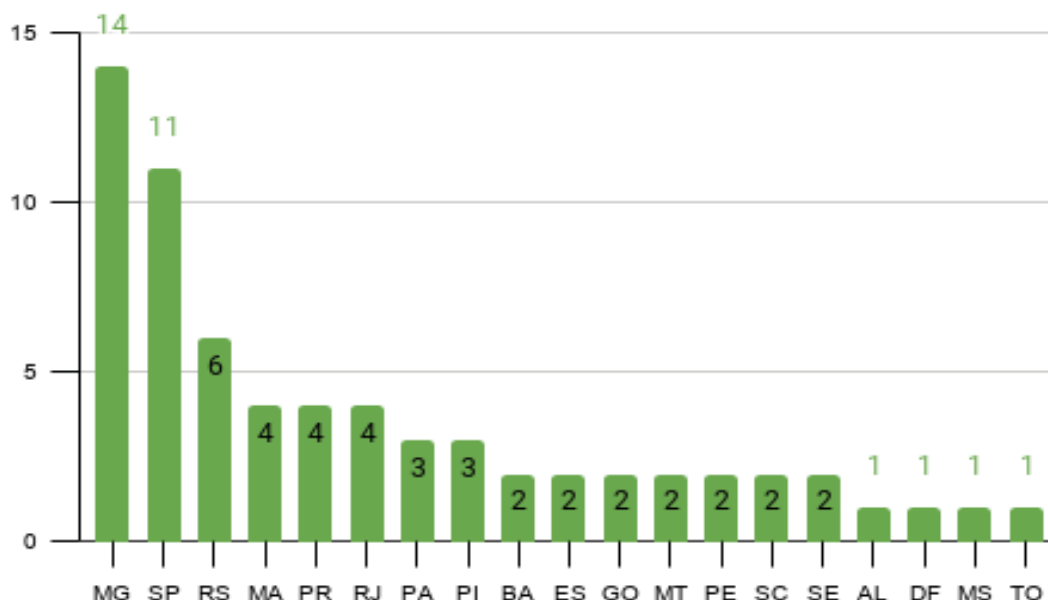
São 62,68% dos deputados com ensino superior completo, e outros 14,92% com ensino superior incompleto. Foram 4,46% os parlamentares que apresentam como grau de instrução ensino fundamental completo, 11,94% com ensino médio completo e apenas 2,98% declararam possuir ensino médio incompleto.

Quanto à cor da pele: apenas 2,98% dos parlamentares se declararam amarelos, 23,88% declararam-se pardos, e apenas quatro dos 67 deputados do conjunto são negros, ou seja, 5,97%. Já os deputados brancos são a maioria e chegam a representar 67,16% do grupo.

Dentro do conjunto dos deputados pesquisados são apenas 5 mulheres que representam 7,42% do total. Enquanto os homens são imensa maioria (92,53%).

Sobre a representação por estado, chama a atenção a presença marcante de deputados mineiros. Esta é a maior bancada da CMADS com 14 representantes (20,89%). Desses grupos, a metade foi eleita dentro da coligação denominada “A vez de Minas”, composta pelo DEM, PSDB, PP, PR, PSD e Solidariedade, para disputar as eleições de 2014. A segunda maior bancada por estado pertence a São Paulo, com 11 representantes (16,41%). Desse total, cinco parlamentares foram eleitos na mesma coligação (PSDB, DEM, PPS) durante as eleições de 2014 no estado de São Paulo. Em seguida vem o Rio Grande do Sul com 6 (8,95%) parlamentares. Maranhão, Paraná e Rio de Janeiro possuem 4 representantes cada, somando 5,97% cada.

GRÁFICO 1 - REPRESENTAÇÃO DOS ESTADOS NA 55ª LEGISLATURA DA CMADS

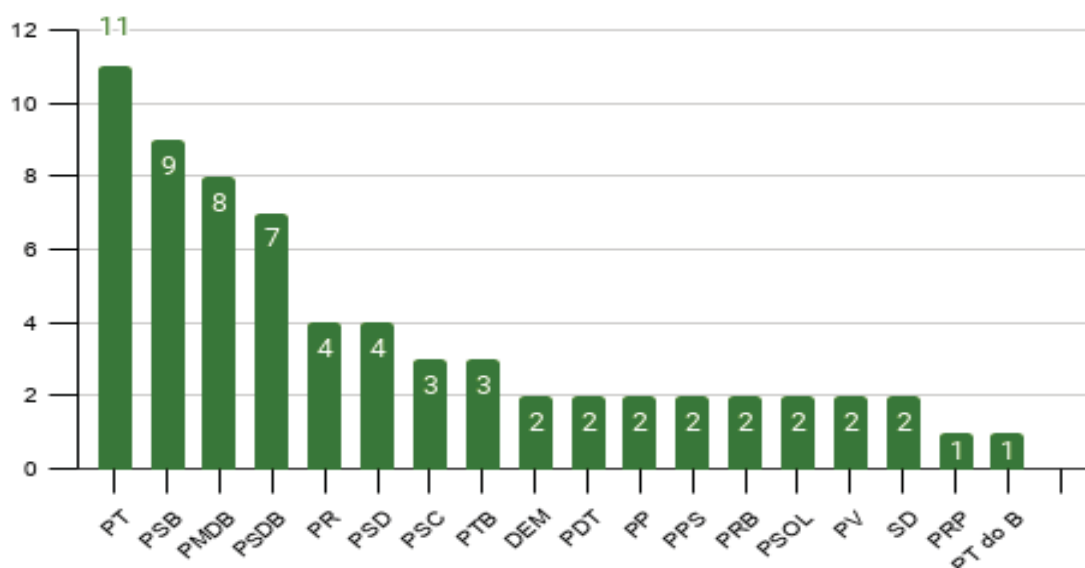


FONTE: Elaboração própria, com dados do TSE (BRASIL, 2019a) e da Câmara dos Deputados (BRASIL, 2015a, 2016, 2017, 2018)

Dentre os partidos da base do governo em 2014, estão representados na CMADS o: PT, PMDB, PP, PSD, PR, PRB e PDT. Sendo que o Partido dos

Trabalhadores tinha na 55ª da CMADS a maior bancada, somando 11 deputados, que representavam 16,41% da comissão. O PMDB, que ainda estava na base do governo petista, representava a terceira maior bancada da CMADS, com 8 deputados que somavam 11,94%. Dentre os partidos que se colocavam como independentes de 2015 a 2019, estavam representados na Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável o Partido Verde, o PSC e o PRP, cada um com: 2, 3 e 1 representante respectivamente. A oposição era representada na CMADS pelo PSB, PSDB, PTB, DEM, SD, PPS, PSOL e PT do B. O Partido Socialista Brasileiro (PSB) era dono da segunda maior bancada da CMADS, com 9 deputados (13,43%), e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) tinha 10,44% dos deputados objetos desse estudo, configurando como a 4ª maior bancada da Comissão, com 7 deputados filiados. Ao todo a Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável foi composta por 33 representantes da situação, 26 da oposição e 6 parlamentares independentes.

GRÁFICO 2 - REPRESENTAÇÃO DOS PARTIDOS NA 55ª LEGISLATURA DA CMADS



FONTE: Elaboração própria, com dados do TSE (BRASIL, 2019a) e da Câmara dos Deputados (BRASIL, 2015a, 2016, 2017, 2018)

Os cinco membros mais votados da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável foram: o Pastor Marcelo Aguiar (DEM-SP), com 3.301.322 votos; Josué Bengtson (PTB-PA), com 1.979.790 votos; Alessandro Molon do PT do Rio de Janeiro, com 998.897 votos; e Bruno Covas e Miguel Haddad, ambos do PSDB paulista, empataram com 350.408 votos cada.

É importante lembrar que antes de encerrar a 55ª legislatura, em 2016, ocorreu um impeachment que tirou do poder a Presidenta Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores, acusada de crime de responsabilidade. Assume seu Vice Michel Temer (PMDB), e esse momento marca a saída do Partido do Movimento Democrático Brasileiro da base do governo petista, junto com outras legendas. Fato que reconfigura o Congresso Nacional, no que diz respeito a base, independentes e oposição. Na época, 65,67% dos parlamentares pesquisados votaram sim ao processo de impeachment que derrubou a presidenta, 23,88% se posicionaram contrários, um deputado se absteve de votar, e outros seis não estavam presentes na votação.

4.2 REDE DE FINANCIAMENTO DA CMADS, ATORES CENTRAIS E GRUPOS DE INTERESSE

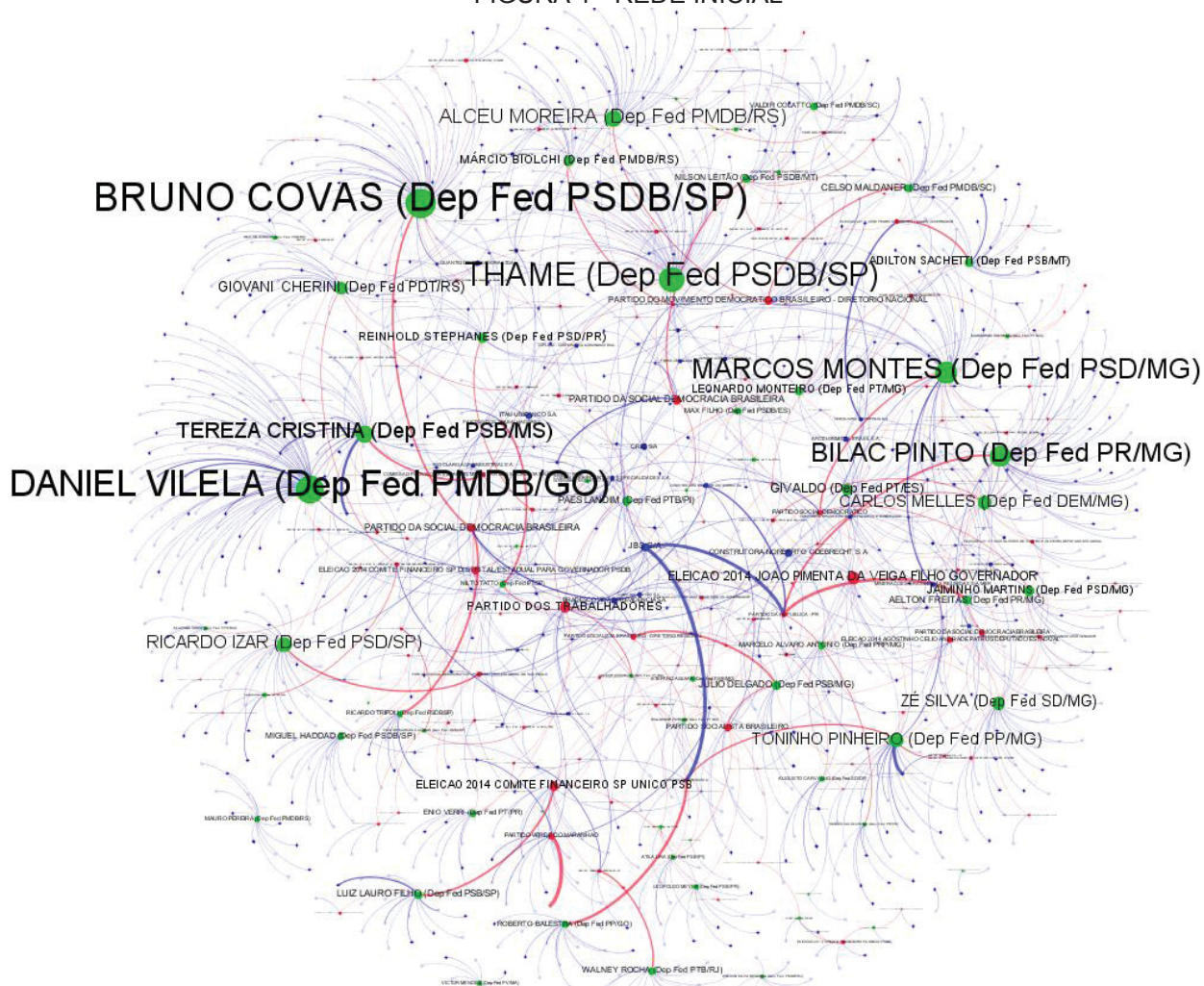
4.2.1 Elementos Estruturantes da Rede de Financiamento da CMADS

As interações dos deputados federais, que até 2019 compunham a CMADS, com partidos políticos e empresas financiadoras de campanha, durante as eleições de 2014, forjaram a rede que conecta os atores por relações de financiamento. Neste caso, quanto maior o valor da receita dirigida ao candidato ou partido, maior o peso da aresta. Cada aresta corresponde a todas as doações que um agente destinou a outro agrupadas, somando os valores, afinal, o interesse está nos vínculos entre financiadores e financiados e sua intensidade.

Nota-se que a partir da instrução normativa do TSE, torna-se possível identificar a fonte original do recurso e distinguir o fluxo que transcorre de um doador, antes oculto e em geral pessoa jurídica, para o partido que posteriormente transfere o valor ao candidato. O agente partidário atua, portanto, como intercessor da verba. Diante da singularidade que a eleição de 2014 apresentou, uma escolha metodológica precisou ser tomada e optou-se por um grafo dirigido que revele, em suas setas, o dinheiro sendo repassado da empresa ao deputado, utilizando agentes partidários como intermediadores. Para tanto, cada doação **indireta** aparece duas vezes na rede, por mais que se trate da mesma receita repassada em ambas as transações. A escolha se justifica uma vez que o objetivo é explorar as relações entre parlamentares tomadores de decisão e agentes privados representantes do

capital financeiro, sem ignorar o importante papel que desempenham os partidos políticos, pela quantidade de recursos que intermedeiam e pelo seu poder de pressão sobre os mandatos. O grafo abaixo (FIGURA 1) expressa as relações de financiamento dos membros da 55ª legislatura da CMADS.

FIGURA 1 - REDE INICIAL



FONTE: Elaboração própria, com dados do TSE (BRASIL, 2019a) e da Câmara dos Deputados (BRASIL, 2015a, 2016, 2017, 2018).

No grafo as arestas estão dimensionadas pelo peso e os nós dimensionados por grau, ou seja, aparecem em destaque os atores que estabelecem o maior número de conexões na rede. Coloridos de verde estão os candidatos, os nós vermelhos são os diretórios partidários e comitês de campanha, e em azul estão coloridas as pessoas jurídicas (empresas). Vale lembrar que as pessoas físicas não aparecem na rede, elas foram eliminadas no processo de montagem do banco de dados a partir do qual forjaram-se os grafos, devido a insignificância do volume de

doações em detrimento a quantidade de nós. Nesta rede inicial os 67 candidatos são minoria (6,49%). Além deles, aparecem 118 agentes partidários (11,43%) e 847 pessoas jurídicas (82,07%), que representam a maior parte da rede. Esses 1.032 atores estabelecem 1.306 conexões, somando R\$ 84.089.922,31 em doações de campanha, que constituem o fluxo financeiro da rede.

Conforme explicado anteriormente, as doações indiretas aparecem duas vezes. Esse tipo de transferências agrupadas soma R\$ 24.909.351,79 em receitas de campanha, direcionadas primeiro para agentes partidários, para depois serem transferidos aos candidatos e futuros membros da CMADS. Sem elas, esses deputados acumularam R\$ 59.180.570,52 em contribuições eleitorais, sendo que cada parlamentar recebeu R\$ 883.292,09 em média. Contudo, a distribuição desse recurso é bem desigual e o conjunto de valores sofre um desvio padrão de R\$ 959.575,20. A soma dos valores que cada candidatura acumulou em doações variou de R\$ 275,00 a R\$ 4.068.305,55, sendo a mediana equivalente a R\$ 483.911,71. A estatística descritiva já sinaliza uma rede muito desigual, assimétrica e hierarquizada. As análises subsequentes apresentam a posição dos atores nesta hierarquia.

Ao debruçar o olhar sob a soma dos valores que cada agente acumulou em suas arestas e fracionar entre candidatos receptores de recursos, doadores diretos e doadores indiretos, obtêm-se como resultado os dados tabelados abaixo (TABELA 1). Neles, os atores estão listados de forma decrescente, ou seja, destacam-se as empresas, agentes partidários e deputados que acumularam os maiores valores da rede, seja doando, seja recebendo financiamento.

TABELA 1 - REDE INICIAL: PERCENTUAL DE RECEITAS DE DEPUTADOS, EMPRESAS E PARTIDOS POLÍTICOS

(continua)

Deputados	Receita (\$)	%	Doadores Diretos	Receita (\$)	%	Doadores Indiretos	Receita (\$)	%
TONINHO PINHEIRO (PP/MG)	4.068.305	6,9	PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA	2.949.692	5,0	JBS S/A	3.647.075	14,64
TEREZA CRISTINA (PSB/MS)	4.009.025	6,8	PARTIDO DOS TRABALHADORES	2.462.975	4,2	CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ SA	1.365.766	5,48

(conclusão)

Deputados	Receita (\$)	%	Doadores Diretos	Receita (\$)	%	Doadores Indiretos	Receita (\$)	%
DANIEL VILELA (PMDB/GO)	3.189.336	5,4	PARTIDO DA REPUBLICA - PR	2.300.000	3,9	BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S.A.	975.770	3,91
MARCOS MONTES (PSD/MG)	3.052.633	5,2	PARTIDO PROGRESSISTA	1.888.222	3,2	COSAN LUBRIFICANTES E ESPECIALIDADES S.A.	852.900	3,42
LUIZ LAURO FILHO (PSB/SP)	2.525.680	4,3	PARTIDO VERDE DO MARANHÃO	1.515.000	2,6	CRBS S/A	710.136	2,85
BRUNO COVAS (PSDB/SP)	2.456.920	4,2	SUPERMERCADOS BH COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	1.224.371	2,1	CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S A	710.000	2,85
ADILTON SACHETTI (Dep. Fed. PSB/MT)	2.085.373	3,5	ELEICAO 2014 COMITE FINANCEIRO SP UNICO PSB	1.035.709	1,8	CONSTRUTORA OAS S.A.	697.911	2,80
ROBERTO BALESTRA (PP/GO)	2.072.400	3,5	IACO AGRICOLA S/A	1.000.000	1,7	CERVEJARIA PETROPOLIS S/A	636.679	2,55
AELTON FREITAS (PR/MG)	1.809.270	3,1	MINERACOES BRASILEIRAS REUNIDAS S A MBR	1.000.000	1,7	BRADESCO SAÚDE S/A	558.000	2,24
BILAC PINTO (PR/MG)	1.807.398	3,1	PMDB - DIRETORIO NACIONAL	960.000	1,6	GALVÃO ENGENHARIA S/A	531.725	2,13
JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1.749.637	3,0	PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO	868.000	1,5	CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S A	495.562	1,98
CARLOS MELLES (DEM/MG)	1.708.215	2,9	PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO	847.793	1,4	BRF S.A.	480.000	1,92
RICARDO TRIPOLI (PSDB/SP)	1.674.513	2,8	PSB - DIRETÓRIO REGIONAL	795.000	1,3	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	400.000	1,60
NILTO TATTO (PT/SP)	1.665.725	2,8	COMISSAO PROVISORIA ESTADUAL MS - PSB	740.000	1,3	SPAL INDUSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS S/A	395.000	1,58
THAME (PSDB/SP)	1.529.016	2,6	ELEICAO 2014 JOSE PEDRO GONCALVES TAQUES GOVERNADOR	725.724	1,2	CARIOCA CHRISTIANI NIELSEN ENGENHARIA	390.000	1,56

FONTE: Elaboração própria, com dados do TSE (BRASIL, 2019a) e da Câmara dos Deputados (BRASIL, 2015a, 2016, 2017, 2018).

NOTA: *os valores referentes às receitas foram aproximados de modo a eliminar os centavos.

Verifica-se que os partidos políticos são protagonistas entre os doadores diretos, ocupando 12 das 15 primeiras colocações, inclusive as cinco primeiras. No quadro referente a doações indiretas, o cenário se inverte, e o que se vê são empresas privadas configurando entre os 15 primeiros colocados. A JBS dispara na frente, sendo responsável por quase 15% dos valores transacionados na rede. Isso é revelador à medida que, depois dela, a segunda colocada - Construtora Andrade Gutierrez S.A - atinge apenas 5,46% do total de receita. O quadro demonstra que a obrigatoriedade de declarar doador originário na receita das campanhas eleitorais não desincentivou que empresas transferissem recursos para agentes políticos

utilizando partidos como intermediadores. Pessoas jurídicas continuam preferindo financiar campanhas de forma indireta. Horochovski et al. (2016) levantam a hipótese de que tal comportamento ser justificado pela possibilidade de estabelecer relações com dois atores estratégicos por meio de uma doação somente.

Apesar da rede representar um conjunto de relações, não se trata de um grupo homogêneo. A Análise de Redes Sociais postula que há uma tendência de redes grandes e complexas apresentarem um componente gigante, que reúne grande parte ou quase a totalidade dos nós, e uma quantidade variável de componentes menores, que conectam poucos nós ou são nós isolados, sem laços com os demais. (FREEMAN, 1979). Sendo “componente” um conjunto de nós direta ou indiretamente conectados entre si. Para melhor compreensão da estrutura de financiamento da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, o passo seguinte é decompor a rede inicial para identificar o componente gigante e os componentes isolados da estrutura. Na tabela abaixo (TABELA 2) é possível verificar o número de nós, a frequência com a qual os diferentes tipos de nós aparecem; o número de arestas e o total de receita transacionada na rede inicial e na sua decomposição em componente gigante e componentes isolados, bem como os percentuais referentes a cada componente.

TABELA 2 - COMPONENTES DA REDE CMADS (FREQUÊNCIA)

	Rede Inicial	% rede inicial	Comp. Isolados	% rede inicial	Comp. Gigante	% rede inicial
Total de Nós	1032	100	33	3,19	999	96,80
Deputados	67	6,49	5	15,15	62	6,21
Empresas	847	82,07	28	84,84	819	81,98
Ag. Partidários	118	11,43	0	0,00	118	11,81
Arestas	1306	100	28	2,14	1278	97,85
Valor Transacionado (\$)	84.089.922,31	100	679.393,03	0,8	83.410.529,28	99,19

FONTE: Elaboração própria, com dados do TSE (BRASIL, 2019a) e da Câmara dos Deputados (BRASIL, 2015a, 2016, 2017, 2018).

Neste ponto é pertinente a discussão quanto à autonomia do ator conforme sua posição na estrutura, uma vez que Freeman (1979, p. 244) utiliza a noção de componente isolado com o objetivo de medir a capacidade de autonomia ou independência dos atores. Isso pode representar que, ao se isolar em relação aos outros, o ator potencializa as oportunidades de fazer-se autônomo frente às suas

escolhas (LEMIEUX & OUIMET, 2014, p. 26), apesar desse movimento nem sempre ser intencional. Marginalizados, neste caso, pode significar que os deputados sentem menos os efeitos da necessidade de resposta frente a interesses de grupos empresariais financiadores de campanha. Esta hipótese parece pertinente ao verificar que os dois únicos representantes do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) na 55ª Legislatura de CMADS estão entre os componentes isolados da rede. Cada um centraliza uma comunidade distinta, a primeira com dois doadores e a segunda com um doador somente. Eles também acumulam os menores valores em contribuições de campanha. É válido ressaltar que o PSOL é um partido situado mais à esquerda do espectro político. Seus representantes na Comissão: Ivan Valente (SP) e Edmilson Rodrigues (PA) demonstram em sua trajetória política a busca em se manter autônomo diante das pressões de grandes grupos empresariais e a defesa de pautas ambientais, com críticas à construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte em 2010 e às mudanças propostas no Novo Código Florestal aprovado em 2012, indo, em ambos os casos, ao encontro da opinião de ambientalistas à época. A imagem (FIGURA 2) a seguir mostra os componentes isolados da rede de financiamento eleitoral da CMADS.

FIGURA 2 – COMPONENTES ISOLADOS



FONTE: Elaboração própria, com dados do TSE (BRASIL, 2019a) e da Câmara dos Deputados (BRASIL, 2015a, 2016, 2017, 2018).

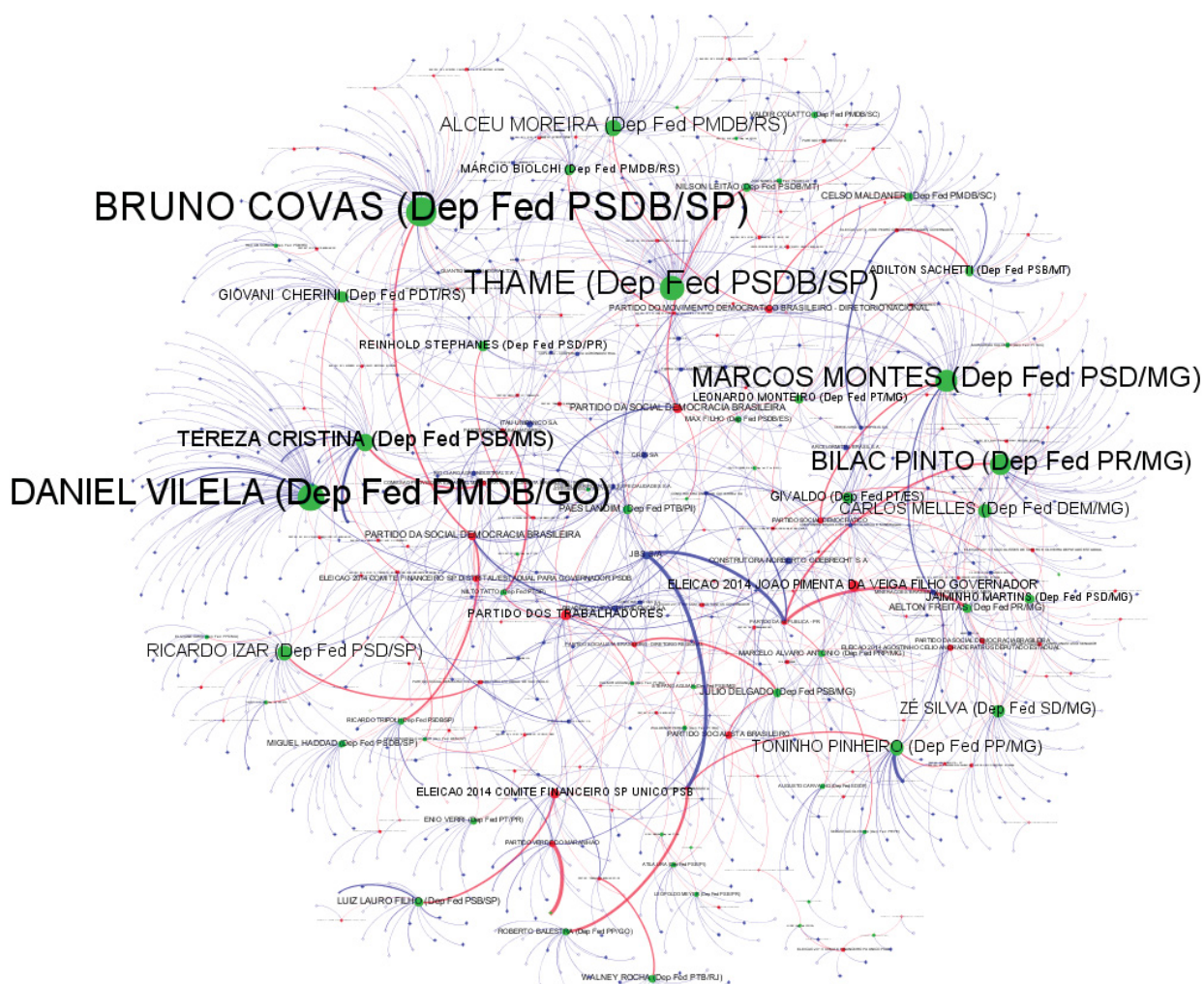
São cinco comunidades, cada uma delas forjada pelo deputado e um conjunto pequeno de financiadores que realizam uma doação apenas. Edmilson Rodrigues do PSOL/PA acumula R\$ 41.740 em doações de campanha, advindas de uma empresa de informática e outra de coleta, tratamento e disposição de resíduos e recuperação de materiais. Ivan Valente do PSOL/SP, possui uma doação apenas, no valor de R\$ 400,00. Marcos Pereira, deputado federal pelo PMDB do Rio Grande do Sul, centraliza o maior componente dentre os isolados e acumula R\$ 67.100 em doações advindas de 11 financiadores diferentes, a maioria ligada a fabricação de veículos automotores, máquinas e equipamentos. O ator configura também com o maior grau ponderado dentre os componentes isolados. Victor Mendes do PV do Maranhão está em um conjunto isolado com mais oito empresas, atuantes, principalmente, no setor de comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; indústrias de transformação e reparação, e soma R\$ 224.725 nas arestas ligadas a ele. Por último, Wilson Beserra (PMDB/RJ) está isolado em um componente que aglutina seus seis financiadores que, juntos, destinaram R\$ 282.750 para a campanha do

candidato, sendo o maior financiador a empresa SGO Construções LTDA, construtora de edifícios que aparece realizando a mais alta doação entre os componentes isolados, no valor de R\$ 130.000. Os deputados presentes nos componentes isolados, pertencentes a outros partidos, em geral, representam o baixo clero da câmara. Aparentemente, trata-se de redes locais/paroquiais, uma vez que esses candidatos não receberam doação do diretório nacional de seus partidos, e as empresas que doaram para eles não doaram para outros candidatos da rede.

Se situados à margem, os atores são mais autônomos quanto a escolhas e estratégias disponíveis, em contraste, os deputados pertencentes ao componente gigante que se veem próximos das empresas e partidos centrais quanto à atividade de financiamento eleitoral terão suas escolhas e ações mais condicionadas aos interesses e estratégias do grupo. Nesse sentido, considerando que o objetivo da análise é mensurar a extensão dos relacionamentos entre agentes partidários, parlamentares e empresários, bem como seus reflexos na estrutura da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, os estudos serão concentrados no componente gigante, uma vez que nele encontram-se os atores mais centrais, a maior parte da verba transacionada e, portanto, os elementos estruturantes da rede.

O Componente Gigante caracteriza-se pela conectividade entre os nós, estando todos os elementos dessa rede filtrada ligados por caminhos mais ou menos curtos. O programa *Gephi* permite, não só visualizar a forma que assume a relação dos atores que compõem a rede, mas também, rodar certas estatísticas e dimensionar o tamanho dos nós a partir desses cálculos. As mais clássicas são os referentes ao *grau* e *grau ponderado*. O *grau* mede o número de conexões que cada ator realiza. Ao aplicar essa estatística sob o grafo destacam-se os atores que fazem ou recebem várias doações. A configuração do componente gigante da rede de financiamento da CMADS, dimensionado pela estatística de *grau*, pode ser conferida na imagem abaixo (FIGURA 3):

FIGURA 3 - REDE DO COMPONENTE GIGANTE (GRAU)



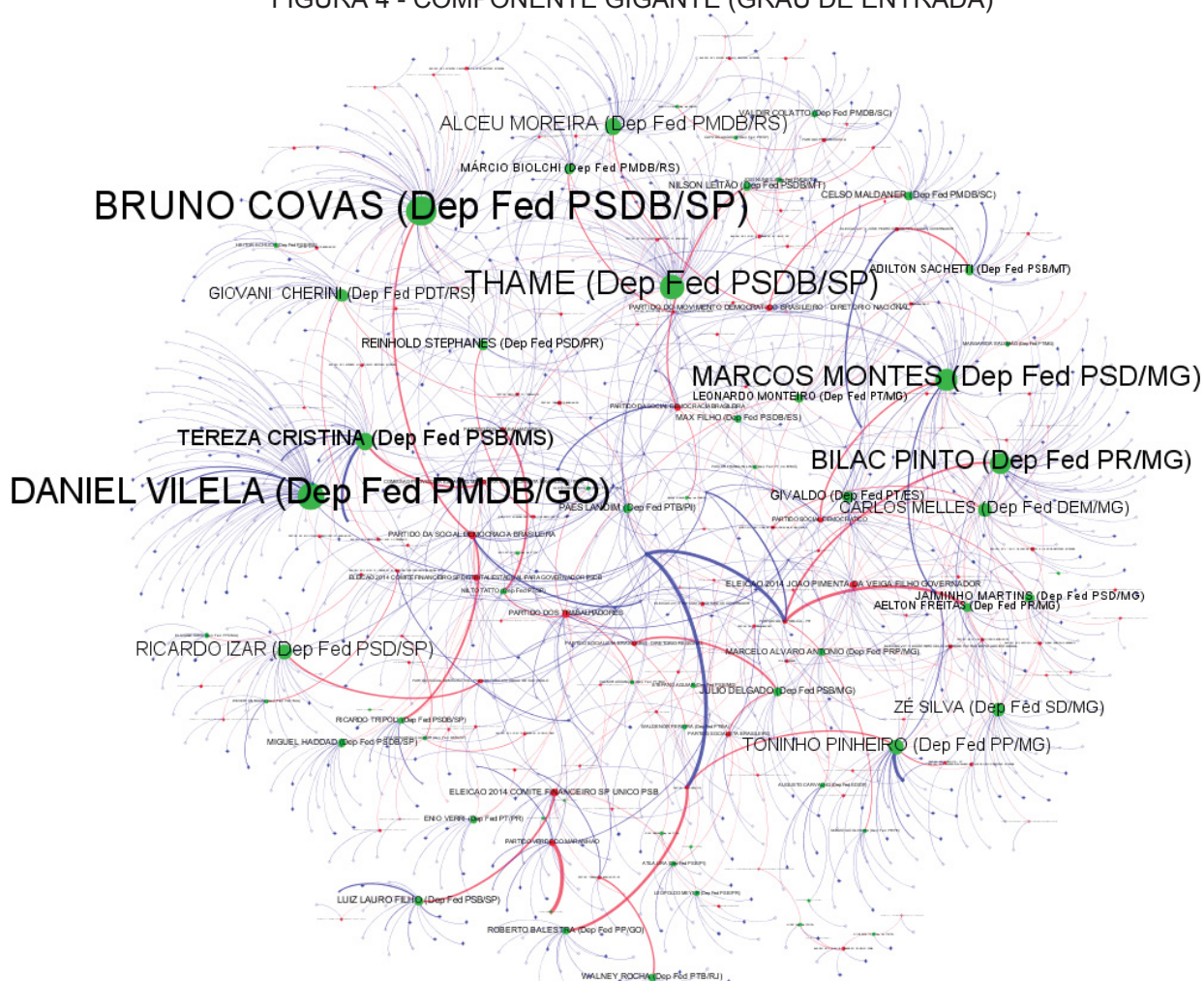
FONTE: Elaboração própria, com dados do TSE (BRASIL, 2019a) e da Câmara dos Deputados (BRASIL, 2015a, 2016, 2017, 2018).

Acima, os deputados se destacando na rede, coloridos de verde, em vermelho estão os agentes partidários e os pontos azuis - que são visivelmente a maioria - representam as empresas. A distribuição utilizada foi a *Fruchterman-Reingold* que tende a jogar atores com mais conexões para o centro da rede. De maneira geral, a análise do grau mostra uma centralidade dos deputados porque eles recebem de múltiplas fontes, enquanto os demais atores preferem concentrar recursos em poucos destinatários.

As arestas que conectam um ator a outro representam os mais de 83 milhões de reais transacionados no componente gigante da rede de financiamento dos membros da CMADS. As setas indicam a direção em que o dinheiro está indo. Na imagem algumas setas são mais visíveis, por estarem as arestas dimensionadas por “peso”, aparecem com traçado mais forte as doações mais expressivas da rede.

Uma propriedade interessante do grafo dirigido é que ele permite distinguir entre laços de entrada e de saída. Desta forma, a partir da rede dimensionada por grau, revelada acima, é possível desmembrar em outras duas redes: grau de entrada (FIGURA 4) e grau de saída (FIGURA 5). Na rede de grau de entrada aparecem em destaque os maiores receptores de doação, não é de se surpreender que os deputados federais sejam protagonistas nessa abordagem.

FIGURA 4 - COMPONENTE GIGANTE (GRAU DE ENTRADA)



FONTE: Elaboração própria, com dados do TSE (BRASIL, 2019a) e da Câmara dos Deputados (BRASIL, 2015a, 2016, 2017, 2018).

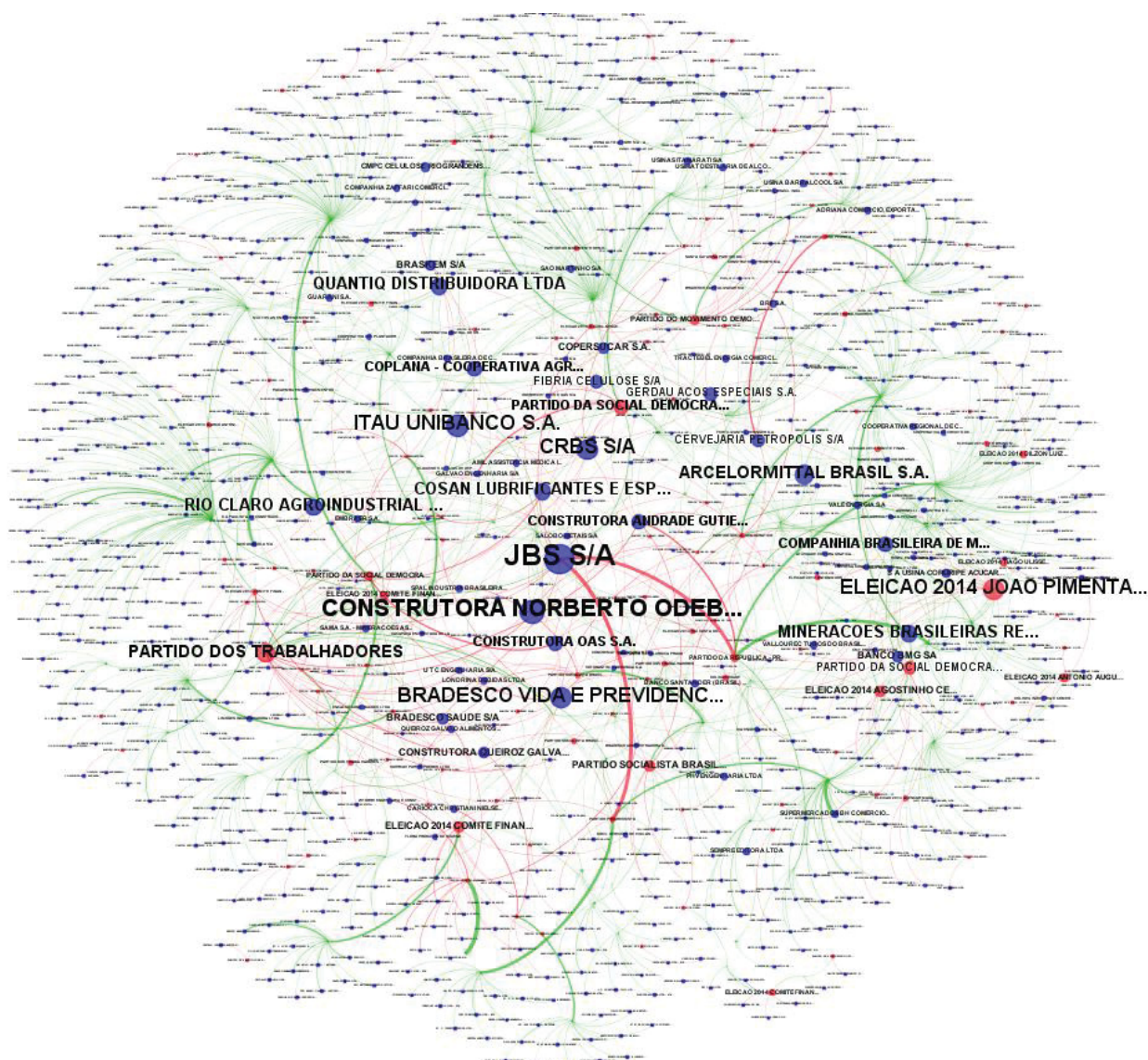
Deputados membros da CMADS claramente se destacam na rede, em especial Bruno Covas do PSDB de São Paulo, que recebeu o maior número de doações, acumulando 66 conexões. Em segundo lugar está Daniel Vilela do PMDB de Goiás, com 60 doações. Em terceiro, aparece o deputado Mendes Thame (PSDB-SP) realizando 55 conexões na rede. Marcos Montes (PSD-MG) é o quarto

melhor relacionado da rede e recebeu 48 doações de campanha. Bilac Pinto do PR de Minas Gerais somou 45 doações, sendo o quinto colocado, e a deputada Tereza Cristina, a única mulher entre os dez atores mais centrais, recebeu doações de 36 fontes diferentes para a sua campanha.

Além dos deputados é possível ver que os pontos vermelhos, representando os partidos, se destacam em relação às pessoas jurídicas, que aparecem na cor azul. Isso porque os partidos políticos nessa rede também receberam financiamento eleitoral, portanto esses atores possuem grau de entrada. Apesar de eles só começarem a aparecer a partir da 33ª colocação, em destaque aparece o Diretório Nacional do PT e do PSDB, recebendo 12 doações cada um. Em seguida aparece o Diretório Nacional do PMDB com 11 e o Partido Verde do Maranhão com 10 doações recebidas.

Na outra via do financiamento eleitoral estão os doadores de campanha. Em um grafo dirigido esses atores aparecem com arestas que partem deles em direção aos demais. Portanto, espera-se que o grafo dimensionado pelo grau de saída revele os atores que mais realizam esse movimento, injetando dinheiro na campanha dos futuros membros da 55ª legislatura da CMADS.

FIGURA 5 - COMPONENTE GIGANTE (GRAU DE SAÍDA)



FONTE: Elaboração própria, com dados do TSE (BRASIL, 2019a) e da Câmara dos Deputados (BRASIL, 2015a, 2016, 2017, 2018).

Aqui o quadro se inverte e as empresas protagonizam a rede. Em destaque estão os agentes partidários e pessoas jurídicas que realizam o maior número de doações. Entre eles, uma das maiores indústrias de alimentos do mundo, a JBS S/A, companhia que opera no processamento de carnes e é a maior financiadora da rede, sendo que seu grau de saída é 15. Depois dela, a Construtora Norberto Odebrecht S.A ocupa a segunda colocação com 12 transações em seu nome. O ITAÚ Unibanco S.A está em terceiro lugar com 11 doações. A candidatura de Pimenta da Veiga do PSDB, para governador de Minas Gerais, empatou em quarto lugar com a empresa Bradesco Vida e Previdência, e com a empresa do ramo de produção e comercialização de bebidas: CRBS S.A, pertencente à Ambev, os três com grau de saída = 10.

Na rede, aparece ainda mineradoras, como a Arcelormittal, um complexo de exploração florestal, mineração e siderurgia; a MBR - Minerações Brasileiras Reunidas; e a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração. Empreiteiras também aparecem na rede, como a Andrade Gutierrez, a OAS S.A e Queiroz Galvão. Empresas dedicadas a atividade econômica de industrialização de produtos agrícolas aparecem de forma numerosa, por exemplo a Rio Claro Agroindustrial S.A. Todas essas empresas, a priori, teriam interesse nas matérias debatidas dentro da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, já que uma legislação ambiental mais ou menos flexível interfere diretamente no ramo de atividades ao qual se dedicam.

Para além da quantidade de transferências que o nó realiza ou recebe, o *grau ponderado* leva em consideração o peso das arestas que atingem o nó. Uma vez que o peso depende do valor da receita, aparecem com maior *grau ponderado* as campanhas mais caras ou os partidos e empresas que despenderam os maiores investimentos. O *Gephi* permite exportar para planilhas legíveis em programas como *LibreOffice Calc* os resultados gerados quanto a medidas de centralidade. Na planilha, a classificação decrescente das estatísticas apresenta um *ranking de status* dos atores na rede, conforme: centralidade de grau, centralidade de grau ponderado, centralidade de intermediação e centralidade de proximidade. Os nomes que aparecem como mais centrais possuem vantagens como: acelerar ou obstruir processos de transferência de recursos e informação; acesso facilitado e poder de influência sobre os demais atores da rede; acesso ao capital financeiro, uma vez que os recursos transferidos nessa rede são, essencialmente, dinheiro para campanha eleitoral. A TABELA 3 apresenta a lista dos quinze atores mais centrais quanto ao *grau de entrada ponderado*, *grau de saída ponderado* e *grau ponderado*, ou seja, quem recebe, transfere e transaciona as maiores receitas.

TABELA 3 - COMPONENTE GIGANTE: GRAU, ENTRADA E SAÍDA PONDERADAS

(continua)

Grau Ponderado	Peso da Aresta (\$)	Entrada Ponderada	Peso da Aresta (\$)	Saída Ponderada	Peso da Aresta (\$)
PARTIDO DA REPUBLICA - PR	4600000	TONINHO PINHEIRO (PP/MG)	4068305	JBS S/A	4017075
TONINHO PINHEIRO (PP/MG)	4068305	TEREZA CRISTINA (PSB/MS)	4009025	PARTIDO DA REPUBLICA - PR	2300000
JBS S/A	4017075	DANIEL VILELA (PMDB/GO)	3189336	PARTIDO PROGRESSISTA	1680000

(conclusão)					
Grau Ponderado	Peso da Aresta (\$)	Entrada Ponderada	Peso da Aresta (\$)	Saída Ponderada	Peso da Aresta (\$)
TEREZA CRISTINA (PSB/MS)	4009025	MARCOS MONTES (PSD/MG)	3052633	PARTIDO DOS TRABALHADORES	1670250
PARTIDO PROGRESSISTA	3360000	LUIZ LAURO FILHO (PSB/SP)	2525680	PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA	1621680
PARTIDO DOS TRABALHADORES	3280500	BRUNO COVAS (PSDB/SP)	2456920	PARTIDO VERDE DO MARANHÃO	1515000
PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA	3241680	PARTIDO DA REPUBLICA - PR	2300000	SUPERMERCADOS BH COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	1424145
DANIEL VILELA (PMDB/GO)	3189336	ADILTON SACHETTI (PSB/MT)	2085373	CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ SA	1365767
MARCOS MONTES (PSD/MG)	3052633	ROBERTO BALESTRA (PP/GO)	2072400	MINERACOES BRASILEIRAS REUNIDAS S A MBR	1138063
PARTIDO VERDE DO MARANHÃO	3030000	AELTON FREITAS (PR/MG)	1809270	PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA	1065100
LUIZ LAURO FILHO (PSB/SP)	2525680	BILAC PINTO (PR/MG)	1807398	ELEICAO 2014 COMITE FINANCEIRO SP UNICO PSB	1035709
BRUNO COVAS (PSDB/SP)	2456920	JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1749637	IACO AGRICOLA S/A	1025000
ADILTON SACHETTI (PSB/MT)	2085373	CARLOS MELLES (DEM/MG)	1708215	BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S.A.	975771
PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA	2080200	PARTIDO PROGRESSISTA	1680000	PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO - DIRETORIO NACIONAL	960000
ROBERTO BALESTRA (PP/GO)	2072400	RICARDO TRIPOLI (PSDB/SP)	1674513	PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO	868000

FONTE: Elaboração própria, com dados do TSE (BRASIL, 2019a) e da Câmara dos Deputados (BRASIL, 2015a, 2016, 2017, 2018).

NOTA: *os valores referentes ao grau ponderado foram aproximados de modo a eliminar os centavos.

Revelados acima estão alguns resultados já adiantados na tabela sobre percentuais de receita (TABELA 1) em que Toninho Pinheiro, deputado federal do PP de Minas Gerais, aparece com a campanha mais cara da rede, seguido por Tereza Cristina (PSB-MS), ambos somando mais de 4 milhões em gastos eleitorais. Em 3º e 4º lugar, respectivamente, estão Daniel Vilela (PMDB-GO) e Marcos Montes do PSD de Minas Gerais que acumularam mais de 3 milhões de reais na soma das arestas a eles relacionadas. Os mais de 2 milhões de reais que Luiz Lauro Filho do PSB de São Paulo recebeu garantem-lhe o status de 5ª campanha mais cara da rede, seguido por Bruno Covas (PSDB-SP). Principalmente o Partido da República - PR e, em segundo plano o Partido Progressista, destacam-se dos demais agentes partidários por configurarem entre os quinze maiores receptores da rede. Categoria que, naturalmente, oferece vantagem aos candidatos.

Quanto ao grau de saída ponderado, fica evidente que os agentes partidários mobilizam a maior parte do dinheiro, uma vez que ocupam a maioria das colocações centrais. A primeira, no entanto, é ocupada pela JBS S.A, depositando mais de 4 milhões de reais nas campanhas dos candidatos objetos desse estudo. Os agentes partidários são a maioria no ranking de investidores centrais e tratam-se, em geral, de diretórios nacionais. A centralidade do diretório nacional do PT, PMDB e PSDB não surpreende, sendo os partidos que protagonizaram a disputa eleitoral naquele ano. No entanto, os primeiros partidos que aparecem financiando candidatos da CMADS são o PR e o PP que, apesar de serem partidos de médio porte e não fazem parte do grupo de grandes financiadores nacionais de campanha.

Foge a esta regra o Partido Verde do Maranhão, que é o sexto maior investidor na rede de financiamento da CMADS, depositando uma doação massiva, no valor de R\$ 1.515.000,00 somente para a campanha de Sarney Filho (PV-MA). Enquanto que recebe doações de 10 fontes diferentes, dentre eles: WTorre Engenharia e Construção S.A; Bradesco Administradora de Consórcios LTDA.; Bradesco Saúde S/A. O PV, durante a legislatura de 2015 a 2019 era um partido de muito pequeno porte - com apenas 8 representantes na Câmara de Deputados - pertencente a ala dos independentes. No entanto, seus parlamentares demonstram posicionamentos mais à direita.

Zequinha Sarney, como também é conhecido, filho do ex-Presidente da República José Sarney (1985-1990) que exerceu ainda cinco mandatos como senador, faz parte de família tradicional maranhense, ligada a política e ao coronelismo. É irmão de Roseana Sarney, ex-Governadora do Maranhão, e do empresário Fernando Sarney. Principal representante do PV na Câmara, foi Ministro do Meio Ambiente no governo Temer (2016-2019), e atualmente é secretário do Meio Ambiente do Distrito Federal (2019-2022).

O grau ponderado leva em consideração ambos os movimentos (entrada e saída). Este fator ofereceu vantagem ao Partido da República, que por ser um ator que tanto destina como recebe financiamento de campanha, aparece com o maior grau ponderado da rede, tanto que o valor aumenta de uma abordagem para outra e chega a 4 milhões e 600 mil reais em grau ponderado, somando as arestas que partem ou chegam até ele. Toninho Pinheiro (PP-MG), o candidato mais financiado da rede, está em segundo lugar. Em terceiro aparece a maior empresa financiadora da CMADS: JBS S.A. Tereza Cristina, deputada federal do PSB de Mato Grosso do

Sul ocupa o quarto lugar quanto ao grau ponderado, seguido pelo Diretório Nacional do PP. Percebe-se que a estatística de grau ponderado é a única que reúne os três tipos de atores que compõem a rede, o que reafirma, não só a centralidade dos deputados, como consagra a JBS como empresa mais influente da rede e revela a versatilidade do papel desempenhado pelos partidos políticos.

Seguindo na estratégia de afunilamento, com o objetivo de identificar as “vigas mestras” da estrutura de financiamento eleitoral que elegeu os membros da 55ª legislatura da CMADS, são ocultados da rede todos os nós que possuem grau um. Sendo o grau correspondente a quantidade de vezes que o nó (ator) realiza uma conexão, permaneceram na rede - nomeada de componente gigante reduzido - apenas aqueles nodos que fizeram/receberam duas doações ou mais. A exemplo de resultados anteriores, realizados com dados da 54ª legislatura (HOROCHOVSKI et. al, 2017), espera-se que este procedimento solape os atores que ocupam posições marginais, na medida em que realizam apenas uma doação e, portanto, não possuem poder de conectividade algum. O processo de filtragem é como colocar uma lente no centro da estrutura, as camadas superficiais são descortinadas para identificar os atores que operam como alicerce da rede de financiamento eleitoral. Nodos que realizam duas conexões ou mais são importantes na medida em que conectam atores sem ligação direta, tornando a rede mais coesa.

A rede do Componente Gigante Reduzido passou de 999 (Componente Gigante) para 271 nodos apenas. Dentre eles, 57 candidatos a deputados, 102 pessoas jurídicas e 112 agentes partidários. Estes sofreram uma pequena queda, com a redução de 8 atores de uma filtragem para a outra. A maior perda foi por parte das empresas, cujo filtro eliminou 87,40% delas. São 5 os candidatos não alcançados pela filtragem. As arestas reduziram de 1278 para 550, acumulando R\$ 54.103.118,05 em transações, o que corresponde a 64,86% da rede do Componente Gigante. Interessante notar que eliminando a maioria dos nós foi mantida a maior parte do dinheiro transacionado. Indicativo de uma rede economicamente desigual. Verifica-se que a redução preserva praticamente todos os deputados e agentes partidários, enquanto conserva somente as empresas de maior expressão no financiamento político brasileiro. Os atores que se destacam nessa filtragem conforme o grau de entrada, saída e grau, estão expressos na tabela (TABELA 4) abaixo.

TABELA 4 - COMPONENTE GIGANTE REDUZIDO (GRAU DE ENTRADA, GRAU DE SAÍDA E GRAU)

Grau		Grau de Entrada		Grau de Saída	
BRUNO COVAS (PSDB/SP)	66	BRUNO COVAS (PSDB/SP)	66	JBS S/A	15
DANIEL VILELA (PMDB/GO)	60	DANIEL VILELA (PMDB/GO)	60	CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S A	12
THAME (PSDB/SP)	55	THAME (PSDB/SP)	55	ITAU UNIBANCO S.A.	11
MARCOS MONTES (PSD/MG)	48	MARCOS MONTES (PSD/MG)	48	ELEICAO 2014 JOAO PIMENTA DA VEIGA FILHO GOVERNADOR	10
BILAC PINTO (PR/MG)	45	BILAC PINTO (PR/MG)	45	BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S.A.	10
TEREZA CRISTINA (PSB/MS)	36	TEREZA CRISTINA (PSB/MS)	36	CRBS S/A	10
ALCEU MOREIRA (PMDB/RS)	34	ALCEU MOREIRA (PMDB/RS)	34	PARTIDO DOS TRABALHADORES	9
RICARDO IZAR (PSD/SP)	31	RICARDO IZAR (PSD/SP)	31	ARCELORMITTAL BRASIL S.A.	9
TONINHO PINHEIRO (PP/MG)	29	TONINHO PINHEIRO (PP/MG)	29	MINERACOES BRASILEIRAS REUNIDAS S A MBR	8
CARLOS MELLES (DEM/MG)	28	CARLOS MELLES (DEM/MG)	28	COSAN LUBRIFICANTES E ESPECIALIDADES S.A.	8
ZÉ SILVA (SD/MG)	27	ZÉ SILVA (SD/MG)	27	QUANTIQ DISTRIBUIDORA LTDA	8
GIOVANI CHERINI (PDT/RS)	25	GIOVANI CHERINI (PDT/RS)	25	RIO CLARO AGROINDUSTRIAL S.A.	8

FONTE: Elaboração própria, com dados do TSE (BRASIL, 2019a) e da Câmara dos Deputados (BRASIL, 2015a, 2016, 2017, 2018).

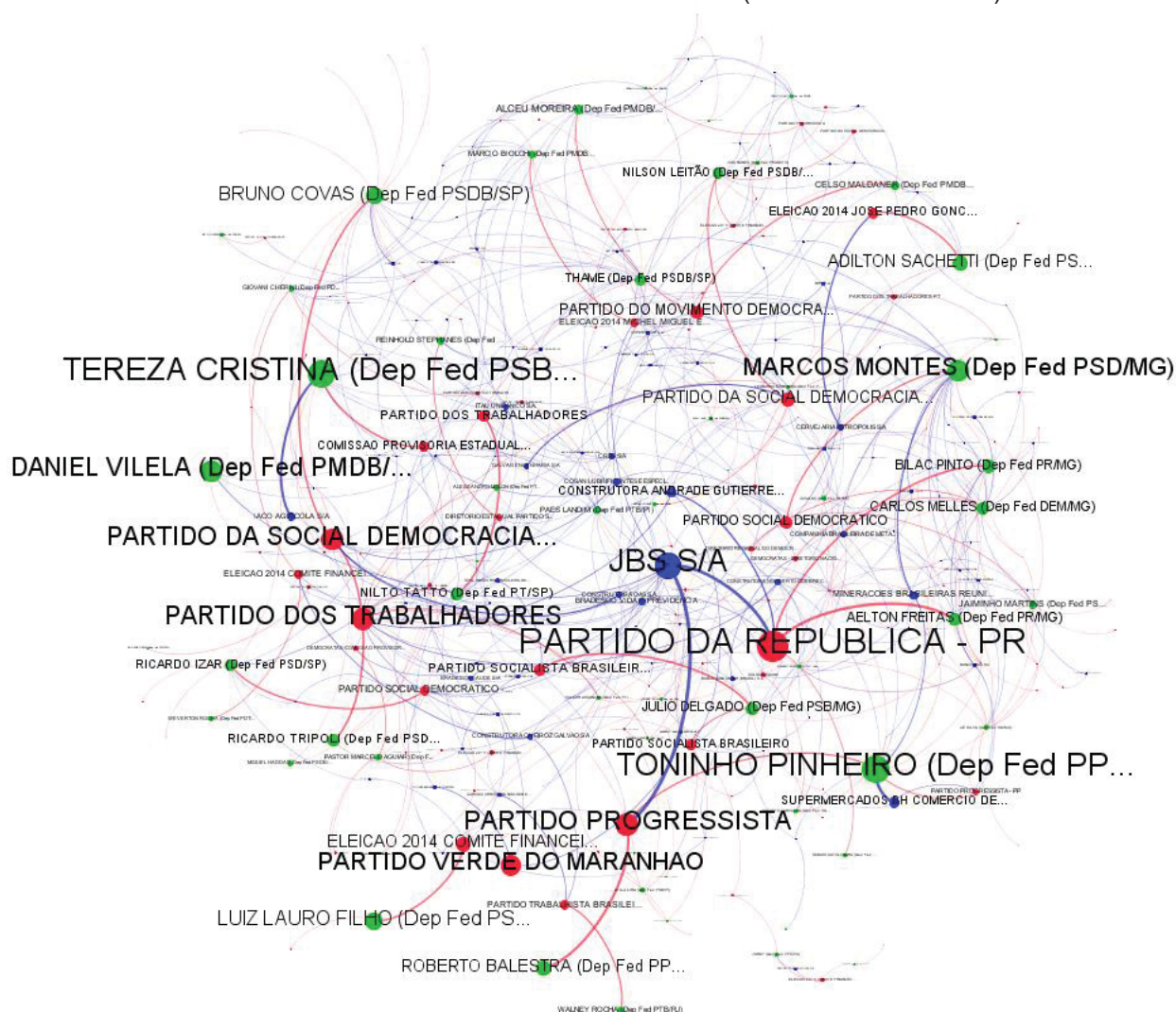
A centralidade de grau e grau de entrada passou a não apresentar tanta diferença nesta abordagem, visto que em ambas as listas dos doze mais centrais os nomes se repetem, sendo monopolizadas pelos candidatos. Essa característica só irá destoar na 13ª colocação referente a grau, em que aparece a candidatura para governador do Pimenta da Veiga (PSDB-MG), que obteve grau igual a 23 e grau de entrada igual a 13. Referente a listagem de grau de entrada essa característica permanece até a 33ª colocação, que mostra o Diretório Nacional do PT com grau de entrada = 12 e grau = 21; seguido pelo PSDB-BR com grau de entrada também igual 12 e grau = 16.

Entre os nodos mais centrais quanto ao grau de saída, as empresas aparecem mais fortes nessa filtragem, uma vez que ocupam 10 das 12 colocações do ranking. Isso porque as empresas de maior expressão no financiamento político brasileiro tendem a prezar pela prospecção do agente político, sem muitos preconceitos ideológico, chegando a financiar candidatos em disputa direta. Esse

comportamento oferece vantagens de conectividade quando comparado ao comportamento de agentes partidários que preferem destinar recursos a candidatos de sua legenda.

Na rede do Componente Gigante Reduzido as medidas de centralidade de grau já mostram uma rede bem mais homogênea, com nodos muito próximos uns dos outros. Nesse filtro, ao dimensionar os nodos pela estatística de grau ponderado a rede se comporta da seguinte maneira.

FIGURA 6 - COMPONENTE GIGANTE REDUZIDO (GRAU PONDERADO)



FONTE: Elaboração própria, com dados do TSE (BRASIL, 2019a) e da Câmara dos Deputados (BRASIL, 2015a, 2016, 2017, 2018).

Na imagem os candidatos são os pontos verdes, de vermelho estão os agentes partidários e os nodos azuis representam as empresas. O tamanho dos nós está dimensionado pela estatística de **grau ponderado**, que considera o peso das

arestas que saem e que chegam até cada nó. O que se vê é uma rede um pouco mais homogênea na quantidade de nós vermelhos e azuis, e na centralidade dos candidatos e partidos políticos.

O Diretório Nacional do Partido da República é o ator mais central da rede, acumulando 4 milhões e 600 mil reais em transações de campanha. Este agente é um dos sete maiores partidos do Brasil. Na rede de financiamento dos deputados da 55ª legislativa da CMADS, o PR-BR doa para as campanhas de Aelton Freitas, Bilac Pinto, ambos do PR de Minas Gerais e ligados a atividade rural. Bilac Pinto é produtor rural, e Aelton Freitas é dono de fazendas de cultivo, bem como criação de gado e empresas rurais. O Diretório Nacional do PR também doa para a campanha de Sebastião Oliveira, representante da legenda em Pernambuco. Este agente partidário recebe doações da Construtora Andrade Gutierrez, Bradesco Vida e Previdência e da JBS. Em 2019 a legenda muda de nome para Partido Liberal. O Partido inicia da 55ª legislatura na base do governo petista, porém, durante a votação do impeachment em 2016 a maior parte de sua bancada votou a favor da cassação do mandato da presidenta.

O deputado membro da bancada ruralista, Toninho Pinheiro (PP-MG), do PP de Minas Gerais é o segundo melhor relacionado da rede. O Diretório Nacional do seu partido é o 5º colocado conforme o grau ponderado. Esse agente partidário recebeu doações da JBS S.A, Sama S.A - Minerações Associadas e da Flora Produtos de Higiene e Limpeza. Além de Toninho Pinheiro, o Partido Progressista também repassou para a campanha de Roberto Balestra (PP-GO). A legenda apesar de compor a base de um governo liderado por um partido de esquerda na eleição de 2014, se coloca na direita do quadro ideológico. Naquele ano, obteve a quarta maior quantia de votos dentre os partidos representados na Câmara de Deputados. Trata-se de uma legenda considerada de porte médio.

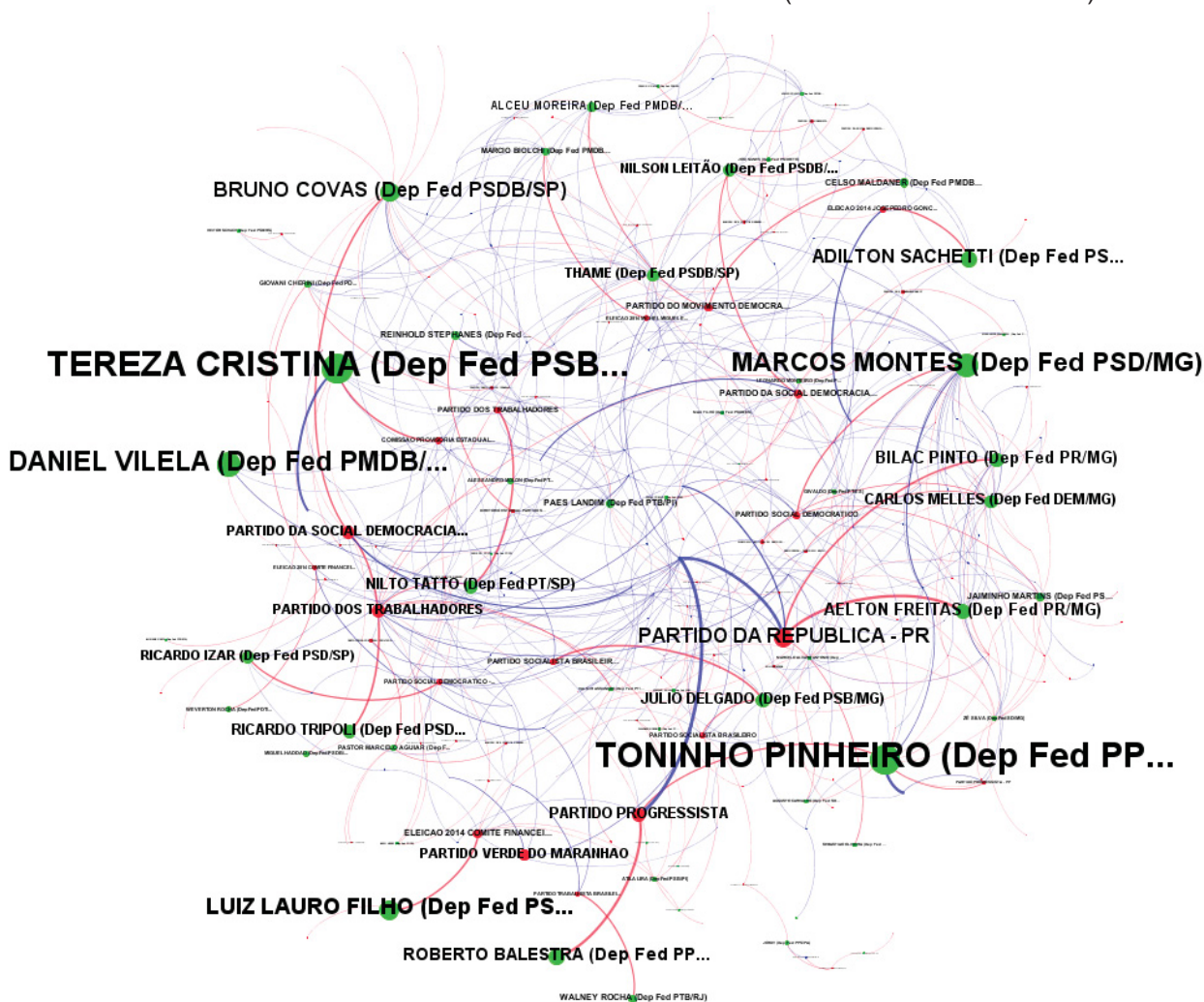
A JBS S.A, maior exportadora de carne bovina do mundo e dona da marca Friboi, é o terceiro agente mais central da rede. Desde 2006, o grupo figura entre os maiores doadores individuais de campanhas políticas do Brasil. Em 2010, a JBS ficou em terceiro lugar, com R\$ 63 milhões em financiamento eleitoral. Na eleição seguinte, configurou como a maior doadora de campanha, com cerca de R\$ 376 milhões de reais investidos. Foi a maior doadora das campanhas de ambos os candidatos que protagonizaram a disputa para presidente: Aécio Neves (PSDB) e Dilma Rousseff (PT). Para se ter dimensão do tamanho da influência da JSB no

Congresso Nacional de 2014: 36% dos parlamentares recebeu financiamento da JBS em suas campanhas.

Na rede referente ao Componente Gigante Reduzido a empresa doa para as campanhas de: Daniel Vilela (PMDB-GO) e Stefano Aguiar (PSB-MG); para os partidos: PSB, PR, SD, PRB, PP; para os diretórios regionais do PR-SP e o PSD-SP; para as candidaturas de: Nelson Trad Filho Governador, Simone Nassar Tebet Senadora, Michel Temer Vice-presidente, Arlete Gonçalves Santos Deputada Estadual, Carlos Cezar da Silva Deputado Estadual e para o Comitê Financeiro Nacional para Presidente da República PDT.

A exploração dos movimentos de entrada de recursos financeiros, presentes na rede do Componente Gigante Reduzido ao grau 2, oferece os resultados expressos no grafo dimensionado pela centralidade de entrada ponderada (FIGURA 7).

FIGURA 7 - COMPONENTE GIGANTE REDUZIDO (ENTRADA PONDERADA)



FONTE: Elaboração própria, com dados do TSE (BRASIL, 2019a) e da Câmara dos Deputados (BRASIL, 2015a, 2016, 2017, 2018).

Os candidatos são os maiores receptores, considerando os vários pontos verdes se destacando quanto ao grau de entrada ponderada, apesar de eles representarem a minoria na composição da rede. Tereza Cristina (PSB-MS), que acumulou R\$ 4.009.025,00 em arestas, licenciou-se do mandato na Legislatura 2015-2019, para assumir o cargo de Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a partir de 1 de janeiro de 2019. Licenciou-se do mandato de Deputado(a) Federal, na Legislatura 2019-2023, para assumir o cargo de Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A deputada foi uma das vozes ativas na defesa do PL 6299/2002 que flexibiliza as regras para fiscalização e aplicação de agrotóxicos no país. Daniel Vilela (PMDB-GO) - grau de entrada = R\$ 3.198.336,60 - foi o segundo candidato mais bem votado de seu estado. Se por um lado o deputado vem de uma família tradicional ruralista de Goiás, por outro, apresenta em sua trajetória defesa de pautas ambientais. Recebeu financiamento eleitoral de diversas empresas, ligadas às mais diferentes áreas, principalmente imobiliárias, instituições financeiras, empresas de engenharia e agrícolas, como a Ria Claro e a Vale Verde, além da JBS. Contudo empresas ligadas a atividade de reciclagem, tais como: Estre Ambiental S/A, Volga Engenharia Industrial e Comercio LTDA, Reciclar Reciclagem de Materiais LTDA, Rede de Transformadores e Equipamentos Elétricos LTDA, RE Empresa de Reciclagem Eireli -ME, também financiaram sua campanha. Além disso, duas mineradoras fazem doações indiretas para esse candidato: Mineração Serra Grande S.A e Sama S.A minerações associadas.

Marcos Montes (PSD-MG), acumulou R\$ 3.052.633,27 em financiamento de campanha. Ele é membro das bancadas ruralista, de defesa da exploração privada do pré-sal, defesa da regulamentação fundiária e da bancada de economia solidária na Câmara. O deputado é alvo de ação civil por improbidade administrativa e danos ao erário movida pelo Ministério Público Estadual. Foi uma das vozes ativas dentro do seu partido na defesa do impeachment de Dilma Rousseff, alegando que a presidenta tenha prejudicado o agronegócio. Ocupa o cargo de secretário-executivo do Ministério da Agricultura no governo do presidente, eleito em 2018, Jair Bolsonaro (eleito pelo PSL, atualmente sem partido). Luiz Lauro Filho do PSB de São Paulo presidiu a Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

durante o ano de 2016. Segundo o Regimento Interno da Câmara Art. 41 (BRASIL, 2019b) ao presidente compete designar relatores e distribuir-lhes a matéria sujeita à apreciação, podendo ele próprio funcionar como relator e ter voto nas deliberações da comissão. O deputado arrecadou R\$ 252.569,81 em doações de campanha.

O sexto melhor relacionado da rede é Bruno Covas (PSDB-SP). Neto do ex-governador Mário Covas, o candidato foi secretário estadual do Meio Ambiente de São Paulo. Atualmente, Covas é prefeito da cidade de São Paulo, após ter sido eleito vice em 2016, o tucano assume o cargo quando João Dória (PSDB-SP) renuncia para candidatar-se a governador. O grau de entrada ponderada desse ator é igual a R\$ 2.556.920,00.

Apesar da hegemonia, os deputados não são os únicos atores que se destacam quanto ao grau de entrada ponderada. Além do Partido da República e do Partido Progressista, os diretórios nacionais do PSDB e PT também são grandes receptores de recursos, seguidos pelo PV do Maranhão. O Partido da Social Democracia Brasileira é o 17º mais central quanto ao grau de entrada ponderada, 6º mais central em grau de saída ponderada. Acumulando R\$ 3.241.680,00 em grau ponderado. No cenário político pós eleições de 2014, o partido era o líder da oposição e a terceira maior bancada da Câmara dos Deputados. Trata-se de uma legenda que defende pautas liberais de centro direita. Na rede do Componente Gigante Reduzido, o ator doa para os candidatos: Bruno Covas, Miguel Haddad e Ricardo Tripoli, representantes do partido em São Paulo. Recebe doações da empresa: Bradesco Previdência; Amil Assistência Médica Internacional; Spal Industria Brasileira de Bebidas; Bradesco Saúde; da produtora de bebida CRBS S/A e da exportadora de lubrificantes e especialidade Cosan.

Já o Partido dos Trabalhadores era, em 2014, a legenda da Presidência da República. Dono da maior bancada da Câmara - ainda que tenha perdido muitas cadeiras - a legenda se apresenta como centro esquerda e transacionou na rede de financiamento da CMADS o valor de R\$ 3.280.500,00. O Diretório Nacional do PT doa para o deputado carioca Alessandro Molon; para os paranaenses Assis Couto e Ênio Verri; João Daniel de Sergipe, Leonardo Monteiro de Minas Gerais, Nilto Tatto de São Paulo e para os candidatos baianos Valmir Assunção e Valdenor Pereira. Amil Assistência Médica Internacional, Bradesco Vida e Previdência, Construtora Norberto Odebrecht, UTC Engenharia, Queiroz Galvão Alimentos, CRBS e Londrina Bebidas Ltda, são seus financiadores.

Nessa abordagem novamente aparece a JBS exercendo nítida centralidade. Como já foi demonstrado em estudos anteriores, o ato de financiar campanhas é, na verdade, um investimento vislumbrando rentabilidades futuras, tanto que a maior financiadora da rede, somente para a eleição de 2014 depositou 39,56% de todo o seu lucro em campanhas eleitorais. Em seguida, aparecem como maiores investidores os agentes partidários: Partido da República, Partido Progressista, Partido dos Trabalhadores e o Partido da Social Democracia Brasileira - todos são diretórios nacionais - seguidos pelo Partido Verde do Maranhão.

Além dos agentes partidários, aparecem como grandes investidores a empresa de comércio varejista Supermercados BH Comercio de Alimentos, grau de saída = 1.424.145, sediada em Belo Horizonte (MG). Essa pessoa jurídica doa para Toninho Pinheiro (PP-MG), para o diretório nacional do Partido Progressista e para a candidatura à deputado estadual de Wander José Goddard Borges. Este agente foge à regra por tratar-se de uma empresa local, frente a hegemonia de empresas nacionais ou multinacionais que aparecem na rede de financiamento da CMADS.

A oitava maior financiadora da rede é a Construtora Andrade Gutierrez, que acumulou grau de saída = R\$ 1.365.767,00. Trata-se de uma multinacional brasileira de origem mineira, envolvida em atividades econômicas que vão desde infraestrutura a energia, óleo e gás e mobilidade urbana. É a segunda maior construtora do Brasil e uma das grandes financiadoras de campanhas eleitorais. Esse ator tem preferência em realizar doações a diretórios nacionais da rede como: PR-BR, PMDB-BR, PT-BR, PSDB-BR, PSB-BR e PSD-BR.

A Minerações Brasileiras Reunidas S.A. - MBR depositou a nona maior quantia no valor de R\$ 1.138.063,06. A empresa pertence a Vale S.A, é uma das maiores produtoras e exportadoras de minério de ferro do mundo, sediada em Minas Gerais. A mineradora transfere verbas para a campanha de Givaldo (PT-ES), Jaiminho Martins (PSD-MG), Marcos Montes (PSD-MG), Toninho Pinheiro (PP-MG), doa também para o Solidariedade (SD) e para a campanha de Rodrigo Sobral Governador, Roberto Carlos Teles Braga Governador, e para o Comitê Financeiro único do PT-MG. Este movimento, percebido em vários outros atores que financiam candidaturas, demonstra que empresas utilizam também comitês de campanha para transacionar recursos para candidatos.

Outras empresas aparecem em destaque da rede, como a Iaco Agrícola S.A, que tem usinas de açúcar e etanol em oito estados brasileiros e doou para a

campanha de Tereza Cristina (PSB-MS) e para a campanha de Nelson Filho Governador. E a empresa Bradesco Vida e Previdência que pertence ao Grupo Bradesco Seguros. Esta pessoa jurídica doou para os seguintes atores da rede: os diretórios nacionais do PR, PT, SD e PSDB; os comitês financeiros para governador do PSDB-SP e do DEM-SP; e para os diretórios regionais do DEM-MG e PSD-SP.

4.2.2 Agentes Partidários: os grandes intermediadores da rede de financiamento da CMADS

Intermediadores centrais são aqueles que se colocam no meio do caminho que conecta dois outros atores. Essas posições são estratégicas pois permitem controle sob o fluxo de informação, recurso e influência. Se os recursos transacionados em uma rede fossem informações acerca de um negócio que pode ser ou não fechado por exemplo. Os atores dependeriam de intermediadores para ter acesso às informações necessárias para fechar o acordo. Esses atores teriam a responsabilidade de receber a informação de um e passar para outro, nesse ponto, poderiam modificar, omitir informação, ou poderiam escolher para quem repassa-la, a fim de produzir um cenário favorável a seus interesses. Os resultados analisados a seguir expressam a teoria dos laços fracos em funcionamento. Como enunciou Granovetter (1973), estão nas pontes que conectam atores sem relação direta entre si as informações úteis.

Em posse dessa informação, é revelador notar que em todas as filtragens da rede de financiamento dos deputados membros da CMADS os agentes partidários mostram-se centrais quando a capacidade de intermediação. A Rede Inicial dimensionada pela centralidade de intermediação (FIGURA 9) é trazida para demonstrar a existência do fenômeno mencionado, contudo, qualquer uma das filtragens traria resultados bem semelhantes.

FIGURA 9 - REDE INICIAL (INTERMEDIAÇÃO)



FONTE: Elaboração própria, com dados do TSE (BRASIL, 2019a) e da Câmara dos Deputados (BRASIL, 2015a, 2016, 2017, 2018).

Nesta abordagem, quase não se vê os candidatos - que são os pontos verdes - com dificuldade os pontos azuis são enxergados, representando as empresas, e os pontos vermelhos (agentes partidários) visivelmente monopolizam a rede. Considerando que no ranking dos mais centrais nesta estatística os agentes partidários ocupam as primeiras 106 posições, é possível afirmar se tratar de um comportamento padrão desse tipo de ator.

A líder em interações é a candidatura de Pimenta da Veiga, candidato a governador pelo PSDB de Minas Gerais. Pimenta da Veiga foi um dos fundadores do partido, prefeito de Belo Horizonte (MG) e ministro das comunicações durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1999-2000). Na rede o ator transfere para Aelton Freitas (PR-MG), Bilac Pinto (PR-MG), Carlos Melles (DEM-MG), Pastor

Franklin Lima (PT do B-MG), Jaiminho Martins (PSD-MG), Marcelo Álvaro Antônio (PRP-MG), Marcos Montes (PSD-MG), Stefano Aguiar (PSB-MG), Toninho Pinheiro (PP-MG) e Zé Silva (SD-MG). E recebe das empresas: Sonel Engenharia, Vallourec Tubos do Brasil, ITAU Unibanco, Concremat Engenharia e Tecnologia, Construtora Norberto Odebrecht, Via Engenharia, Vale Energia e Construtora OAS.

Aqui é claro o movimento do candidato a governador recebendo de várias empresas, entre elas, bancos privados, empreiteiras e mineradoras. Incluindo a Vale, uma das maiores multinacionais brasileiras, responsável por crimes ambientais como o rompimento da barragem de Mariana (MG) em 2015, considerado o desastre de maior impacto ambiental da história do Brasil, e o rompimento da barragem de Brumadinhos (MG) em 2019, que deixou 259 pessoas mortas e 11 desaparecidas. Posteriormente, a candidatura transfere esses valores para candidatos mineiros de outros partidos que, no geral, compunham a coligação que apoiou seu nome no estado. Mas não com exclusividade, visto que o comitê também doa para um candidato do PSB que fazia parte de outra coligação nas eleições de 2014.

Este fenômeno também ocorre no caso do Comitê Financeiro Único do PSB de São Paulo, que transfere para candidatos do seu partido em diferentes estados, os valores que recebeu de diversas empresas entre elas: Queiroz Galvão Alimentos e Construtora OAS. Além dos comitês financeiros majoritários de outros partidos, como o comitê financeiro do PSDB-SP para governador, candidaturas de políticos que pleiteavam a eleição daquele ano também aparecem com força na rede: o candidato a deputado estadual de Agostinho Celio Andrade Patrus do PV de Minas Gerais e o candidato Antônio Augusto Junho Anastasia Senador do PSD, também de Minas Gerais.

O Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores é o segundo maior intermediador. Além dos partidos políticos que já apareceram com centralidade nas outras abordagens, ganham destaque a atuação do Diretório Nacional do PMDB e do Partido Socialista Brasileiro. Este último aparece com significativa centralidade de intermediação não só de seu diretório nacional, mas também de alguns diretórios regionais. O PSB é um partido de médio porte, que na 55ª legislatura tinha 34 deputados na Câmara e situava-se em oposição ao governo da época. Já o PMDB que em 2014 havia eleito o vice-presidente Michel Temer, chegou a Câmara dos Deputados com a segunda maior bancada, a presidência da casa também pertencia a essa legenda. O partido ocupou a cadeira de vice durante o governo Dilma (2014-

2016) e a presidência da República após impeachment, até o ano de 2019. Na votação, 59 deputados dentre os 65 representantes do PMDB votaram a favor do processo de impedimento da presidenta eleita.

4.2.3 Grupos de Interesse dentro da Rede de Financiamento da CMADS

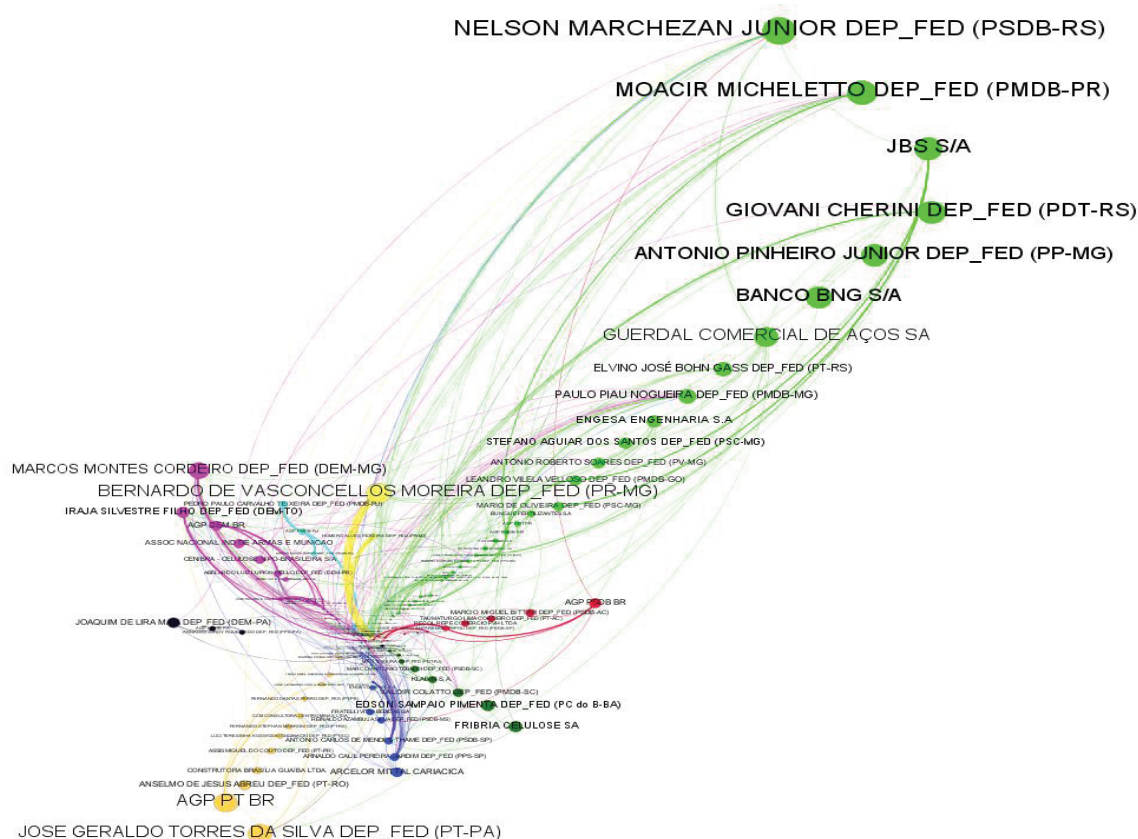
Por último, cálculos de modularidade foram aplicados, pois embora o componente reduzido represente um núcleo duro na rede, onde todos os atores estão conectados por caminhos mais ou menos curtos, eles não formam um grupo homogêneo. É possível identificar conjuntos de nodos (deputados, empresas e partidos) com maior proximidade entre si. E comunidades foram consideradas como grupos de interesses formados no interior da rede de financiamento da CMADS. A exemplo de resultados anteriores, com dados da 54^a legislatura, espera-se que as comunidades unam deputados por financiadores em comum, e empresas com alvos em comum, elas poderiam expressar também coligações partidárias feitas nos estados.

Contudo, a modularidade da rede de financiamento da 55^a legislatura apresentou uma configuração bem diferente das comunidades expressa na rede de financiamento da 54^a legislatura da CMADS. Isso porque os deputados eleitos em 2010 não precisavam especificar a origem da verba que era repassada por seus partidos. Os agentes partidários recebiam o financiamento das empresas, que permaneciam como doadores ocultos, e distribuíam essa verba para candidatos do seu partido ou de outros partidos de sua coligação. Sendo assim, as comunidades da rede de financiamento expressavam uma identidade partidária e, portanto, de interesses em comum.

A partir do momento que os candidatos precisam informar ao TSE o seu doador originário, as comunidades da rede são descaracterizadas, porque revelam-se as mesmas empresas destinando recurso para candidaturas dos mais diferentes partidos e estados brasileiros. Se o *Gephi* aproxima atores por doadores em comum, é de se esperar que todos os atores centrais - pertencentes ao componente gigante e que realizam mais de uma conexão - estejam muito próximos, formando, na realidade, uma grande comunidade que, provavelmente, compartilha interesses similares. Para demonstrar como a modularidade da rede de financiamento da CMADS se transfigura a partir da decisão do TSE, trago os resultados da rede de

financiamento dos membros da CMADS em 2010 (FIGURA 10), para comparar com os dados frutos da eleição de 2014.

FIGURA 10 - COMUNIDADES DA REDE DE FINANCIAMENTO ELEITORAL DA 54ª LEGISLATURA DA CMADS



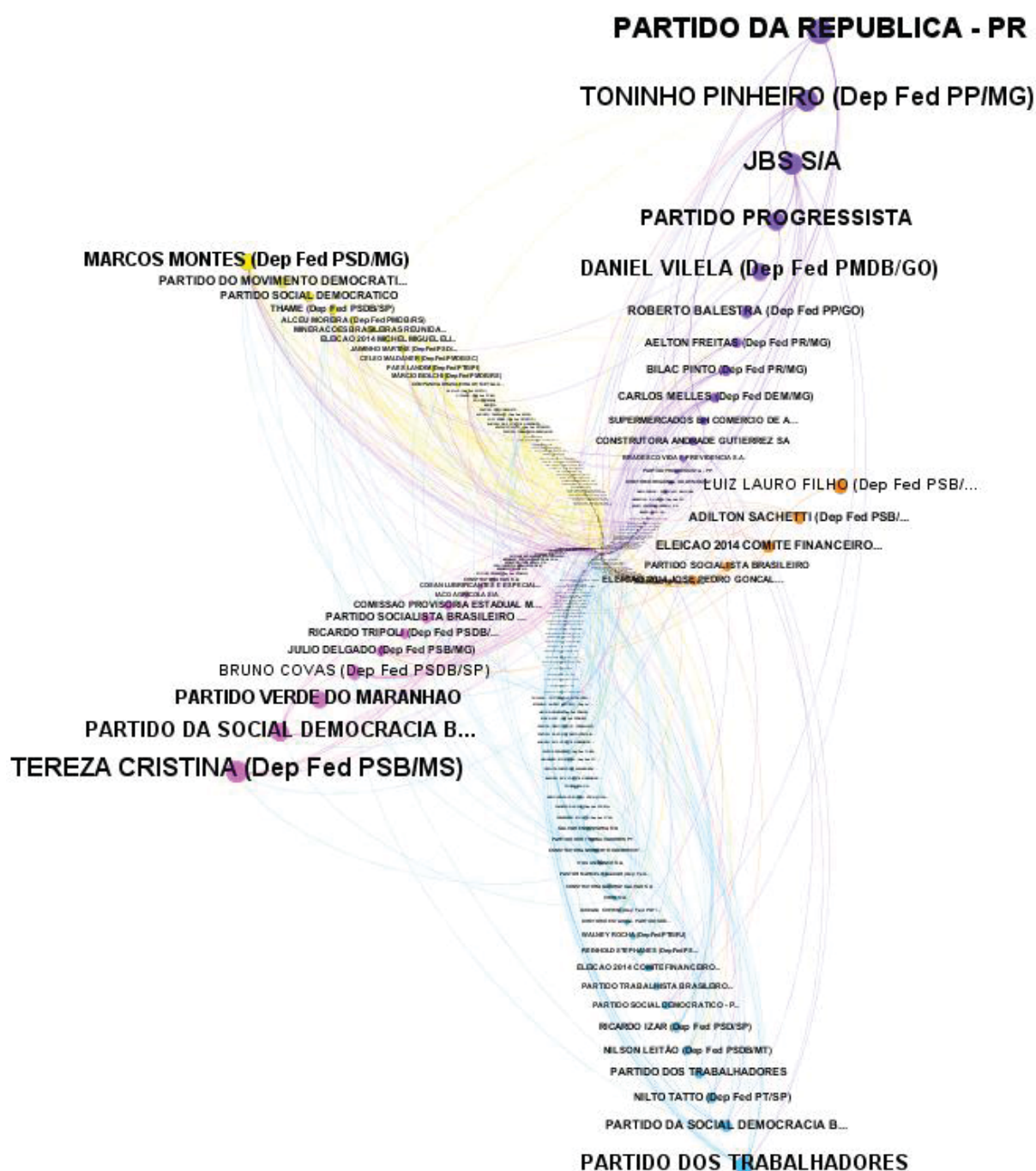
FONTE: Elaboração própria, com dados do TSE (BRASIL, 2019a) e da Câmara dos Deputados (BRASIL, 2015a, 2016, 2017, 2018).

Na imagem acima, estão comunidades que expressam o diretório nacional de um partido distribuindo recursos recebidos de empresas entre seus candidatos, como, por exemplo o grupo colorido de amarelo, que reúne apenas candidatos do PT, centralizados pelo diretório nacional do partido (PT-BR). Existem comunidades que se formam a partir de coligações feitas nos estados, como é o caso da pequena comunidade a esquerda da imagem, colorida de preto, que expressa a aliança feita entre DEM e PSDB nas eleições do Pará em 2010. E os resultados da legislatura anterior também revelaram comunidades formadas por empresas com atividades em comum, por exemplo, o grupo verde escuro que reúne indústrias de papel e celulose

como a Klabin S/A; e o grupo de cor azul escura que contém diversas cooperativas de crédito rural.

Na eleição posterior, as comunidades da rede de financiamento eleitoral dos membros da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável comportaram-se da seguinte maneira.

FIGURA 11 - COMUNIDADES DA REDE DE FINANCIAMENTO ELEITORAL DA 55ª LEGISLATURA DA CMADS



FONTE: Elaboração própria, com dados do TSE (BRASIL, 2019a) e da Câmara dos Deputados (BRASIL, 2015a, 2016, 2017, 2018).

Dessa vez, a característica mais marcante das comunidades é a falta de identidade partidária. De modo que existem vários diretórios de um mesmo partido em comunidades diferentes, como é o caso do PSDB que compõem com três diretórios o grupo azul, o grupo rosa com um diretório e a comunidade de cor roxa com outro diretório. O PMDB está na comunidade amarela com seu diretório nacional e outro regional, e também na comunidade roxa, com um diretório. A Comissão Provisória do Mato Grosso do Sul - PSB está na comunidade rosa, o comitê financeiro único do PSB-SP está junto do comitê nacional para presidente da república do PSB e de outros candidatos da legenda, no grupo laranja.

As comunidades também aproximam atores de legendas ideologicamente opostas, por exemplo, os dois atores mais centrais da comunidade azul são, em primeiro lugar, o Partido dos Trabalhadores e, em seguida, o Partido da Social Democracia Brasileira. As duas legendas que disputaram o segundo turno da eleição presidencial naquele ano. O primeiro líder da situação e o segundo, líder da oposição na Câmara de Deputados (2015-2019). A comunidade roxa aproxima os diretórios nacionais do Democratas e do Partido Progressista. O DEM era, na 55ª legislatura, a quarta maior legenda da oposição, enquanto o PP, a terceira maior da situação.

Outro fator que confirma a característica dispersa das comunidades é a presença do Diretório Nacional do partido em uma comunidade, e a presença de candidatos dessa legenda pulverizada em diferentes comunidades. O Diretório Nacional da DEM está na comunidade roxa com mais um candidato e possui outro deputado na comunidade azul. Enquanto o Diretório Nacional do PMDB está no conjunto amarelo, seus representantes na comissão pertencem: um à comunidade roxa e seis à comunidade amarela. O PT tem um candidato no conjunto amarelo e 9 no azul. Existe pelo menos um candidato do Partido Socialista Brasileiro em cada conjunto da rede, principalmente nos conjuntos laranja e rosa. O Partido da Social Democracia Brasileira tem 3 candidatos no conjunto rosa, 3 no azul e mais um no amarelo. Tabeladas a abaixo estão as características mais marcantes de cada comunidade

TABELA 5 - COMUNIDADES COMPONENTE GIGANTE REDUZIDO

	Amarela	Roxa	Laranja	Azul	Rosa
Agentes Partidários	28	17	11	35	20
Empresas	36	17	5	31	14
Parlamentares	13	9	7	21	7
Membros Bancada Ruralista	2	6	2	0	2
Membros Bancada Empresarial	4	5	3	3	4
Ag. Partidário Central	PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO	PARTIDO DA REPÚBLICA	COMITE FINANCEIRO SP UNICO PSB	PARTIDO DOS TRABALHADORES	PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA
Empresa Central	MINERAÇÕES BRASILEIRAS REUNIDAS	JBS	CERVEJARIA PETRÓPOLIS	CRBS S/A	IACO AGRICOLA
Deputado(a) Central	MARCOS MONTES (PSD/MG)	TONINHO PINHEIRO (PP/MG)	LUIZ LAURO FILHO (PSB/SP)	NILTO TATTO (PT/SP)	TEREZA CRISTINA (PSB/MS)
Total de Nós	77	43	23	87	41
Valor Transacionado (\$)	25.632.971,03	35.831.778,29	13.588.410,17	36.005.846,53	26.454.641,28

FONTE: Elaboração própria, com dados do TSE (BRASIL, 2019a) e da Câmara dos Deputados (BRASIL, 2015a, 2016, 2017, 2018).

Mesmo diante dessa, aparente, “geleia geral” algumas características sobressaem em cada comunidade.

A comunidade amarela reúne atores de diferentes legendas - PSD, PSDB, PTB, SD, PT, PRB. Contudo, o PMDB se destaca, existem 4 candidatos e 6 agentes partidários da legenda. Entre eles o comitê de campanha de Kátia Abreu para senadora e de Michel Temer para vice-presidente. Na comunidade aparecem Alceu Moreira (PMDB-RS), parlamentar mais central da legenda, Marcos Monte (PSD-MG) e Mendes Thame (PSDB-SP). O comitê central do PSD é o terceiro melhor relacionado, quanto a qualidade das doações. A maior parte das empresas desse conjunto fazem parte da indústria de transformação. Sendo 4 ligadas a fabricação de papel e celulose; 3 de biocombustíveis e derivados do petróleo; 4 na produção de alimentos, entre elas a maior exportadora de frangos do mundo: BRF S.A e a São

Martinho maior usina sucroalcooleira do mundo; e mais 3 ligadas a atividade de metalurgia. A maior empresa do conjunto é a companhia de extração de minério e ferro, Minerações Brasileiras Reunidas, pertencente a Vale S.A, que é proprietária também da Vale Energia que aparece na comunidade.

A comunidade roxa reúne os grandes financiadores da rede: a JBS, o Partido da República, o varejista BH Comercio de Alimentos e a Construtora Andrade Gutierrez. Percebe-se uma predominância da legenda do PR, tanto entre os deputados - são 4 do PR e apenas um dos demais partidos - quanto entre os agentes partidários, que incluem ainda: PP, DEM, PSDB e PMDB. Destacam-se atores do estado de Minas Gerais, 5 dos 9 parlamentares são mineiros - entre eles o mais financiado da rede: Toninho Pinheiro - e os outros dois mais centrais são de Goiás: Daniel Vilela (PMDB) e Roberto Balestra (PP). As empresas desse conjunto se dedicam, principalmente, a atividade de financeirização e seguros, com quatro representantes, entre elas: Banco Santander, Banco BMG e Bradesco Vida e Previdência. Cinco pessoas jurídicas fazem parte da indústria de transformação, entre elas: JBS, a usina de açúcar e álcool Coruripe e a Cia. Brasileira de Cartuchos, dedicada a fabricação de armas e munições.

Na comunidade laranja o Partido Socialista Brasileiro predomina. Dentre os agentes partidários são cinco ligados a essa legenda - de 11 ao todo - inclusive, os dois mais centrais do grupo. Dos 7 parlamentares 5 são do PSB. Verifica-se a presença tímida das legendas: PPS, PTB e PSDB. O PSB ocupa as quatro primeiras colocações do grupo com: Luiz Lauro Filho (SP), Adilton Sachetti (MT), PSB-SP e PSB-BR. Aqui existem apenas 5 empresas, duas ligadas a fabricação de edifícios, uma cervejaria, outra ligada a produção de soja, além de uma empresa de vigilância e segurança privada.

A comunidade azul reúne os dois grandes partidos que protagonizaram a disputa política em eleição de 2014 e nos anos de legislatura que se sucederam: o Partido dos Trabalhadores, com oito candidatos, e o PSDB, com três. As cinco primeiras colocações no ranking de centralidade desse grupo são ocupadas: em primeiro lugar pelo Diretório Nacional do PT; em seguida pelo PSDB; em terceiro lugar está o deputado petista Nilto Tatto de São Paulo; depois um diretório regional do PT; e em quinto lugar está o deputado tucano Nilson Leitão (MT). A comunidade também reúne 3 agentes partidários do PDT e 3 agentes partidários do DEM, além de outras legendas como: PSD, PT do B, PMDB, PRB, PSB, PTB. Aqui as empresas

são menos centrais, visto que não ocupam nenhuma das primeiras 13 colocações quanto ao grau ponderado. A atividade economia com maior número de representantes nesse conjunto é o ramo da construção, que inclui empresas como: Construtora Queiroz Galvão, Construtora Norberto Odebrecht e Galvão Engenharia. A maior empresa do ranking é do comércio atacadista: CRBS S.A, ramo de atividade de soma 5 representantes. A indústria de transformação tem 6 representantes no conjunto, entre eles: Londrina Bebidas e a Klabin produtora de papel e celulose.

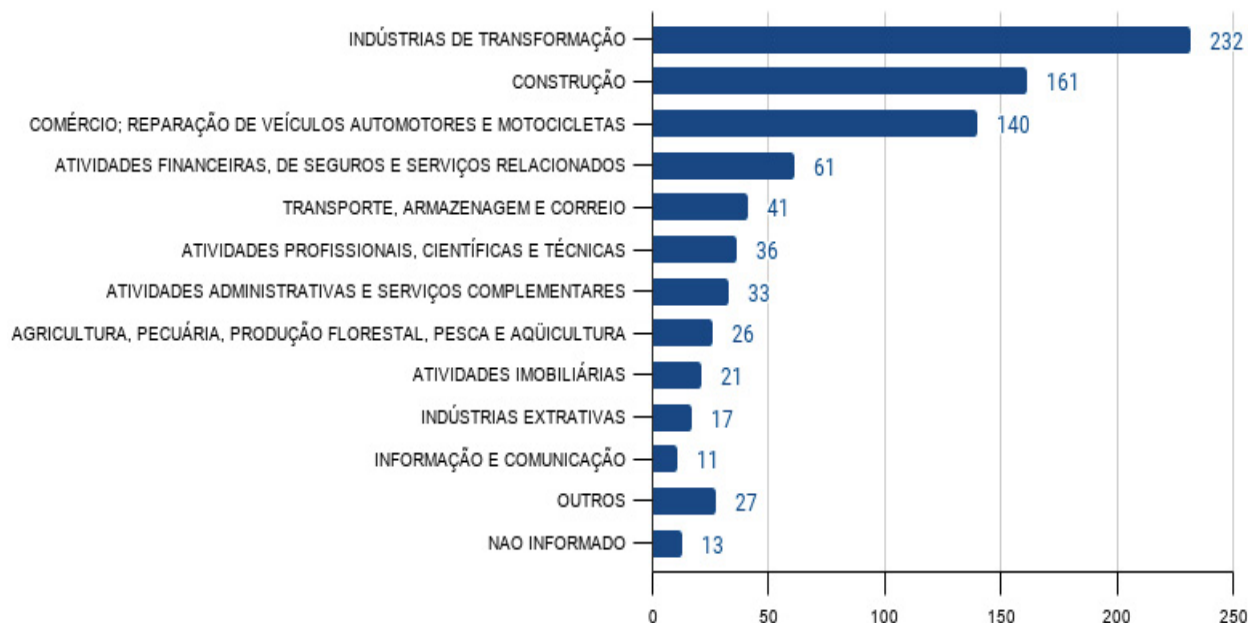
Por último, a comunidade cor de rosa aparece protagonizada pelas legendas do Partido Socialista Brasileiro e do Partido da Social Democracia Brasileira. Dentre os agentes partidários, o mais central é o PSDB, com vinte agentes partidários, enquanto o PSB aparece com dois diretórios. Outras legendas possuem agente partidário no conjunto: PV-MA, PMDB-RS, PSD-SP e o PSC-SP. O PSDB possui 3 candidatos, entre eles o paulista Bruno Covas, segundo candidato mais central do grupo. A candidata mais central é a Tereza Cristina do PSB do Mato Grosso do Sul, a legenda também está representada por Júlio Delgado de Minas Gerais. São 14 empresas no conjunto cor de rosa. As atividades econômicas com o maior número de representantes são as relacionadas a construção, com 3 pessoas jurídicas - entre elas a Construtora OAS - e as indústrias de transformação, setor com 6 representantes, como por exemplo a Iaco Agrícola (fábrica de álcool) e a Cosan Lubrificantes e Especialidade, fabricante de produtos derivados do petróleo.

4.2.4 Atividade Econômica das Empresas apontadas na rede

A Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) é o instrumento, formulado pelo IBGE, para padronização das atividades dos diferentes setores da economia. Partidos políticos, por exemplo, estão catalogados sob a divisão de “Atividade de Organização Associativa” e sob a classe de “Atividade de Organização Política”. Estas categorias são um detalhamento da CNAE aplicado a todos os agentes econômicos que estão engajados na produção de bens e serviços. Da mesma forma, as empresas apontadas nas comunidades acima mencionadas estão classificadas conforme o setor econômico de sua atividade. Sendo assim, as 819 pessoas jurídicas que aparecem no componente gigante da rede de financiamento dos membros da CMADS foram classificadas conforme a seção CNAE do setor econômico ao qual se dedicam. A seção é uma abordagem mais ampla, que se

mostrou eficaz diante da diversidade de atividades apontadas na rede. O resultado da classificação pode ser visualizado no gráfico (GRÁFICO 1) abaixo:

GRÁFICO 1 – ATIVIDADE ECONÔMICA DAS EMPRESAS DA REDE – SEÇÃO CNAE



FONTE: Elaboração própria, com dados do TSE (BRASIL, 2019a) e da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (IBGE, 2014).

A indústria de transformação é o maior setor econômico do conjunto estudado e representa 28,36% da rede. Agrega atividades de fabricações diversas, além de confecção de artigos e vestuários, manutenção e reparação de máquinas e equipamentos, metalurgia, produção de couro e impressões de produtos e gravações (gráficas). No grupo, existem fabricantes de bebida, como a Cervejaria Petrópolis S.A e a Londrina Bebidas LTDA; as fabricantes de papel e celulose como a Klabin S.A, Fibria Celulose S.A e Adami SA Madeiras. Aparecem em grande quantidade indústrias produtoras de álcool, como a Iaco Agrícola S/A e a Rio Claro Agroindustrial S/A, e fabricantes de produtos derivados do petróleo, como a Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. Na categoria estão incluídas indústrias fabricantes de informática e aparelhos eletrônicos, como celulares e aparelhos transmissores; fabricantes de máquinas e equipamentos, inclusive para produção agrícola, pecuária e de irrigação de lavouras; indústrias de fabricação de móveis e também de embarcações de grande porte (navios) e aeronaves.

A maior parte das empresas dessa categoria se dedicam à produção de alimentos, dentre elas, a JBS S.A, abatedora de bovinos e as empresas: JBS Aves Ltda e BRF S.A, abatedoras de aves. Para esse estudo, empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial aparecem de forma independente na rede, uma vez que cada CNPJ representa um doador. Muitas produtoras de açúcar estão nessa categoria, por exemplo: Adecoagro Vale do Ivinhema S.A, Guarani S.A e São Martinho S/A. Além de fabricantes de leite, milho, sucos, trigo e derivados, e beneficiadoras de arroz. Produtoras de borracha e material plástico também aparecem nessa categoria, junto com fabricantes de produtos de metal, como a Cia. Metalúrgica Prada, Pedra Grande Engenharia (produtoras de estruturas e embalagens metálicas) e a Cia. Brasileira de Cartuchos (fabricação de armas e munições). Dentre as metalúrgicas apresentadas na rede, estão: Cia. Brasileira de Metalurgia e Mineração, Arcelormittal Brasil S.A e Gerdau Aços Especiais S.A. A Ouro Fino Química Ltda, produtora de defensivos agrícolas, também está nesse conjunto.

Em segundo lugar, representando 19,68% das empresas apresentadas na rede de financiamento da CMADS, está o setor da Construção. Esta categoria inclui as atividades de construção de edifícios, construção de rodovias e ferrovias, obras de infraestrutura e serviços especializados. Construtoras como a Andrade Gutierrez S.A. Queiroz Galvão S.A, OAS S.A e Norberto Odebrecht S.A, destacam-se no conjunto. Empresas de engenharia também aparecem de forma numerosa, a exemplo de Carioca Christiani Nielsen Engenharia S A e Galvão Engenharia S/A. Imobiliárias fazem parte do setor, sendo as que investiram maiores valores na rede: Santa Genebra Empreendimentos Imobiliários LTDA e Conquista Imobiliária LTDA.

Do total de empresas que compõem a rede, 17,11% se dedicam a atividade de Comércio; Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas. As atividades do conjunto variam de comércios atacadistas e varejistas, e de reparação e venda de carros e motos. A maioria das empresas desse setor se divide entre o atacado e o varejo. Dentre as varejistas as maiores são: Supermercados BH Comercio de Alimentos LTDA e a Irmãos Soares S/A materiais de construção. As atacadistas mais centrais são: CRBS S/A, que comercializa cervejas e refrigerantes, e a Copersucar S.A, atacadista de açúcar. A Monaco Motocenter Mato Grosso LTDA é a maior comerciante de veículos da rede.

Os bancos são bastante representativos dentre os financiadores dos membros da CMADS. Eles fazem parte do setor de Atividade Financeira de Seguros e Serviços Relacionados, que representa 7,45% do total de empresas. Dentre as atividades de seguro, ganham destaque a presença da Bradesco Vida e Previdência e Amil Assistência Médica Internacional, além de outras três empresas do grupo UNIMED. A maioria das empresas desse setor, que aparecem na rede da CMADS, se dedica à atividade de serviço financeiro, aqui o que se vê são bancos como ITAÚ Unibanco S.A., Banco Santander (Brasil) S.A, Banco BMG SA e Bradesco Administradora de Consórcios LTDA. Atividades auxiliares de serviços financeiros, seguros, previdência complementar e planos de saúde aparecem de forma secundária nessa abordagem.

As categorias definidas como “outros” foram as que incluíam menos de dez representantes, diante de um total de 819 empresas. Foram agregados os setores de: Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação; Alojamento e Alimentação; Arte, Cultura, Esporte e Recreação; Educação; Eletricidade e Gás; Saúde Humana e Serviços Sociais; Outras Atividades de Serviço.

É interessante perceber que empresas ligadas à conservação ambiental são minoria na rede de financiamento da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Por exemplo, são apenas seis empresas que se dedicam à atividade de tratamento e disposição de resíduos, recuperação de sucatas de alumínio e materiais plásticos e tratamento de esgoto, entre elas: Estre Ambiental S/A, Reciclar Reciclagem de Materiais LTDA e Monte Azul Engenharia LTDA. Também é marginal a presença de empresas de apoio a produção de florestas, apenas três: Marquesa S/A, Aperam Bioenergia LTDA, Energia Verde - Produção Rural LTDA. Ainda assim, estas empresas estão dedicadas na produção de madeiras - como eucalipto - e manifestam a preocupação ambiental de forma secundária.

A produção de carne bovina e aves, extração de minérios presentes no solo, a fabricação de pedra brita, a extração de madeira, a construção de grandes prédios e rodovias, são todos exemplos de atividades que envolvem intervenção direta no solo, desmatamento de vegetação e grande consumo de água. A seguir, a análise exploratória do conteúdo dos relatórios de atividades emitidos ao longo dos anos de duração da 55ª legislatura da CMADS, apresenta um panorama de como os

membros se posicionam diante das disparidades provocadas entre a necessidade de preservar o que resta de vegetação natural e a incessante expansão da atividade produtiva empresarial.

4.3 PRODUÇÃO LEGISLATIVA E COMPORTAMENTO PARLAMENTAR

A rigor, a CMADS não é um espaço totalmente deliberativo, pois, na maioria dos casos, não tem poder decisório, porque, em regra, as matérias passam por ela e por outras comissões antes de serem definitivamente deliberadas. No entanto, a análise exploratória da produção legislativa contida nos relatórios de atividades (2015, 2016, 2017 e 2018) da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados oferece indícios da atuação dos 67 parlamentares pesquisados. As atividades realizadas dentro da comissão consistem em analisar projetos de lei circunscritos à questão ambiental e desenvolvimento sustentável e emitir parecer técnico sobre tais temas. Com relativa frequência, a Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável realiza audiências públicas sobre temas como: crise hídrica, alterações climáticas, maus tratos a animais e convida autoridades para emitir parecer científico sobre. A CMADS também tem autoridade para criar subcomissões destinadas ao debate permanente de questões ambientais pertinentes. A tabela abaixo (TABELA 1) traz um quadro geral das proposições apreciadas.

TABELA 1 - PROPOSIÇÕES APRECIADAS DURANTE A 55ª LEGISLATURA DA CMADS

		Aprovadas	Rejeitadas
2015	106	65	41
2016	51	36	15
2017	50	43	7
2018	30	28	2
TOTAL:	237	172	65

FONTE: Elaboração própria, com dados da Câmara dos Deputados (BRASIL, 2015a, 2016, 2017, 2018).

Neste caso a atuação é entendida como o ato de propor projetos de lei, sendo aprovados ou não; votar contra ou a favor das proposições apresentadas por outros;

abster-se de votar ou pedir voto em separado; além de ocupar cargos na mesa diretora; bem como relatar proposições. Dentre todas essas possibilidades, observa-se que os deputados que integram esse estudo se dedicam principalmente em relatar e votar proposições. O quadro abaixo (QUADRO 1) apresenta o ranking dos deputados que por mais vezes foram relatores de projetos de lei.

QUADRO 1 - PRINCIPAIS RELATORES DA 55ª LEGISLATURA DA CMADS

Nome	Legenda	2015	2016	2017	2018	Relatorias
Daniel Coelho	PSDB/PE	Titular	Titular	3ºVice-Presid	Suplente	24
Nilto Tatto	PT/SP	Titular	Titular	Presidente	2ºVice-Presid	23
Ricardo Tripoli	PSDB/SP	Titular	3ºVice-Presid	Titular	Titular	19
Augusto Carvalho	SD/DF	Titular	Titular	Titular	Presidente	18
Eduardo Bolsonaro	PSC/SP	Titular	-	-	-	15
Josué Bengtson	PTB/PA	Titular	Titular	Titular	Titular	13
Ricardo Izar	PSD/SP	2ºVice-Presid	Suplente	Titular	Titular	12
Rodrigo Martins	PSB/PI	1ºVice-Presid	Titular	-	-	11
Valdir Colatto	PMDB/SC	Titular	Titular	Titular	Titular	11

FONTE: Elaboração própria, com dados da Câmara dos Deputados (BRASIL, 2015a, 2016, 2017, 2018).

Nota-se que o pernambucano Daniel Coelho (PSDB) e o paulista Nilto Tatto (PT) foram os que obtiveram as maiores frequências enquanto relatores. Das 24 propostas relatadas por Daniel Coelho, em 14 relatórios ele sugeriu aprovação da proposta, e em 10 emitiu parecer contrário, 100% dos pareceres foram aprovados pela comissão. Em 2015 o deputado relatou 8 propostas e em 2016 foram 10, no ano seguinte foram 5 relatorias e no último ano da legislatura o Daniel Coelho foi relator uma vez. Os temas giravam em torno de: APAs, APPs, Reservas Legais e, Unidades de Conservação; autorização para aproveitamento de recursos naturais, resíduos sólidos, alimentos e atividade de impacto; certificação de entidade; limites para poluição urbana; gestão de recursos hídricos; incentivo fiscal para empresas; maus-tratos contra animal doméstico e silvestre; combate à crimes ambientais; proibição de atividade nociva ao meio ambiente; redução de impactos ambientais e regulamentação de atividade econômica, produtiva ou exploratória.

Em 21 propostas das 23 relatadas por Nilto Tatto, ele emitiu parecer favorável, rejeitou apenas 2 proposições ao longo da 55ª legislatura da CMADS.

Todos os pareceres do deputado foram aprovados pela comissão. Em 2015 o deputado foi relator de 3 projetos de lei, em 2016 relatou 7 projetos, em 2017 foram 6, em 2018 foi responsável por mais 7 relatorias. As matérias versavam sobre: agricultura familiar, agroecologia, reforma agrária e Imóveis Rurais; APAs, APPs, Reservas Legais e Unidades de Conservação; atenção à população de baixa renda e comunidades tradicionais; educação ambiental; limite para poluição urbana; financiamento de política ambiental; gestão de recursos hídricos e material genético; incentivo à pesquisa, desenvolvimento rural e ecoturismo; incentivo fiscal para empresas; compensação ambiental e obrigações para poluidoras; proibição de atividade nociva ao meio ambiente; e regulamentação de atividade econômica, produtiva ou exploratória.

Além dos nomes listados no QUADRO 1, Arnaldo Jordy (PPS-PA) e Weverton Rocha (PDT-MA) foram por 8 vezes relatores; Átila Lira (PSB-PI) e Roberto Balestra (PP-GO) realizaram 7 relatorias; Mauro Pereira (PMDB-RS) relatou seis vezes; e cinco foram as relatorias dos deputados Zé Silva (SD-MG) e Lauro Filho (PSB-SP). Dos 67 deputados objetos deste estudo, 46,26% não relataram nenhuma proposta durante o período que em que estiveram vinculados a CMADS.

A maioria das proposições analisadas pela comissão não são de autoria de seus membros. Apenas 26 dos 67 parlamentares pesquisados foram autores de propostas. No quadro a seguir (QUADRO 2) estão os principais proponentes dentre os membros da comissão:

QUADRO 2 - PRINCIPAIS PROPONENTES DA 55ª LEGISLATURA DA CMADS

Nome	Legenda	2015	2016	2017	2018	Proposições
Ricardo Izar	PSD/SP	2ºVice-Presid.	Suplente	Titular	Titular	11
Sarney Filho	PV/MA	Titular	Titular	-	Titular	6
Ricardo Tripoli	PSDB/SP	Titular	3ºVice-Presid.	Titular	Titular	4
Augusto Carvalho	SD/DF	Titular	Titular	Titular	Presidente	3
Josué Bengtson	PTB/PA	Titular	Titular	Titular	Titular	3
Arnaldo Jordy	PPS/PA	Titular	-	Titular	3ºVice-Presi.	3
Mendes Thame	PV/SP	-	Suplente	Suplente	Suplente	3

FONTE: Elaboração própria, com dados da Câmara dos Deputados (BRASIL, 2015a, 2016, 2017, 2018).

Ricardo Izar (PSD-SP) se destaca na atividade de propor matérias. Em 2015 foi autor de cinco projetos que em sua maioria versavam sobre maus-tratos contra animais silvestres e domesticados. Em 2016 propôs quatro matérias, sobre linhas de financiamento de iniciativas para redução na geração de resíduos sólidos no processo produtivo; proibição da eliminação de cães e gatos pelos órgãos de controle de zoonoses, canis públicos e demais estabelecimentos oficiais; criação do Certificado de Energia do Resíduo, para pessoas jurídicas que produzirem energia elétrica através do tratamento térmico de resíduos e lodo de esgoto; e medidas de redução de acidentes envolvendo pessoas e animais nas estradas brasileiras. Em 2017, teve duas propostas que versavam sobre maus-tratos contra animais. As matérias foram todas aprovadas.

Nove foram os deputados proponentes de dois projetos de lei: Zé Silva (SD-MG), Adilton Sachetti (PSB-MT), Marcelo Álvaro Antônio (PR-MG), Alessandro Molon (PT-RJ), Carlos Gomes (PRB-RS), Daniel Vilela (PMDB-GO), Givaldo Vieira (PT-ES), Toninho Pinheiro (PP-MG) e Victor Mendes (PSD-MA). Onze membros da comissão por uma única vez apresentaram projetos de lei. Os outros 41 membros da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que corresponde a 61,19% do conjunto pesquisado, não propuseram materiais para a apreciação da CMADS durante a 55ª Legislatura.

Essas descrições iniciais já apresentam uma outra faceta da comissão com outros nomes protagonizando. Percebe-se que os deputados centrais, em termos de financiamento eleitoral, não propuseram, não relataram, sequer participaram por muito tempo da comissão. Para citar alguns dos nomes centrais da rede de financiamento, apenas Luiz Lauro Filho (PSB/SP) teve atuação significativa, durante o ano de 2016 em que presidiu a comissão. No ano seguinte foi suplente e nos anos de 2015 e 2018 seu nome não consta nos relatórios. Bilac Pinto (PR/MG), por exemplo, está entre os dez deputados mais financiados, com conexões na rede que somam R\$1.807.398,30 em doações. Em contraste, seu nome aparece nos relatórios uma vez, em 2016, ocupando uma cadeira de Suplente, sem, no entanto, relatar, propor, ocupar algum cargo ou qualquer atuação significativa. Outros exemplos podem ser citados: Daniel Vilela (PMDB/GO), membro em 2015 como suplente; Marcos Montes (PSD/MG) foi suplente em 2016; Bruno Covas (PSDB/SP) foi suplente também, em 2015; Tereza Cristina (PSB/MS) foi suplente nos anos de 2016 e 2018. Antônio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) e Toninho Pinheiro

(PP/MG) estiveram mais presentes, o primeiro como Suplente de 2016 a 2018 e o segundo permaneceu os quatro anos na comissão, sendo titular em 2016 e suplente nos outros anos.

A mesa diretora é quem define quantos membros a comissão terá e o número de vagas de cada representação partidária (bancada), fixado pelo coeficiente partidário. Cabe a mesa diretora designar os relatores das proposições, representar a CMADS em eventos externos à Câmara, bem como se pronunciar no Plenário em nome da comissão. O quadro (QUADRO 3) abaixo está a composição da mesa diretora em cada ano da legislatura objeto dessa análise:

QUADRO 3 - MESA DIRETORA DA 55ª LEGISLATURA DA CMADS

	2015	2016	2017	2018
Presidente	Átila Lira (PSB/PI)	Luiz Lauro Filho (PSB/SP)	Nito Tatto (PT/SP)	Augusto Carvalho (SD/DF)
1ª Vice-Presidente	Rodrigo Martins (PSB/PI)	Heitor Schuch (PSB/RS)	Leonardo Monteiro (PT/MG)	Carlos Gomes (PRB/RS)
2ª Vice-Presidente	Ricardo Izar (PSD/SP)	Adilton Sachetti (PSB/MT)	Carlos Gomes (PRB/RS)	Nilto Tatto (PT/SP)
3ª Vice-Presidente	Stefano Aguiar (PSB/MG)	Ricardo Tripoli (PSDB/SP)	Daniel Coelho (PSDB/PE)	Arnaldo Jordy (PPS/PA)

FONTE: Elaboração própria, com dados da Câmara dos Deputados (BRASIL, 2015a, 2016, 2017, 2018).

Durante os dois primeiros anos é notável uma predominância de deputados do PSB. Átila Lira, do Piauí, presidente da comissão durante o primeiro ano, não apresenta militância em torno de temas ambientais durante os oito mandatos em que ocupou a cadeira de deputado federal, sua atuação é mais orientada para os temas da educação e emprego. Foi Secretário de Educação (1991/1994) e Secretário de Estado de Educação e Cultura (2011) do Estado do Piauí. Foi uma das vozes ativas na defesa da Carteira de Trabalho Verde-Amarela que flexibiliza as leis trabalhistas e reduz direitos. Já Luiz Lauro Filho – presidente da CMADS em 2016 – faz parte do ranking dos deputados mais financiados deste estudo. O deputado demonstra atuação contraditória ao compor a frente ambientalista da Câmara dos Deputados, ao mesmo tempo em que defende a exploração privada do petróleo. Compõe também a bancada evangélica e a bancada de defesa dos direitos humanos.

Nilto Tatto, do Partido dos Trabalhadores, foi presidente da comissão em 2017. Naquele ano, o PT também ocupava a primeira vice-presidência com Leonardo Monteiro. O deputado permaneceu na mesa diretora no ano seguinte (2018) como 2º vice-presidente. Na legislação atual (2019-2023) Nilto Tatto é coordenador da Frente Parlamentar Mista em Apoio aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis da ONU. O deputado foi voz ativa contra o veto da Presidência da República às 17 metas estabelecidas pela Organização das Nações Unidas, que deveriam constar no PPA (Plano Plurianual). Augusto Carvalho que foi presidente da comissão no último ano da legislatura (2018). Faz parte do partido Solidariedade e sua atuação ganha destaque em temas como o fim da cobrança obrigatória da contribuição sindical e pela fiscalização da aplicação dos recursos públicos. De 2018 a 2019 foi membro da comissão especial destinada a Política Nacional de Redução de Agrotóxicos, criada a fim de debater a PL nº 1917/15 que dispõe sobre condições de geração de energia elétrica.

Foram 127 eventos realizados durante os quatro anos de duração da legislatura, as suas especificações estão tabeladas abaixo:

TABELA 2 - EVENTOS REALIZADOS DURANTE A 55ª LEGISLATURA DA CMADS

	2015	2016	2017	2018
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	42	12	31	06
SEMINÁRIOS	10	06	05	02
CURSOS	01	02	01	01
EVENTOS EXTERNOS	02	0	03	01
MESAS REDONDAS	0	02	0	0
Totais:	55	22	40	10

FONTE: Elaboração própria, com dados da Câmara dos Deputados (BRASIL, 2015a, 2016, 2017, 2018).

Os temas dos eventos que ocorreram de 2015 a 2018 na comissão parecem pertinentes à questão ambiental. Foram realizadas audiências públicas sobre o futuro das áreas protegidas no Brasil; construção da usina de Belo Monte na Bacia do Xingu; discussões sobre denúncias de extermínio ilegal em centros de zoonoses e impactos ambientais provocados pela implementação de portos. Em 27 de agosto de 2015 ocorreu uma audiência pública para debater o PDA - Plano Nacional de

Defesa Agropecuária e a fronteira de expansão agrícola do Matopiba, que ocupa parcelas dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Trata-se de um acordo entre ruralistas, pecuaristas e o Governo Federal que acelerou o processo de desmatamento no Cerrado. Também foram debatidas na comissão a criação de diversas unidades de conservação, além dos desafios frente às mudanças climáticas e crise hídrica. O uso abusivo de agrotóxicos no Brasil parece ser um tema enfrentado nos eventos organizados pela CMADS, assim como a violência contra os povos indígenas, e os confrontos socioambientais entre populações tradicionais, como os ribeirinhos, e empreendimentos instalados em seu território.

Conservação e uso sustentável são termos que se repetem nos debates realizados dentro desse espaço, como por exemplo: o debate do PL nº 6.969/2013, sobre a conservação e uso sustentável dos ecossistemas costeiros e marinhos; debate do PL nº 25/15 sobre a conservação e uso sustentável do bioma do Cerrado. Tal orientação oferece pistas sobre a compreensão que os deputados têm do que significa sustentabilidade e o seu confronto, ou não, com o desenvolvimento. É curioso verificar que por duas vezes o rompimento da barragem de rejeitos da Samarco - pertencente a Vale S/A - em Mariana (MG) foi tema de audiências públicas, destinadas a debater “lições aprendidas” com o desastre ambiental que se repetiria em Brumadinho (MG) pouco mais de três anos depois. Licenciamento Ambiental é também um tema recorrente nas audiências públicas. Além disso, a CMADS realizou anualmente cursos sobre legislação ambiental.

Em contraste com o que é debatido, dentre as matérias que são efetivamente deliberadas na comissão, a maioria versavam sobre maus-tratos e proteção aos animais, principalmente, para aumentar pena para crimes de crueldade contra animais domésticos, domesticados ou silvestres, em cativeiro, abatedouros ou em experimentos científicos; tipificar crime de zoofilia; garantia de atendimento veterinário aos animais de população carente; dispor sobre natureza jurídica de animais silvestres e domésticos; guarda dos animais de estimação nos casos de dissolução de vínculo conjugal e ainda, a proibição cláusulas restritivas sobre a permanência de animais domésticos nos regimento interno dos condomínios.

Dentre elas, apenas uma matéria referia-se à caça, apanha e manejo de animais silvestres, para tornar tais práticas ações administrativas do Estado. Sem menosprezar a importância do combate à crueldade contra o animal, a preservação da fauna e o freio do processo de extinção, perpassa questões muito mais

abrangentes, como por exemplo, a conservação dos ambientes naturais essenciais para a manutenção das condições de vida de animais silvestres. O gráfico a seguir (GRÁFICO 1) mostra o ranking dos temas mais deliberados na Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

GRÁFICO 1 - TEMAS DAS PROPOSIÇÕES APRECIADAS - A 55ª LEGISLATURA DA CMADS



FONTE: Elaboração própria, com dados da Câmara dos Deputados (BRASIL, 2015a, 2016, 2017, 2018).

Essa constatação dialoga com os argumentos elaborados por Fernandes et. al (2007) e Redclift (2005) sobre o Desenvolvimento Sustentável aplicado em discursos que promovem uma abordagem que considera a dimensão ecológica e a gestão sustentável dos recursos naturais, mas que evita atitudes de enfrentamento ao modelo vigente, preferindo contornar os problemas mais estruturais relacionados à degradação ambiental. A desigualdade de representação no perfil da comissão reflete no conteúdo produzido por esse espaço. Do total de matérias apreciadas, apenas quatro diziam respeito às populações de baixa renda, moradores de áreas de risco e comunidades tradicionais.

O quadro endossa o caráter simbólico da ideia de desenvolvimento sustentável, enquanto ferramenta aglutinadora utilizada para mediar conflitos entre o

mercado e as disparidades ambientais provocadas por seu incessante modelo de produção e consumo. A impressão é reforçada pela constatação de que o terceiro tema mais recorrente, dentre as matérias **apreciadas**, refere-se a incentivos fiscais para empresas preocupadas com a redução de danos ambientais, nos processos de produção e descarte de resíduos; reutilização e reciclagem de materiais; que utilizem fontes renováveis de energia, entre outras práticas. Junto com a política de Licenciamento Ambiental, destinada ao acompanhamento, por parte do poder público, de atividades poluidoras que utilizem recursos naturais. Como demonstrado na literatura referente ao desenvolvimento sustentável, a capacidade de criar consenso é demonstrada, não só pela quantidade de pareceres aprovados por unanimidade, mas também, pelo volume das proposições aprovadas em detrimento daquelas que foram rejeitadas. Abaixo (GRÁFICO 2) está o ranking de temas mais citados dentre as proposições aprovadas na 55ª legislatura da comissão.

GRÁFICO 2 - TEMAS DAS PROPOSIÇÕES APROVADAS - A 55ª LEGISLATURA DA CMADS



FONTE: Elaboração própria, com dados da Câmara dos Deputados (BRASIL, 2015a, 2016, 2017, 2018).

O caráter gerencialista do modelo de Desenvolvimento Sustentável também é visível na produção legislativa da comissão, demonstrado pela constatação de que o

segundo tema mais **aprovado** pela CMADS se refere à gestão de recursos hídricos. Alinhadas à perspectiva de conservação e uso sustentável, as matérias versavam sobre: revitalização de bacias hidrográficas; aproveitamento de águas pluviais; programa Nacional de Conservação, Uso Racional e Reaproveitamento das Águas; cobranças e efeitos tributários pelo uso de recursos hídricos; e sobre o emprego da água de menor qualidade em usos menos exigentes.

O Desenvolvimento Sustentável enquanto símbolo manifesta-se na cultura e, portanto, nos valores que a sociedade adota e imprime nas instituições educacionais do Estado. Neste sentido, é interessante observar que a educação ambiental foi o sexto assunto mais recorrentes dentre as matérias aprovadas durante a 55^a legislatura. Foram 11 proposições que versavam sobre o tema, tendo sido todas aprovadas. O PL 267/2015 determina a implementação do Programa de Ecoeficiência pelos estabelecimentos de ensino da rede pública e privada, enquanto política de educação ambiental. Como justificativa, o texto cita: “A assunção da ecoeficiência como comportamento cotidiano da sociedade é uma das prerrogativas mais importantes para que ela se veja diretamente envolvida com a construção do desenvolvimento sustentável em sua cidade e em seu país”. Sendo a eficiência ecológica um dos pilares do modelo de Desenvolvimento Sustentável que o Relatório de Brundtland (1987) trazia.

A partir desta análise, compreende-se que as discussões mais substantivas da CMADS se dão em um ambiente consultivo e não efetivamente deliberativo. A comparação entre o conteúdo dos debates e os temas que são levados a cabo endossa tal compreensão. Não é possível enxergar a real dimensão do conflito entre economia e ecologia nos relatórios de atividades da CMADS, material que está disponível e publicado no site da Câmara dos Deputados. Além disso, a constatação de que 71,30% dos pareceres expedidos pelos relatores foram aprovados por unanimidade, evidencia que os temas que chegam a ser objeto de deliberação na comissão já vêm carregados de um certo consenso. Provavelmente, temas conflitantes ou que apresentam real prejuízo as “regras de jogo vigentes” são debatidos em outra arena que não está explícita – daí a noção de “jogos ocultos” – e bloqueados antes de chegarem à CMADS. Ainda, pode ser que os “temas-chaves” apenas passem pela CMADS – e por outras comissões permanentes - mas sejam deliberados em outros espaços. Essa atmosfera de engessamento impede que temas substanciais a conservação ambiental sejam objeto de deliberação pública.

Sobre a questão do “enfrentamento”, retomando a formulação de Bachrach e Baratz (2011), se o parâmetro que define temas-chaves de temas corriqueiros reside no desafio às regras do jogo, então, a impressão geral que a arena parlamentar da CMADS passa é de ocupar-se de temas corriqueiros. Apesar de o trecho de três linhas presente nos relatórios, que explica o conteúdo da proposta, não ser suficiente para medir o impacto da produção normativa na conservação ambiental e nos conflitos entre mercado e ecologia, as descrições iniciais tornam possível afirmar que a Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara não se dedica à implementação de um novo modelo de desenvolvimento com base na sustentabilidade, e sim, na incorporação de atitudes sustentáveis complementares ao modelo vigente. Por não ser possível enxergar a partir dos relatórios de atividades, talvez o enfrentamento aconteça em alguma arena que está oculta.

Políticas protecionistas como a criação de Unidades de Conservação, Reservas Legais e Áreas de Proteção Ambiental, foram as mais barradas. Assim como as que versavam sobre compensação por significativo impacto ambiental e outras obrigações para empresas poluidoras. Sobre as proposições rejeitadas, os temas mais recorrentes estão demonstrados no gráfico a seguir (GRÁFICO 3).

GRÁFICO 3 - TEMAS DAS PROPOSIÇÕES REJEITADAS - A 55ª LEGISLATURA DA CMADS



FONTE: Elaboração própria, com dados da Câmara dos Deputados (BRASIL, 2015a, 2016, 2017, 2018).

Dentre as proposições rejeitadas, foram identificados processos de restrição de agenda ambiental, como no caso do deputado Bruno Covas (PSDB/SP) que em 2015 sofreu sete derrotas dentro CMADS referentes aos Projetos de Lei: Nº 1862/2007, Nº 5199/2009, Nº 5305/2009, Nº 7919/2010, Nº 430/2011, Nº 7114/2010 e Nº 2472/2011 que versam sobre etiquetagem de produtos nacionais ou estrangeiros, alertando o consumidor sobre os graus de impacto ambiental; obrigatoriedade dos fornecedores de produtos acondicionados em embalagens não biodegradáveis em informar a natureza das mesmas; obrigatoriedade de estabelecimentos comerciais imprimirem informativo referente à coleta seletiva de lixo em sacolas plásticas utilizadas para embalagem; obrigatoriedade sobre a rotulagem de produtos e embalagens recicláveis e outros temas correlacionados. Esses projetos foram todos rejeitados, e não deixa de ser curiosa a atitude da CMADS em barrar um tipo de matéria com ligação tão direta a temática ambiental, levando a hipótese de que a inação talvez seja tão significativa, ou mais, do que a própria ação.

Em outro caso, a rejeição do projeto de lei que versava sobre o aumento da pena para crimes de queimada (PL Nº 3981/2015), cuja relatora do parecer vencedor foi a deputada ruralista Tereza Cristina, reforça essa impressão. Vários casos poderiam ser mencionados, ao longo da legislatura em análise, no entanto, apenas alguns exemplos são citados neste trabalho, eles sugerem a existência do fenômeno de restrição de agenda ambiental dentro da CMADS.

Foram rejeitados o Projeto de Lei nº 6519/2009 - estabelecendo que os recursos da compensação ambiental sejam aplicados integralmente no Estado onde foi implantado empreendimento de significativo impacto ambiental - e P.L nº 772/2015, que versava sobre a obrigatoriedade de aplicação de no mínimo 50% dos recursos de compensação ambiental no município que comporta o empreendimento de grande impacto.

A criação de unidades de conservação também foi barrada pela ação dos deputados pertencentes a 55ª legislatura da CMADS. A exemplo da Área de Proteção Ambiental (APA) de Boipeba, no Município de Cairu, Estado da Bahia. Projeto rejeitado pelo relator Augusto Carvalho que teve seu parecer aprovado com unanimidade pela comissão. Em 2016, Josué Bengtson foi responsável pela relatoria que rejeitou quatro projetos sobre normas de criação e operação de reservatórios de acumulação de recursos hídricos (PL Nº 3750/2015) e obrigatoriedade de

pagamento de indenizações e contratação de seguro no caso de rompimento de barragens (PL nº 3563/2015, PL nº 3561/2015 e PL nº 5848/2016). Por último, em 2017, o deputado Augusto Carvalho emitiu parecer de rejeição - aprovado por seus colegas parlamentares - do Projeto de Lei nº 1279/2015, que institui Zonas Especiais de Revitalização de Áreas em Processo de Desertificação (ZERAD) em territórios já atingidos ou tendentes a tornarem-se desertos, devido à grande exploração ambiental.

Como foi demonstrado na seção anterior, processos de restrição de agenda estão ligados ao poder de intermediação, sendo essa estatística protagonizada pelos partidos políticos, e considerando o poder que as legendas têm sobre o mandato na CMADS, uma vez que a vaga pertence ao partido e é ele que indica o candidato, é razoável supor que o ato de restringir um tema dentro da comissão, de alguma forma, reflete uma posição partidária.

Houve ainda situações em que requerimentos para a instalação de subcomissões especiais e permanentes foram aprovadas sem, no entanto, terem sido de fato instaladas. De março a abril de 2015 foram aprovadas a instalação de subcomissões destinadas aos “Recursos Hídricos” (REQ. 2/2015) e a acompanhar a COP21 (Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2015), nenhuma delas foi instalada. No mesmo ano, Átila Lira (PSB-PI) solicita audiência pública para debater a crise hídrica no Sudeste, e novamente a situação se repete. Em 2016, Luiz Lauro Filho requer a criação de Subcomissão Especial para tratar do tema relativo à introdução de códigos maliciosos pelas montadoras de veículos para burlar a legislação ambiental (REQ. 100/2016). O deputado também solicita criação de grupo de trabalho para acompanhar as ações de combate aos garimpos ilegais no Brasil, em especial no Estado de Rondônia e Região Amazônica. Os requerimentos foram aprovados, porém a ação não foi efetivada.

Em 2017, Leonardo Monteiro (PT-MG) requer a criação de Subcomissão Especial para acompanhar os Preparativos do 8º Fórum Mundial da Água e do Fórum Paralelo Mundial da Água (Requerimento nº 153/2017), também a criação de subcomissão permanente com o objetivo de avaliar a implantação da Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à cumulação de água para quaisquer usos prevista na Lei 12.334/10 (REQ. nº 154/2017). Ambas as iniciativas não foram praticadas, por mais que aprovadas. Outro exemplo: em 2018 Nilto Tatto (PT-SP) solicita a criação de Subcomissão Especial destinada a acompanhar os

trabalhos da 24ª conferência anual das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas. Apesar do requerimento ter sido aprovado com unanimidade, a comissão nunca chegou a ser instalada.

Poucos são os exemplos de relação direta entre financiamento de empresas ligadas a determinado ramo de atividade e posterior benefício ao setor proveniente de matéria proposta pelo candidato alvo de doação. Entre eles, o Projeto de Lei nº 635/15 de autoria de Daniel Vilela (PMDB/GO), aprovado em 2015 pela CMADS que cria benefícios fiscais relativos ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para pessoas jurídicas que exerçam atividade de reciclagem de resíduos sólidos ou relacionada a suas etapas preparatórias, na aquisição de máquinas e equipamentos destinados ao processamento de resíduos sólidos. De fato, existem empresas com esse ramo de atividades na rede de financiamento eleitoral do candidato: Estre Ambiental S/A, Volga Engenharia Industrial e Comercio LTDA, Reciclar Reciclagem de Materiais LTDA, Rhede de Transformadores e Equipamentos Elétricos LTDA, RE Empresa de Reciclagem Eireli -ME. Contudo, não é possível afirmar que se trata de um padrão de relacionamento entre empresas e agentes políticos tomadores de decisão. Achados semelhantes são encontrados em muitos trabalhos que se propõem a este exercício.

Isso porque, o interesse das empresas não está nas matérias aprovadas, mas na política em si. A rede de “aninhamento” de empresas nos processos decisórios (e fiscalizadores) do Estado extrapola grandemente o escopo da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara de Deputados. Um exemplo da longa cadeia de decisão e implementação de uma política ambiental é o Plano de Manejo da APA de Pouso Alto e Chapada dos Veadeiros, tema de audiência pública realizada pela comissão no dia 14 de maio de 2015. Trata-se de uma região de *hotspot*, conceito que designa áreas prioritárias para conservação, pela riqueza de biodiversidade e a extrema ameaça, devido à grande pressão antrópica que sofre em função do extrativismo e da expansão agropecuária no nordeste goiano. De fato, como foi comprovado na seção anterior, existem inúmeras mineradoras, agropecuárias e industriais produtoras de energia hidroelétrica, na rede de financiamento da CMADS, inclusive financiando deputados do estado de Goiás. Muitas dessas empresas exercem atividades na região de Pouso Alto e Chapada dos Veadeiros ou, como é o caso dos empresários do setor elétrico, defendem a construção de pequenas hidrelétricas.

A região está a quase dois mil metros acima do nível do mar e, por isso, retém água da chuva para drenar ao resto do país. Três das quatro bacias hidrográficas do Brasil nascem no local considerado o “berço das águas”. As especificidades do local ainda envolvem a presença de comunidades tradicionais e de forte potencial para o ecoturismo, setor que movimenta a economia local. No entanto, é o Plano de Manejo que estabelece normas, restrições de uso e ações a serem desenvolvidas nas Unidades de Conservação e que, portanto, tem a função de mediar o conflito de interesses protecionistas e extrativistas. Um conselho consultivo, de competência estadual, acompanha a implementação (ou não) das determinações contidas no Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental de Pouso Alto, enquanto ambientalista e comunidades locais denunciam a sub representatividade no conselho, frente à presença influente de ruralistas e empresários do setor da mineração e energia, o que dificulta a implementação efetiva do que foi legislado (Informação verbal).

5 CONCLUSÃO

A identificação das redes de financiamento eleitoral dos deputados que compunham a CMADS (2015 a 2019) revelou uma estrutura coesa e hierarquizada, na qual, a soma das receitas dos dez atores mais centrais representa 42,63% do total transacionada na rede inicial que continha 1032 atores. São eles: Partido da República, Toninho Pinheiro (PP-MG), JBS S/A, Tereza Cristina (PSB-MS), Partido Progressista, Partido dos Trabalhadores, Partido da Social Democracia Brasileira, Marcos Montes (PSD-MG), Daniel Vilela (PMDB-GO) e Partido Verde do Maranhão. Essa elite é equivalente às vigas mestras da estrutura de financiamento, por destacarem-se em várias medidas de centralidade. Nesta estrutura, empresas ganham em quantidade, mas não na qualidade das posições que ocupam. Os mais centrais são os deputados, que buscam estar próximos de financiadores de campanha. Esse fator é determinante para o sucesso ou derrota eleitoral. Enquanto partidos políticos se posicionam no intermédio dos caminhos que conectam candidatos e empresas.

A análise exploratória do conteúdo dos relatórios de atividade apresentou uma aparente contradição: os deputados que receberam maior financiamento não eram os mais ativos quanto a atuação. Ricardo Izar (PSD-SP) foi quem mais propôs projetos para a apreciação da comissão, foram onze ao todo. Os deputados mais ativos quanto a relatoria foram: Daniel Coelho (PSDB-PE) que emitiu 24 pareceres e Nilto Tatto (PT-SP), com 23 relatorias. Boa parte dos 67 deputados alvos deste estudo não propôs nem relatou projetos, ocupando-se apenas de votar proposições encaminhadas à comissão, sendo que a maioria (71,30%) dos pareceres de relatores foi aprovada por unanimidade. Apenas 38,8% dos deputados pesquisados apresentaram matérias para a apreciação da CMADS. E quase a metade deles (46,26%) não relatou materiais. Esse cenário aponta para a necessidade de investigar jogos ocultos, uma vez que empresas com interesse nas questões debatidas na CMADS financiam deputados que compõem este espaço para não agir.

O panorama revela que a forma com que os interesses de financiadores privados de campanha se aninham aos negócios do Estado não é explícita. A comparação dos resultados com as variáveis elencadas comprovou que a maioria dos deputados - alvos do estudo – faziam parte de bancadas organizadas na

Câmara e receberam doações de empresas privadas, dotadas de interesses específicos, conforme as múltiplas atividades apontadas pela Classificação CNAE. No entanto, não ficou comprovado que receber financiamento eleitoral de empresas pertencentes aos grandes conglomerados empresariais do país facilita o ator político a ocupar cargos na mesa diretora. A exceção de Luiz Lauro Filho, os maiores alvos de financiamento eleitoral da rede não demonstraram interesse em ocupar tais cargos dentro da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Receber doação de grandes empresas também não têm relação direta com a permanência na CMADS, uma vez que a vaga pertence ao partido e cabe a ele indicar um representante.

Apesar disso, não deixa de ser significativa a presença de deputados e deputada que receberam grandes aportes financeiros, das empresas de maior destaque na economia do país, em uma comissão destinada ao debate ambiental, sem ocupar cargos, propor matérias e timidamente emitindo relatórios. Principalmente em vista do volume de deputados financiados que pertenciam às bancadas empresarial e ruralista. Os resultados apontam, portanto, para um comportamento de inação por parte desses representantes.

As coincidências entre empresas financiadoras e setores beneficiados pela forma como atuaram os parlamentares alvos de doação não foram significativas o suficiente para produzir um padrão de comportamento. Nesse sentido, a hipótese inicial da pesquisa fica refutada, não sendo possível comprovar, pelas vias utilizadas, a existência de influência explícita entre financiamento eleitoral e produção legislativa na Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, bem como na atuação de seus membros. Conclui-se que as relações de financiamento estabelecidas na arena eleitoral não, necessariamente, influenciam a dinâmica de jogo dentro da arena parlamentar (comissão). Considerando que tal vínculo se dá por uma série de processos que a simples exploração das informações contidas nos relatórios de atividades não é capaz de rastrear. As dificuldades de rastreamento envolvem ainda a variedade de ramos de atividade que um complexo empresarial se dedica. Por exemplo, a construção civil é apenas um dos ramos ao qual se dedica a empreiteira Queiroz Galvão, além da perfuração e produção de petróleo e gás, ramo imobiliário e outros.

Se por um lado, a Análise de Redes Sociais permitiu identificar com sucesso as redes de financiamento eleitoral dos deputados que compõem a CMADS. Por

outro, a metodologia empregada para a análise da produção legislativa se mostrou insuficiente em vista ao objetivo de encontrar padrões de atuação. Ainda assim, o objetivo principal de explorar a forma com que os interesses empresariais particulares se aninham as esferas institucionais foi alcançado parcialmente, pela via da face invisível do poder manifestada na não-decisão. A estratégia, portanto, é travar o rito processual de matérias nocivas ao conjunto de interesses de grupos empresariais financiadores de campanhas. Tal aninhamento tem impactos de engessamento na construção da agenda de políticas públicas ambientais e é demonstrado pela irregularidade entre os temas que são debatidos na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e aqueles que são de fato deliberados. Isso sinaliza possibilidade da existência de jogos ocultos na arena parlamentar da CMADS, uma vez que a disputa de agenda ocorre em um âmbito que não está explícito nos conteúdos oficiais divulgados pela comissão.

Ao contrário do que era esperado, a identificação de comunidades na rede não deixou clara a formação de grupos de interesses específicos que possam sustentar identidade nos termos sugeridos por White (1992), criada na medida que atores conseguem diferenciar-se uns dos outros. Os cálculos de modularidade, gerados no *Gephi*, identificaram comunidades de atores com maior proximidade, mas essas não representavam algum valor identitário forte o suficiente para distingui-las das demais. É revelador por capturar uma característica presente em todas as eleições anteriores que permitiam financiamento privado de campanha, mas que se mantinha oculta por conta de os partidos não serem obrigados a declarar doador originário da verba advinda de empresas e repassada para candidatos. Revelada a identidade de todos os atores envolvidos na transação, fica evidente que a falta de critérios ideológicos por parte das empresas descaracteriza as comunidades da rede de financiamento, antes moldadas pelas alianças partidárias. Percebe-se que empresas escolhem candidatos com maior visibilidade, financiando nomes dos mais diferentes partidos e vertentes políticas. Assim, candidatos de partidos ideologicamente opostos, que fazem parte componente gigante reduzido da rede de financiamento, estão, na verdade muito próximos, por receberem financiamento das mesmas empresas. Isso porque a rede de financiamento dos deputados é muito homogênea, daí as comunidades serem indiferenciadas. É, portanto, nos componentes isolados da estrutura, onde estão

representadas as redes locais dos candidatos do PSOL, partido mais à esquerda, que se localiza alguma diferenciação.

Mesmo assim, a identificação das atividades econômicas das pessoas jurídicas apresentadas na rede por meio da Classificação CNAE demonstrou diferentes grupos de interesses, definidos pela atividade produtiva a qual se dedicam, injetando dinheiro em campanhas de candidatos que viriam a fazer parte da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. A comparação dessas informações com a rede de financiamento eleitoral dos membros revelou grupos de interesse que possuem uma agenda coesa de reivindicações, por vezes, contraditórias à preservação ambiental.

Diante desses interesses, os deputados se posicionam mediando conflitos entre conservação ambiental e as disparidades provocadas pelo mercado. O conflito de agenda identificado nessa esfera reflete a falta de consenso no debate sobre desenvolvimento sustentável. Trata-se de um conceito em disputa. Assim como na sociedade, dentro da CMADS modelos mais protecionistas colidem com modelos mais permissíveis. Com uma particularidade: a assimetria de representatividade dentro da comissão imprime nos atores capacidades diferentes de levar a cabo suas reivindicações.

Retomando a pergunta inicial deste estudo: Quais as relações entre as redes de financiamento eleitoral e a atuação dos membros da CMADS durante a 55ª legislatura? Os resultados sugerem que os deputados federais da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável estavam envolvidos em múltiplas arenas de jogos. Duas em especial: a parlamentar e a eleitoral. Sendo que as relações entre as elas não são de causalidade, ainda que haja certa correspondência, os resultados produzidos em uma arena não, necessariamente, influenciam a outra. Na arena parlamentar, condicionados pelo Regimento Interno da Câmara, os deputados tinham poder potencial na produção normativa sobre modelos de desenvolvimento e conservação ambiental. Já na arena eleitoral, candidatos se mostraram exitosos, uma vez que se tornaram membros da CMADS. Dentre as estratégias adotadas, eles assumiram posições de centralidade no fluxo de financiamento provenientes de partidos políticos e empresas privadas com interesses particulares. A agenda das empresas financiadoras de campanha se mostrou diametralmente oposta aos interesses da conservação ambiental. Enquanto o interesse dos partidos políticos permeia ambas as arenas sob alicerces ideológicos pouco cristalizados, sinalizada

pela indistinção partidária observada nos resultados dos cálculos de modularidade da rede.

A definição dos limites de uso dos recursos hídricos, do solo, da vegetação, atende a interesses de ambientalistas preocupados com a conservação, atores políticos locais, comunidades tradicionais, passando por pequenos empreendedores que a partir dos recursos naturais e do turismo local garantem seu sustento e que, portanto, dependem da conservação ambiental. Mas também são objeto de interesses particulares de empresários, extratores de minério, fazendeiros e produtores rurais que exercem atividade produtiva com base no desmatamento, modificação de paisagens naturais, alteração do solo e contaminação da água. Para essa parcela, é benéfica a flexibilização das leis ambientais, como o que ocorreu com a aprovação do novo Código Florestal (Lei nº 12.651/2012) - considerado por ruralistas como um avanço - e a isenção de impostos, mesmo que sob certas condicionantes de redução de danos ambientais, sendo que vários projetos de lei nesse sentido foram aprovados na comissão.

Conforme esperado, as empresas que aparecem financiando os membros da CMADS são, na grande maioria, multinacionais, cuja atividade econômica se expande pelo território nacional. São empreiteiras, construtoras de grandes obras públicas e ferrovias, mineradoras, metalúrgicas e produtoras de aço; siderúrgicas e hidrelétricas, indústrias do setor de transformação, produtoras de carnes, açúcar, álcool, milho e outros. Além de bancos privados, eles mesmos proprietários de empresas nesses setores.

O que Tsebelis (1998) definiu como “projeto institucional” foi identificado na ação de financiadores de campanha e deputados. Afinal, a produção normativa da comissão forja regras institucionais - quanto a política e sistema nacional do meio ambiente, recursos naturais renováveis e desenvolvimento sustentável - que produzem efeito sobre as alternativas disponíveis para a expansão dos negócios da maioria das empresas apontados na rede. Portanto, existe um jogo a ser jogado, com recompensas estabelecidas e um jogo sobre as regras do jogo, que visa alterar a magnitude dessas recompensas. Ao inovar as regras do jogo, o ator não só altera o próprio jogo como amplia o seu espaço estratégico e escolhe uma opção que antes não estava disponível.

Dessa forma, a injeção de capital financeiro em candidatura de ruralistas garante a presença de agentes defensores dos interesses do agronegócio dentro da

Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara. Não apenas por questões ideológicas, mas porque muitos deputados(as) são também empresários rurais e proprietários de terras. Nesse espaço, mais do que propor retrocessos ambientais, os representantes se comportam como *veto players*, impedindo de matérias nocivas ao setor avancem dentro da comissão. Tal comportamento é sinalizado nos numerosos exemplos de restrição de agenda identificados nos relatórios de atividades.

Ao cruzar os achados da pesquisa com atributo dos deputados que compõem a rede, percebe-se que o fato de se tratar de um espaço destinado a temática do meio ambiente não imprimiu no perfil da comissão nenhuma característica especial. A Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, entre os anos de 2015 a 2019, foi composta por homens, com mais de 50 anos, escolarizados, em sua maioria empresários e que possuem parentesco com políticos tradicionais, cujas empresas que financiaram suas campanhas são as mesmas que compõem os grandes aglomerados financeiros do país. O perfil da comissão segue, portanto, o perfil geral do Congresso na Eleição de 2014.

Do ponto de vista da conservação ambiental, é preocupante a presença volumosa de representantes da bancada empresarial e ruralista na composição da 55ª legislatura da CMADS. Em contraste com a sub-representatividade dos segmentos sociais que mais sofrem os efeitos da degradação ambiental em um mundo globalizado: indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, trabalhadores e mulheres.

Essa constatação afasta a CMADS do caminho que “*transformistas*” apontam para se alcançar o “desenvolvimento sustentável”, uma vez que B. Hopwood et al. (2005) classifica as organizações conforme o peso que fatores ambientais e questões econômicas combinadas exercem na formação de agenda. Enquanto transformistas sugerem a aproximação populações marginalizadas para o centro das ações, o que se vê na CMADS é uma presença tímida de representantes desses segmentos.

No geral, a 55ª legislatura da CMADS, enquanto organização, se aproxima mais da visão denominada por Hopwood et al. (2005) como “*status quo*”, quanto à natureza das mudanças necessárias para atingir o “desenvolvimento sustentável”. O alerta de um colapso ambiental e social eminente não é tema recorrente nas matérias aprovadas entre 2015 e 2018. Em vez disso, a produção normativa aponta

para a preferência em incentivar a adoção de hábitos sustentáveis por parte dos consumidores e das empresas, compensadas com redução tributária. Dessa forma, parecem optar, quando muito, pela implantação de reformas amigáveis, sem enfrentamento direto às estruturas vigentes.

Os achados de pesquisa vão ao encontro da literatura apresentada, que afirma ser frequentemente nebulosa a distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico dentro dos governos, que depositam fé no avanço da ciência para produzir mais poluindo menos, através do discurso da modernização tecnológica e eficiência. Em termos de gestão, a preocupação em como a degradação ambiental afeta os mais pobres é marginal. O foco reside em atenuar atritos entre empresas e o governo, concentrando-se na gestão dos recursos naturais, não pela sua importância intrínseca, mas para tê-los disponíveis por mais tempo.

Tal como ocorre em outras organizações - inclusive internacionais - na produção legislativa da CMADS, o conceito de Desenvolvimento Sustentável é utilizado como discurso aplicado na defesa de diferentes materiais que necessitam de consenso para a sua aprovação. A ambiguidade é demonstrada por exemplo no texto de justificativa para a aprovação do PL 4550/2016 destinada a alterar legislação que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, para prorrogar o prazo de inscrição do imóvel rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Nela, o proponente Heitor Schuch usa o termo “desenvolvimento sustentável” para tecer elogios às alterações do novo Código Florestal (Lei nº 12.651/2012). Ao mesmo tempo, o termo aparece no conteúdo do PL 1344/2015 que institui o Fundo Nacional de Apoio à Região do Cantão, para preservar o meio ambiente do Parque Estadual do Cantão e promover o desenvolvimento sustentável da região, por meio da qualificação dos trabalhadores locais, estímulo à produtos feitos pelas comunidades locais e preservação da cultura local.

A exploração do conteúdo dos relatórios de atividades da CMADS revelou não apenas a faceta visível do poder que esses deputados detêm, manifestada pela tomada de decisões, passíveis de serem revertidas em leis. Mas também, sua face invisível, manifestadas nas decisões não tomadas, expressa em atitudes rejeição de projetos com conteúdo diretamente ligados à questão ambiental e restrição de agenda, como no caso da implementação de subcomissões que foram aprovadas e não efetivadas. Os estudos indicaram que a atuação dos deputados pesquisados -

principalmente os mais centrais - acabam por criar uma esfera de engessamento da CMADS, que realiza inúmeras audiências, com temas relevantes ao meio ambiente e desenvolvimento sustentável, mas essa relevância não reflete a efetiva produção legislativa da comissão, cuja atuação acaba passando pela tangente dos temas mais pertinentes ao debate sobre desenvolvimento sustentável.

Esse panorama vai ao encontro dos argumentos de Bachrach e Baratz (2011), no sentido de que, para além do exercício de poder manifestado pelos indivíduos e grupos que tomam efetivamente as decisões, é preciso atentar-se ao poder exercido em esferas ocultas que não chegam a manifestar-se em decisões. Essa outra, consiste na capacidade que indivíduos ou grupos têm de impedir que temas potencialmente perigosos para seus interesses e perspectivas sejam objeto de discussão e deliberação pública. Neste sentido, Schattschneider (1960) critica o pluralismo na teoria política, uma vez que os diferentes interesses que concorrem em uma sociedade não estão em igual patamar de disputa, para que se estabeleça um sistema essencialmente democrático. De fato, acontece que o sistema de pressão é tendencioso em favor de uma elite com maior capacidade de alavancar seus objetivos.

A exemplo de estudos parecidos, conclui-se que a ação dos parlamentares financiados - que entraram no escopo desse estudo - na maioria da vezes, não é na autoria de projetos propondo benefícios aos interesses corporativistas, em detrimento da conservação ambiental, mas sim, atuando nas relatorias da CMADS, onde desempenham o papel de *veto players*, fazendo uso dos mecanismos permitidos pelo regimento interno da Câmara para criar empecilhos à tramitação de determinados projetos ou rejeitá-los. Para além do financiamento de campanha, verifica-se que o poder dessas corporações não fica restrito ao seu ramo de atividades. Ele se alastra para dentro das mais diferentes instâncias de deliberação pública, que extrapolam os limites da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, inclusive, do Congresso Nacional.

Apesar de este estudo ter-se dedicado a traçar um padrão de atuação para a CMADS, este não é um espaço homogêneo, composto por membros que compartilham o mesmo conjunto de interesses. Assim como na sociedade brasileira, a CMADS é um ambiente onde os diferentes interesses em torno do tema ambiental chocam-se, disputado por representantes de distintos segmentos sociais, dotados de capacidades desiguais de levar a cabo suas bandeiras. Para abranger um

conjunto de 237 preposições, foi considerado somente o trecho de três linhas, contido nos relatórios, que informa sobre o teor da proposição. Material que se mostrou insuficiente para compreender os reais desdobramentos e impactos das matérias apreciadas na CMADS. Estudos mais detalhados sobre os resultados produzidos pela aplicação do que é legislado na CMADS, que utilizem um conjunto menor de projetos de lei, poderão dar indícios mais concretos de como opera a produção de políticas públicas ambientais nesse espaço.

Duas novas hipóteses foram levantadas a partir dos estudos realizados: deputados marginalizados na rede de financiamento eleitoral sentem menos os efeitos da necessidade de resposta frente a interesses de agentes privados; e a hipótese de que a inação seja tão significativa, ou mais, do que a própria ação. Estudos posteriores abrem a possibilidade de comprovação de tais afirmativas. Mais do que resultados, a pesquisa traz novas questões a serem respondidas futuramente. Ainda não existe uma explicação da causalidade que vincule insumos e *outputs* em políticas públicas, nem metodologia que dê conta de tal empreitada. Assim como está acontecendo em outras pesquisas dedicadas ao tema, o presente trabalho aponta para a dificuldade de rastrear mecanismos causais entre aportes econômicos e produção de políticas públicas no Brasil, devido a ilegalidade do *lobby*.

REFERÊNCIAS:

BACHRACH, Peter; BARATZ, Morton S. Duas faces do poder. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 19, n. 40, p. 149-157, outubro de 2011. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782011000300011&lng=en&nrm=iso. Acesso em 21 de março de 2020.

BOBBIO, Norberto et al. MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**, v. 1, p. 11, 1998.

BOUDON, Raymond. **Tratado de sociologia**. Zahar, 1995.

BRASIL. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis n.º 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2012.

BRASIL. **Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015**. Altera as Leis n.º 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para reduzir os custos das campanhas eleitorais, simplificar a administração dos Partidos Políticos e incentivar a participação feminina. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2015.

BRASIL. **Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995**. Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1995.

BRASIL. **Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997**. Estabelece normas para as eleições. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1997.

BRUNDTLAND, D. E. Relatório. **Nosso futuro comum**, 1987.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, **Resolução nº 17, de 1989**. Aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Brasília, DF, 1989.

CMADS, **Histórico e atribuições**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cmads/conheca-a-comissao/index.html>. Acesso em: 28 ago. 2018

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, **Relatórios**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cmads/documentos-1/relatorio-anual-de-atividades>. Acesso em: 28 ago. 2018

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR - DIAP. **Radiografia do Novo Congresso: Legislatura 2015-2019**. Brasília, DF, dez. 2014.

Disponível em: <http://www.diap.org.br/>. Acesso em: 2 fev. 2020. ISBN: 978-85-62483-19-6

ELEIÇÕES 2014, **Normas e documentações**. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2014/normas-e-decisoes/normas-e-documentacoes-eleicoes-2014>. Acesso em: 28 ago. 2018

FARIZA, I. A chocante desigualdade global e suas causas. **El País**. 15 de out. 2015, Outras Mídias, p.1.

FERNANDES, Marcionila; GUERRA, Lemuel. **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável**, 2007.

FREEMAN, Linton C.; ROEDER, Douglas; MULHOLLAND, Robert R. Centrality in social networks: II. Experimental results. **Social networks**, v. 2, n. 2, p. 119-141, 1979.

FURTADO, C. **Essencial Celso Furtado**. Editora Companhia das Letras, 2013. ISBN 8580867274.

FURTADO, C. **Criatividade e dependência** na civilização industrial. São Paulo: Círculo do Livro, 1978

GEARA, Luís; JUNCKES, Ivan; HOROCHOVSKI, Rodrigo; CLEMENTE, Augusto. O financiamento eleitoral nas Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados: uma análise da meta relacionamento entre empresas e parlamentares. **E-legis**, Brasília, n. 26, p. 60-81, maio/ago. 2018. Disponível em: <http://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/view/409/466>. Acesso em: 28 Out. 2018. ISSN 2175.0688

HARDIN, Garrett. The tragedy of the commons. **Science**, v. 162, n. 3859, p. 1243-1248, 1968.

HIGGINS, Silvio; RIBEIRO, Antonio. **Análise de redes em Ciências Sociais**. [S. l.: s. n.], 2018. Disponível em: repositorio.enap.gov.br. Acesso em: 18 out. 2019.

HOPWOOD, Bill; MELLOR, Mary; O'BRIEN, Geoff. **Sustainable Development: Mapping Different Approaches**. Sustainable Cities Research Institute, University of Northumbria, Newcastle on Tyne, UK, 2005.

HOROCHOVSKI, Junckes, Tiepolo, et al. As mudanças no Código Florestal Brasileiro: uma análise de gênero, ideologia partidária e financiamento de campanha das bancadas parlamentares. 2016-01-01, 2016. ISSN edsb-as. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/quaju/article/view/49758>. Acesso em 21 jul. 2018.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi et al. A quem interessam as Políticas Ambientais? Redes de financiamento eleitoral empresarial na Comissão de Meio Ambiente e

Desenvolvimento Sustentável (CMADS) da Câmara dos Deputados. **E-legis**: Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados, Matinhos, v. 13, n. 31, p.32-60, jan. 2020. Quadrimestral. Disponível em: <http://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/view/533>. Acesso em: 05 mar. 2020.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi et al. Estruturas de poder nas redes de financiamento político nas eleições de 2010 no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 22, n. 1, p. 28-55, Abril. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762016000100028&lng=en&nrm=iso. Acesso em 21 jul. 2018.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi et al. Redes de partidos políticos tecidas por financiadores: um estudo das eleições de 2010 no Brasil. **Revista Teoria & Sociedade**, 2015. Disponível em: <http://www.teoriaesociedade.fafich.ufmg.br/index.php/rts/article/view/204>. Acesso em: 25 jul. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE)**. Comissão Nacional de Classificação. Brasil, 2019. Disponível em: https://cnae.ibge.gov.br/?view=estrutura&tipo=cnae&versao_classe=7.0.0&versao_subclasse=9.1.0. Acesso em: 20 mar. 2020.

INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE; NATURAL RESOURCES; WORLD WILDLIFE FUND. **World conservation strategy: Living resource conservation for sustainable development**. Gland, Switzerland: IUCN, 1980.

LEMIEUX, V.; OUMET, M.; PEREIRA, S. **Análise estrutural das redes sociais**. 2008. ISBN 9727719333.

LEMIEUX, V.; OUMET, Mathieu. **Análise Estrutural de Redes Sociais**. Editora: Epistemologia e Sociedade, 2014. p. v. 2ª edição.

LUCKMANN, T.; BERGER, P. J. T. D. A construção social da realidade. 1997.

MANCUSO, W. P. Investimento eleitoral no Brasil: balanço da literatura (2001–2012) e agenda de pesquisa. **Revista de Sociologia e Política**, v. 23, n. 54, p. 155-183, 2014. ISSN 0104-4478.

MANCUSO, W. P. O EMPRESARIADO COMO ATOR POLÍTICO NO BRASIL: BALANÇO DA LITERATURA E AGENDA DE PESQUISA. **Revista de Sociologia e Política**, n. 28, 2007. ISSN 0104-4478.

MANCUSO, Wagner Pralon; HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; CAMARGO, Neilor Fermينو. Financiamento eleitoral empresarial direto e indireto nas eleições nacionais de 2014. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 27, p. 9-36, Dec. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522018000300009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22 Out. 2019.

MIZRUCHI, M. S. Análise de redes sociais: avanços recentes e controvérsias atuais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 46, n. 3, p. 72-86, 2006. ISSN 0034-7590.

MULLER, Wolfgang C. and Strøm, Kaare. **Policy, office or votes**. How political parties in western Europe make hard decisions. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

OSTROM, Elinor. **Governing the Commons**. The Evolution of Institutions for Collective Action. Cambridge University, 1990. ISBN 0 521405998.

PIERRI, Naína; FOLADORI, Guillermo. " **Sustentabilidad: desacuerdos sobre el desarrollo sustentable**, 2001.

REDCLIFT, Michael. An oxymoron comes of age sustainable development (1987–2005). **Sustainable Development**, v. 13, p. 212-227, 2005.

RODRIGO ROSSI, H. et al. **Redes de financiamento eleitoral e grupos de capital na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados**. 22: 145-145-169 p. 2017.

RÜSEN, Jörn. Conscientização histórica frente à pós-modernidade: a história na era da "nova intransparência". **História: questões e debates**. Curitiba, 1989.
SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SANTOS, Manoel Leonardo et al. Financiamento de campanha e apoio parlamentar à Agenda Legislativa da Indústria na Câmara dos Deputados. **Opin. Pública**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 33-59, 2015.

SECCHI, Leonardo. Ciclo de políticas públicas. Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos. **Cengage Learning**, São Paulo, p. 33-60, 2010.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Repositório de Dados Eleitorais**. Assessoria de Gestão Estratégica, Brasil, 2014. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais>. Acesso em: 28 ago. 2018.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Resolução nº 23.406 de 2014.** Dispõe sobre a arrecadação e os gastos de recursos por partidos políticos, candidatos e comitês financeiros e, ainda, sobre a prestação de contas nas Eleições de 2014. Brasília, DF, 2014.

TSEBELIS, G. **Jogos Ocultos: Escolha Racional no Campo da Política Comparada Vol. 17.** Edusp, 1998. ISBN 8531404258.

VIEIRA, P. V. **Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento.** São Paulo: Cortez, 2007.